



Ensino Fundamental

8º ano

Geografia

Manual exclusivo do aluno

CAPÍTULO 01- ESPAÇO MUNDIAL: DIVERSIDADE E REGIONALIZAÇÃO

Neste capítulo, você estudará os continentes e os oceanos, suas extensões e sua distribuição no globo terrestre. Neste capítulo também perceberá que, ao longo da história, diferentes povos demarcaram territórios e fronteiras, criaram governos para administrá-los, fundando, assim, Estados que deram origem ao que chamamos também de países. Além disso, conhecerá algumas maneiras de regionalizar o mundo com base em aspectos físicos e em critérios de desenvolvimento econômico, científico e tecnológico.

TÓPICOS

1. Os continentes e os oceanos
2. Estados e população do mundo
3. Diferentes modos de ver o mundo
4. Outras regionalizações do espaço mundial
5. Outras regionalizações do espaço mundial



Identidades nacionais

A ilustração mostra as bandeiras nacionais aplicadas sobre o território dos Estados ou países do mundo. A bandeira é um símbolo nacional; é a expressão máxima da identidade de um Estado, ou seja, do agrupamento de indivíduos que vivem em determinado território e estão submetidos à autoridade de um poder público soberano. Em 2015, existiam 193 Estados reconhecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Verifique sua bagagem

1. Qual é a sua hipótese sobre a formação dos países ou Estados representados no mapa?

2. Nem todos os povos estão representados nessa ilustração dos continentes. Você sabe de algum exemplo de povo ou nação que anseia criar o seu Estado ou país?

1.1- OS CONTINENTES E OS OCEANOS

1. Os continentes

As grandes extensões de terras emersas da crosta terrestre, limitadas pelas águas dos oceanos e mares, recebem o nome de *continentes*.

Existem dois tipos de critério para determinar o número de continentes da Terra: o *critério geográfico-geológico* e o *critério histórico-cultural*.

Segundo o critério geográfico-geológico, que leva em conta a distribuição das massas continentais na Terra, existem quatro continentes: o *Euro-Afro-Asiático*, o *Americano*, o *da Oceania* e o *Antártico*. Observe a figura 1.



Fonte: elaborado com base em IBGE. Atlas geográfico escolar. 6. ed. Rio de Janeiro, 2012. p. 32. Os Montes Urais, os mares Negro e Cáspio e a cordilheira do Cáucaso são considerados limites naturais entre a Europa e a Ásia.

Repare que a porção de terras emersas da Europa nada mais é que um prolongamento natural — ou, mais propriamente, uma península — das terras emersas da Ásia; por isso, também se fala em continente *Euroasiático*, ou simplesmente *Eurásia*.

No passado, a África e a Ásia eram unidas pelo Istmo de Suez, situado entre o Egito (África) e a Península da Arábia (Ásia). Com a construção do Canal de Suez (figura 2), em 1869, o istmo foi “cortado”, permitindo a navegação entre o Mar Vermelho e o Mar Mediterrâneo (figura 3).

Em vista disso, pode-se compreender por que essa enorme porção de terra emersa também é chamada de continente *Euro-Afro-Asiático*.



Figura 2. O Canal de Suez começou a ser construído em 1859, com base no projeto do engenheiro francês Ferdinand de Lesseps. Em 2015, foi concluída sua ampliação, que aumentou a capacidade de navegação ao longo dos 193 km de extensão do canal. Na foto, navio petroleiro se desloca pelas águas do Canal de Suez, Egito (2015).

No entanto, de acordo com o critério histórico-cultural, que considera a história dos povos e suas culturas (línguas, religiões e costumes), o continente Euro Afro Asiático subdivide-se em três continentes: Europa, África e Ásia — afinal, asiáticos, europeus e africanos são povos de culturas e histórias muito diferentes.

O critério histórico-cultural é o mais utilizado, pois a importância desses fatores na formação de povos e países é maior do que a dos fatores naturais. Segundo essa perspectiva, há seis continentes: **Europa, África, Ásia, América, Oceania e Antártida** (veja a figura 1, identificando-os pelas cores).

A superfície terrestre não é formada apenas de terras emersas. Há uma enorme quantidade de água que cobre o planeta. Descubra a seguir o tamanho dos continentes e a relação desses números com a área total do planeta



Fonte: elaborado com base em SERRYN, Pierre. Atlas universal Bordas. Paris: Bordas, 1991. p. 173.

O tamanho dos continentes

A área da superfície terrestre é de aproximadamente 511.000.000 km². Desse total, cerca de 360.650.000 km² são cobertos de água, o que corresponde a aproximadamente 71% da área total do globo.

O restante, cerca de 150.380.000 km², ou 29%, corresponde às terras que estão acima do nível do mar — as terras emersas, ou seja, os continentes e ilhas (tabela 1 e figura 4).

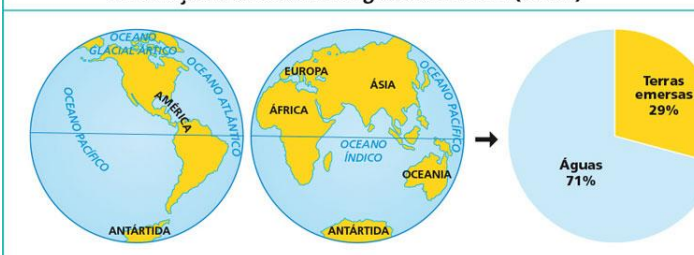
Cabe assinalar que não há uma medida, nem mesmo um conceito, para diferenciar continente de ilha. Há muito tempo, considerou-se que a Austrália era o menor dos continentes, com 7.692.024 km², e a Groenlândia, a maior ilha, com 2.166.086 km². Com base nisso, compreende-se que todas as terras emersas maiores que a Austrália são consideradas continentes, e todas as menores que a Groenlândia, ilhas.

O continente mais extenso é a Ásia, seguido da América, África, Antártida, Europa e Oceania (Austrália mais um conjunto de ilhas).

Continentes	Área em km ²
Ásia	45.074.481
América	42.192.781
África	30.216.362
Antártida	14.000.000
Europa	10.365.387
Oceania	8.528.382
Total	150.377.393

Na área dos continentes está incluída a área das ilhas.

Figura 4. Representação das áreas de terras emersas e de águas em relação à área total do globo terrestre (em %)



Fonte: elaborado com base em Calendario Atlante De Agostini 2014. Novara: Istituto Geografico De Agostini, 2013. p. 63-64

Geralmente, usa-se a expressão “americanos” apenas para se referir aos habitantes dos Estados Unidos. Você acha correto? Você também seria americano? Explique.

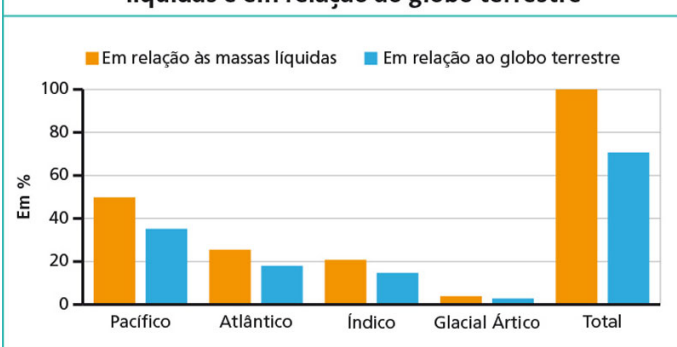
2. Os oceanos e suas áreas

É difícil, ou mesmo impossível, fixar com exatidão a área dos oceanos, já que eles se interconectam. Há, na verdade, apenas um oceano; entretanto, historicamente, considera-se a existência de quatro: Atlântico, Pacífico, Índico e Glacial Ártico (tabela 2 e figura 5).

Tabela 2. Área dos oceanos

Oceanos	Área em km ²
Pacífico	179.650.000
Atlântico	92.040.000
Índico	74.900.000
Glacial Ártico	14.060.000
Total	360.650.000

Figura 5. Área dos oceanos em relação às massas líquidas e em relação ao globo terrestre



Fonte: elaborado com base em Calendario Atlante De Agostini 2014. Novara: Istituto Geografico De Agostini, 2013. p. 63-64.

Os hemisférios das terras e das águas

Os continentes e os oceanos distribuem-se de forma desigual na superfície da Terra: há maior concentração de terras emersas no Hemisfério Norte, que, por isso, é chamado de hemisfério das terras. Já no Hemisfério Sul — o hemisfério das

águas —, nota-se que existe menor extensão de terras emersas e predomínio dos oceanos (figura 6).

Figura 6. Mundo: hemisférios



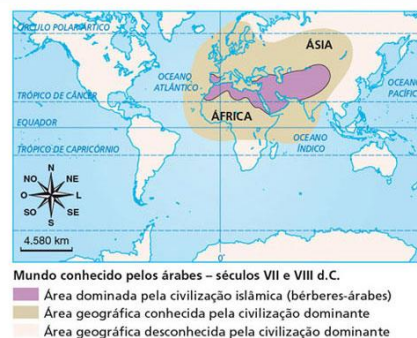
Fonte: elaborado com base em IBGE. Atlas geográfico escolar. 6. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. p. 34.

A concentração das terras emersas no Hemisfério Norte e a maior proximidade entre elas exerceram, e ainda exercem, influência sobre alguns fenômenos, tanto de ordem física como de ordem cultural.

Entre os fenômenos de ordem física, destaca-se a dispersão de espécies vegetais e animais. Sabe-se que a dispersão de vegetais pode ocorrer pelo vento, pelas correntes marítimas, pelos animais e pelo ser humano. Isso explica, em parte, a maior semelhança da flora e da fauna no Hemisfério Norte, quando comparada à existente no Hemisfério Sul.

No aspecto cultural, destacam-se as migrações dos povos. No Hemisfério Norte, as migrações, os contatos culturais e a dominação territorial de alguns povos sobre outros foram facilitadas pela proximidade das terras emersas e pela presença do Mar Mediterrâneo, navegado desde a Antiguidade. Civilizações do passado serviram-se, portanto, dessas facilidades para ampliar seu horizonte e sua dominação territorial (figura 7).

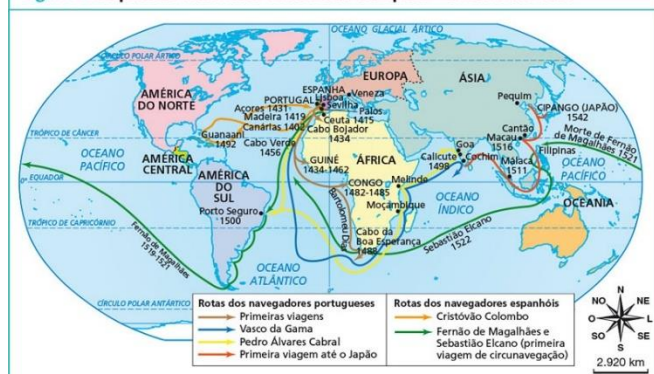
Figura 7. Exemplos de ampliação do mundo conhecido pelas civilizações dominantes



Os povos que viviam nas terras do Hemisfério Sul levaram mais tempo para entrar em contato com povos de outros continentes. Esse contato só foi possível com o aperfeiçoamento de embarcações e instrumentos de navegação, que possibilitaram a

incorporação de terras do Sul ao horizonte geográfico europeu nos séculos XV e XVI (sul da África e América) e no século XVIII (Austrália) — período da história conhecido como o das Grandes Navegações, ou da expansão marítimo-comercial europeia, iniciado por portugueses e espanhóis e seguido por ingleses, franceses e holandeses (figura 8).

Figura 8. Expansão marítimo-comercial europeia – séculos XV-XVI



1.2-ESTADOS E POPULAÇÃO DO MUNDO

2. Estado, nação e território

No decorrer do tempo histórico, as sociedades humanas espalharam-se pelo mundo, ocuparam continentes e ilhas, e construíram espaços geográficos. Nesse processo, demarcaram territórios e fronteiras, criando governos para administrá-los, e organizaram-se em Estados. A seguir, você vai aprender o significado de alguns desses conceitos.

Estado

O Estado corresponde à organização política, administrativa e jurídica de uma sociedade. Tal organização tem soberania sobre o território nacional (soberania interna) e independência em relação à ordem internacional (soberania externa). Como exemplos, podemos citar o Estado brasileiro, o argentino, o boliviano e o francês.

Nação

A nação consiste em um agrupamento social unido por um passado histórico comum que deu origem a uma identidade cultural. Os membros de uma nação têm características comuns relativas a costumes, língua, religião, tradições, crenças e valores. Quando ocupam um território e se organizam politicamente, dão origem a um Estado, ou Estado-nação.

Nem sempre, porém, há identidade completa entre o Estado e a nação. Há Estados com duas ou mais nações, que apresentam língua e traços culturais distintos. É o caso, por exemplo, do Canadá — Estado onde convivem populações indígenas, descendentes de colonizadores e imigrantes ingleses e franceses, entre outros (figura 9). Parte dos descendentes de franceses tem a intenção de criar o próprio Estado, na província de Quebec

(figura 10), e já fez tentativas nesse sentido, sem, contudo, obter sucesso.

Figura 9. Canadá: línguas e províncias



Em que províncias do Canadá mais de 80% da população tem o inglês como língua materna?



Figura 10. Manifestação em defesa da independência da província de Quebec em 25 de junho de 1990. Em 1980, foi realizado um plebiscito, mas 59,5% da população se declarou favorável à manutenção da integração da província ao Canadá; em outro plebiscito, realizado em 1995, prevaleceu a opinião e a vontade dos 50,6% contrários ao separatismo quebequense.

Território

O território é a porção da superfície terrestre sobre a qual o Estado exerce soberania. É a base física do Estado e, além do território continental, compreende o espaço aéreo, as ilhas (caso as possua) e o mar territorial (caso seja banhado pelo mar).

O território de um Estado é delimitado por fronteiras, que precisam ser reconhecidas por Estados vizinhos e pelos demais países. Existem casos de discussões e disputas entre Estados por determinados territórios, o que dificulta a definição de suas fronteiras.

Na América, por exemplo, há uma disputa entre a Venezuela e seu vizinho do leste, a República da Guiana, pela região de Essequibo. Segundo o

governo venezuelano, essa região já pertencia à Venezuela antes da colonização da Guiana pelos ingleses no século XIX, que dela teriam se apropriado. O impasse foi entregue à arbitragem da Organização das Nações Unidas (ONU) e não havia sido resolvido até o fim de 2015 (figura 11).



O mapa político do mundo está definido?

Até 2015, existiam 197 Estados reconhecidos por outros países e 193, pela ONU. O continente americano continha 35 Estados; a África, 54; a Ásia, 45; a Europa, 49; e a Oceania, 14.

Apesar da existência de 197 países, há povos que vivem em territórios que lhes pertencem historicamente, mas que foram apropriados por outros povos, que lhes negam a independência. Vivem, portanto, sob o domínio de outros Estados e não governam o próprio território. Em alguns casos, não podem externar, sem medo de repressão, a própria cultura e tradições (língua, festas populares, religião etc.).

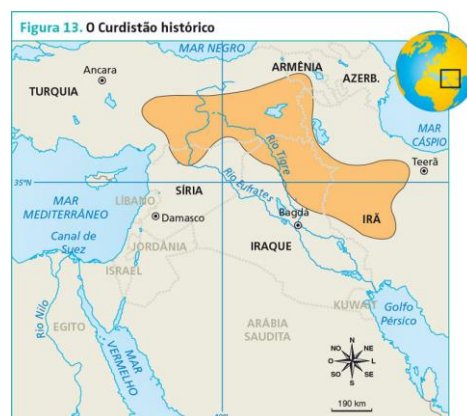
Existem muitos exemplos de nações nessa situação, entre as quais se destacam os chechenos, na Rússia, que reivindicam sua independência e a formação de seu Estado; os bascos, que habitam um território entre a Espanha e a França (figura 12); os tibetanos, na Ásia, que se encontram sob a dominação do Estado chinês; os palestinos, no Oriente Médio; o povo curdo, espalhado pelos territórios da Turquia, Irã, Iraque, Armênia e Síria (figura 13), entre outros.

Vê-se, assim, que o mapa político do mundo não é definitivo. Esses e outros povos poderão ainda vir a ser detentores de seus Estados, alterando a configuração atual dos países.



Fonte: elaborado com base em BONIFACE, Pascal. Atlas des relations internationales. Paris: Hatier, 1997. p. 97.

Nota: Apesar da terminologia, o País Basco, que consta no mapa, não é um país independente. Os bascos se autodenominam país, ou seja, dão esse nome ao território por eles ocupado, e possuem autonomia, conquistada do governo espanhol. No entanto, continuam suas negociações com a Espanha para obter a independência e se tornar, de fato, um país.



3. A população mundial

Em 2015, a população do planeta chegou a 7,349 bilhões. Segundo estimativas, em 2050, haverá cerca de 9,725 bilhões de habitantes. Observe a tabela 3.

Ano	População	Aumento médio anual por período
Início da Era Cristã	250 milhões	—
1900	1,6 bilhão	140 mil
1950	2,4 bilhões	16 milhões
2000	6,0 bilhões	72 milhões
2015	7,3 bilhões	87 milhões
2050*	9,7 bilhões	69 milhões

1. Qual é a diferença entre a população estimada para 2050 e a população em 2015?

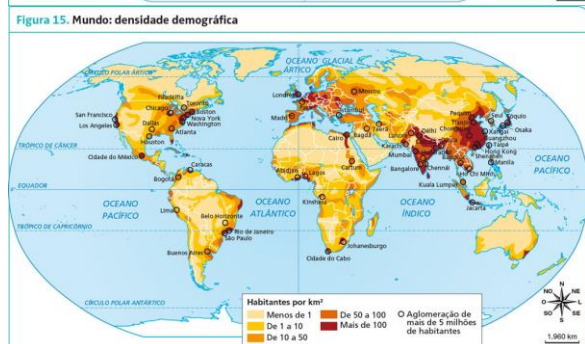
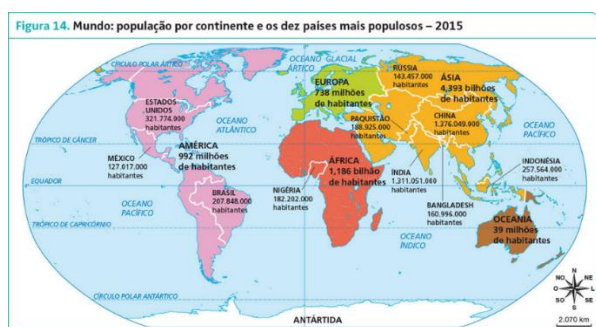
A Ásia é o continente mais populoso (figura 14). Em 2015, tinha 4,393 bilhões de habitantes, o que representava 59,8% da população mundial. Somente a China e a Índia, países mais populosos do mundo e localizados na Ásia, abrigavam, 1,384 bilhão e 1,311 bilhão, respectivamente, ou seja, cerca de 61% da população asiática e 37% da população mundial.

Segundo estudos demográficos, o crescimento da população mundial no final do século XXI terá taxas bem menores do que as atuais se mantidos os padrões de queda das taxas de fecundidade — fato que já ocorre há alguns anos em vários países.

No seu contexto: Calcule a porcentagem a que corresponde a população de seu município em relação à população total do Brasil, da América e do mundo.

A distribuição da população no mundo

A distribuição da população humana pelo espaço mundial é bastante desigual. Observe as figuras 15 e 16.



Qual é a densidade demográfica da porção central do território brasileiro?



Figura 16. Rua comercial em Dacca, capital de Bangladesh (2015). A cidade apresenta uma das maiores densidades demográficas do mundo: cerca de 19 mil hab./km²

Repare que existem áreas muito povoadas ou de elevada densidade demográfica (mais de 100 hab./km²), outras de média densidade demográfica (de 50 a 100 hab./km²) e outras de baixa densidade demográfica (com menos de 50 hab./km²). Há, ainda, áreas com menos de 1 hab./km² em várias localidades do planeta.

Para obter a densidade demográfica de determinada região, dividimos o total de sua população por sua área territorial. Ao realizarmos esse cálculo para as diversas áreas de cada país, percebemos que existem áreas mais densamente povoadas que outras. Contribuem para essa diferença diversos fatores, que podem favorecer ou limitar o povoamento.

Fatores que influenciam o povoamento

Pelo menos dois fatores explicam a desigualdade na distribuição da população: os de ordem natural, como o clima, o relevo, a disponibilidade de água e a qualidade do solo para fins de agricultura, e os de ordem histórico-econômica, relacionados aos povoamentos antigos, ao crescimento de cidades, à implantação de sistemas de transporte e à dinamização das economias locais e sua continuidade no tempo. É esse o caso típico do nordeste dos Estados Unidos — onde se localizam Nova York, Boston, Filadélfia e outras cidades importantes — e da Região Sudeste do Brasil. À medida que se tornaram as principais regiões econômicas desses países, passaram a atrair populações de outras áreas, que se deslocaram em busca de oportunidades de trabalho e de melhores condições de vida.

Os fatores de ordem natural continuam exercendo influência na distribuição da população no espaço mundial, mesmo com o constante avanço científico e tecnológico, e em consequência da melhor adaptação humana às situações naturais adversas.

As áreas de desertos quentes, por exemplo, o Saara, na África (figura 17), e os desertos da Austrália, possuem menos de 1 hab./km². O mesmo acontece no norte do Canadá e da Rússia — áreas de altas latitudes e de clima frio e polar (figura 18), que restringem a fixação humana, tal como as altas montanhas da Cordilheira dos Andes, na América do Sul, das Rochosas, na América do Norte, ou ainda as do Himalaia, na Ásia.



Figura 17. Caravana de camelos no Deserto do Saara, em território do Marrocos, na África do Norte (2013). A região tem baixa densidade demográfica



Figura 18. Pastor de renas do povo nenet na Sibéria, Rússia (2014). Alguns grupos vivem em cidades e vilas, enquanto outros ainda seguem o estilo de vida nômade.

1.3. DIFERENTES MODOS DE VER O MUNDO

1. Vários mundos em um só

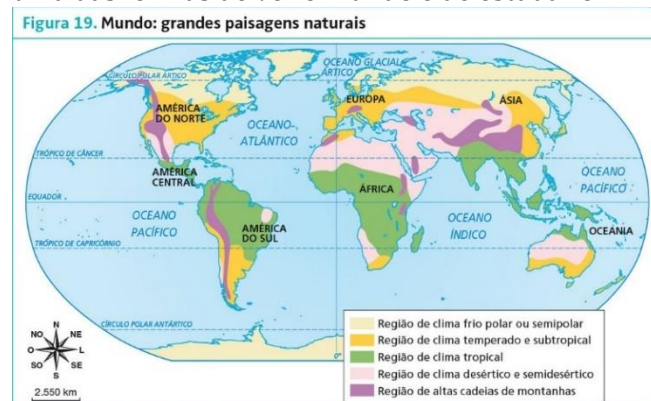
Pode-se observar, estudar e regionalizar o mundo de diferentes maneiras. Se a intenção é estudá-lo do ponto de vista físico, é possível fazê-lo com base nas formas de relevo, nos tipos de solo e clima e na vegetação natural, além da combinação desses elementos, que, por sua vez, definem as paisagens naturais da Terra. Outra opção é se concentrar no estudo da formação dos continentes.

Se a intenção é o estudo das sociedades humanas, pode-se fazê-lo com base em uma multiplicidade de aspectos: o mundo dividido em países ou Estados (como você viu no Percurso 2), religiões, línguas, etnias ou culturas, ritmos musicais, escolaridade, nível de desenvolvimento científico, tecnológico, econômico e social, além de muitos outros.

2. O mundo físico

Há diversas paisagens naturais na Terra que resultam da combinação e da interação dos elementos naturais ou físicos nas diversas regiões do planeta.

Com base nessa combinação e interação, pode-se regionalizar a Terra em cinco grandes paisagens naturais: polares, temperadas, tropicais, desérticas e de altas montanhas (figura 19). Essa é, portanto, uma das formas de ver o mundo e de estudá-lo.



3. O mundo das sociedades humanas

Ao observar o planeta do ponto de vista das sociedades humanas, é possível perceber as diferenças e desigualdades existentes entre os muitos Estados ou países do mundo.

Há Estados que exercem grande poder político e militar sobre outros Estados, influenciando suas decisões. É o caso dos Estados Unidos, de alguns países da União Europeia, da China, entre outros.

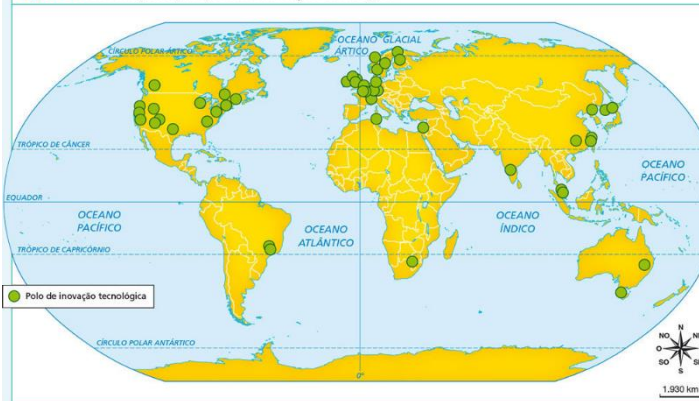
Além disso, há entre os Estados grandes diferenças no desenvolvimento científico, tecnológico e socioeconômico.

Desigualdades no desenvolvimento científico e tecnológico

Observe a figura 20. Os Estados Unidos, os países mais desenvolvidos da Europa Ocidental e o Japão formam as principais áreas de inovação científica e tecnológica. Isso é resultado dos grandes investimentos que realizam na educação e em centros de pesquisa, tanto de universidades como de grandes empresas, o que lhes permite ter a liderança científica e tecnológica entre os Estados e, conseqüentemente, mais poder nas relações internacionais.

Esses países, além de utilizar as inovações tecnológicas nos processos de produção e criação de novos produtos, exportam tecnologia, o que lhes possibilita alto retorno financeiro. Por essas e outras razões, são chamados de países desenvolvidos.

Figura 20. Mundo: principais polos de inovação tecnológica



Desigualdades de PIB (Produto Interno Bruto)

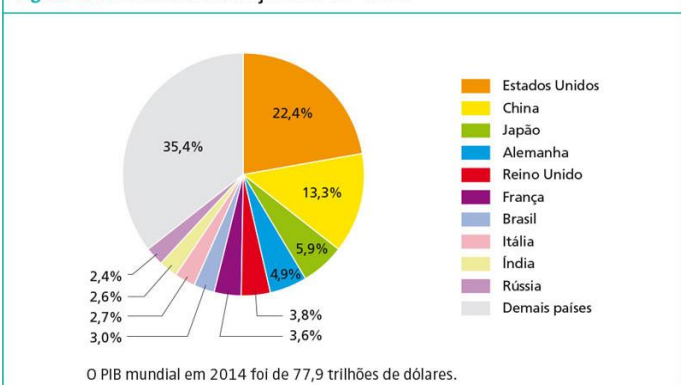
Outra maneira de regionalizar os países do mundo é com base no PIB. O PIB é a soma do valor total de bens (produtos agropecuários, industriais, minerais etc.) e serviços (comércio, transportes, telecomunicações, educação, saúde, setor financeiro etc.) produzidos por um país em determinado período (em geral, durante um ano). Esse valor, geralmente expresso em dólares, é usado para avaliar a importância da economia de um país e compará-la à economia de outros países.

Observe, na figura 21, que apenas dez países foram responsáveis pela produção de 64,6% do PIB mundial em 2014.

Esse dado mostra a desigualdade na produção de riqueza e a sua concentração em poucos países. Entretanto, o estudo do PIB de um país somente assume real significado se for relacionado à sua população.

Em 2014, o PIB dos Estados Unidos foi de 17,4 trilhões de dólares, o da China foi de 10,3 trilhões, e o do Brasil (7º lugar), de 2,3 trilhões.

Figura 21. Mundo: distribuição do PIB – 2014



PIB per capita

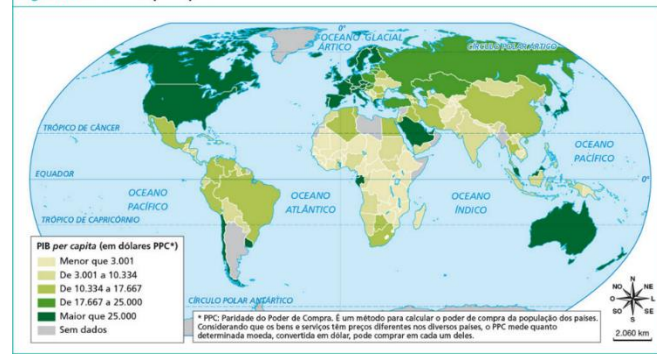
Dá-se o nome de PIB per capita (literalmente, “por cabeça”, ou seja, por habitante) à relação entre o PIB e a população total de um país.

O PIB per capita é calculado dividindo-se o valor do PIB de um país pelo total de sua população, e expressa, portanto, a relação entre a produção de riquezas por habitante de um país.

A desigualdade do PIB per capita entre os países indica grandes diferenças nas condições de vida da população. Com baixa produção de riquezas por habitante, o Estado arrecada menos impostos. Com isso, o dinheiro se torna escasso para investimento em infraestrutura, como abertura de estradas, construção de usinas de eletricidade e aparelhamento de portos, e para o desenvolvimento econômico e social, como educação, alimentação, habitação, saúde, pesquisa científica, entre outros. Além disso, em muitos casos, ocorre o desvio de verba pública por meio da corrupção político-administrativa, o que contribui para a falta de investimentos por parte do poder público.

Observe a figura 22 e veja a distribuição do PIB per capita no mundo.

Figura 22. Mundo: PIB per capita – 2012



Desigualdades no IDH (Índice de Desenvolvimento Humano)

Outro modo de observar o mundo e regionalizá-lo é segundo o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), utilizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) a fim de avaliar as condições de vida de um país.

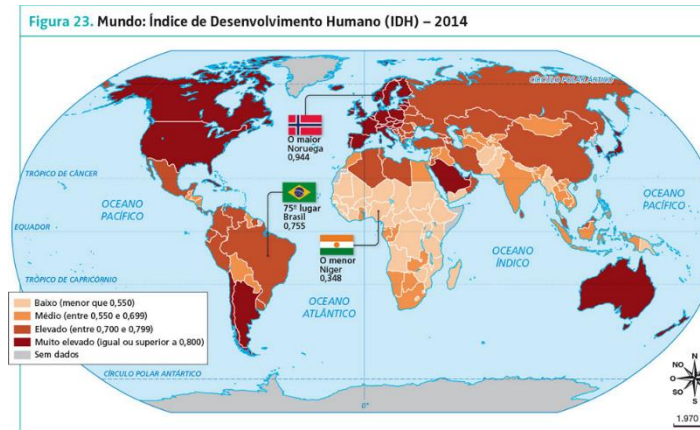
Segundo o Relatório do Desenvolvimento Humano 2015, o IDH de 2014 foi calculado considerando o índice de esperança de vida ao nascer, a média dos anos de estudo da população acima de 25 anos, a expectativa de anos de escolaridade e o Rendimento Nacional Bruto (RNB) per capita.

Estatisticamente, o IDH de 2014 distribuiu o total de países estudados em 4 grupos: o 1º quarto de maior IDH foi classificado como muito elevado (igual ou superior a 0,800); o 2º quarto, elevado (entre 0,700 e 0,799); o 3º, médio (entre 0,550 e 0,699); e o 4º, baixo (menor que 0,550). Quanto mais próximo de 1, mais alto é o desenvolvimento.

O mapa do IDH mundial de 2014 revela as desigualdades socioeconômicas existentes entre os países. Na Suécia, por exemplo, a esperança de vida ao nascer era de 82,2 anos, a média de anos de estudo era de 12,1 anos, a expectativa de anos de escolaridade era de 15,8 anos, o RNB per capita era de 45.636 dólares e o IDH era de 0,907. Já em Moçambique, a esperança de vida média era de 55,1

anos, a média de anos de estudo era de 3,2 anos, a expectativa de anos de escolaridade era de 9,3 anos e o RNB per capita era de 1.123 dólares — o IDH do país era de 0,416. Quanto ao Brasil, os dados de 2014 são, respectivamente: 74,5 anos; 7,7 anos; 15,2 anos; 15.238 dólares; e 0,755. Observe a figura 23.

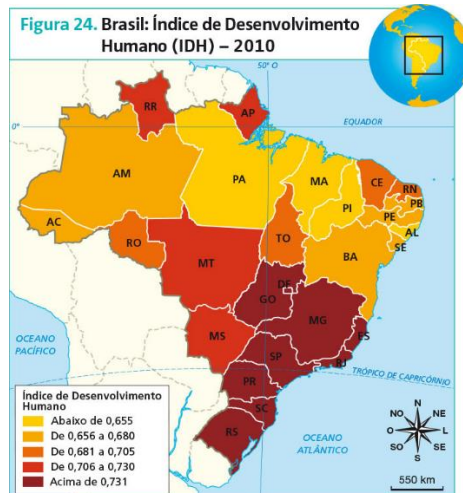
Em 2014, o Pnud alterou a metodologia de cálculo do IDH. Assim, os dados do IDH a partir de 2014 não são comparáveis aos dados de anos anteriores.



Observações sobre o IDH

Ao mostrar a média nacional, o IDH oculta as diferenças regionais internas do país. Mesmo em países ricos, como os Estados Unidos, há diferenças regionais marcantes. O mesmo se pode afirmar em relação ao Brasil, conforme se vê na figura 24.

Embora o Brasil esteja entre os países de IDH elevado, em 2014, não se pode ignorar que vários indicadores socioeconômicos brasileiros estão muito defasados em relação aos de países europeus, como a Sérvia, a Ucrânia e outros que estão no mesmo grupo de IDH em que se situa o Brasil. O IDH elevado do Brasil esconde diversas desigualdades sociais: o saneamento básico é ainda muito deficiente; em 2012, a mortalidade infantil era elevada (15,7‰) e a taxa de analfabetismo de adultos era de 8,7%. Além disso, há grande desigualdade de renda entre a população, e muitos brasileiros vivem na condição de pobreza extrema. Em 2013, cerca de 20% das famílias brasileiras tinham rendimento per capita de até meio salário mínimo.



1.4. OUTRAS REGIONALIZAÇÕES DO ESPAÇO MUNDIAL

1. Países desenvolvidos e subdesenvolvidos

Com o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), ficou evidente a grande desigualdade econômica, social, científica e tecnológica existente entre os países.

Isso ocorreu principalmente porque, durante a guerra, as principais potências — Estados Unidos, União Soviética, Reino Unido, França, Alemanha, Itália e Japão — mostraram ao mundo seu poderio bélico por meio de diversos armamentos, bombas e aeronaves sofisticadas (figura 25). Esses armamentos resultavam do grande avanço científico e tecnológico decorrente do desenvolvimento econômico por elas alcançado.



Figura 25. Aviões bombardeiros dos Estados Unidos retornam para porta-aviões após completarem missão contra alvos japoneses no Mar da China, durante a Segunda Guerra Mundial (janeiro de 1945).

Diante desse quadro mundial, a partir da década de 1950, as expressões *países desenvolvidos* e *países subdesenvolvidos* começaram a ser amplamente utilizadas, referindo-se, respectivamente, aos países com elevado desenvolvimento econômico e àqueles que não apresentavam tal desenvolvimento. Observe a figura 26 :

A divisão política da África em 1950 não corresponde à mostrada no mapa. Nesse ano, quase toda a África era formada por colônias europeias. O processo de formação dos Estados nacionais

africanos teve início em 1957 e se prolongou pelas décadas seguintes. A última alteração de fronteira de grande importância aconteceu em 2011, com a independência do Sudão do Sul.

Essa regionalização fazia sentido na época em que foi criada, apesar de ser generalizante. Entretanto, com o passar dos anos, alguns países classificados como subdesenvolvidos iniciaram o processo de industrialização e modernização, diferenciando-se dos demais. Assim, a divisão dos países em desenvolvidos e subdesenvolvidos tornou-se insuficiente para abarcar a nova realidade mundial.

2. Primeiro, Segundo e Terceiro Mundos

Outra maneira de regionalizar o mundo foi introduzida após a Segunda Guerra Mundial. Em 1952, o demógrafo francês Alfred Sauvy, ao estudar a economia mundial, usou pela primeira vez a expressão *Terceiro Mundo*, referindo-se aos países que não tinham participação nas decisões políticas

mundiais e apresentavam atraso significativo no desenvolvimento científico, tecnológico, econômico e social em relação aos países desenvolvidos.

Após ter sido usada por Sauvy, essa expressão popularizou-se nos meios jornalísticos, diplomáticos e acadêmicos entre 1952 e 1991. Assim, com base no nível de desenvolvimento econômico e na organização socioeconômica dos países, costumou-se também regionalizar o mundo em: **Primeiro Mundo**, que reunia países capitalistas desenvolvidos; **Segundo Mundo**, formado pelos países socialistas de economia planificada; e **Terceiro Mundo**, reunindo os países capitalistas subdesenvolvidos. Observe a figura 27.

Com a desagregação do bloco socialista no final da década de 1980 e início da década de 1990 (figura 28), a expressão “Segundo Mundo” perdeu o sentido. Entretanto, ainda são de uso corrente as expressões “Primeiro Mundo” e “Terceiro Mundo”, quando se quer designar, respectivamente, os países desenvolvidos e os países menos desenvolvidos de modo geral.



Figura 28. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, o mundo foi dividido entre os blocos socialista — liderado pela URSS — e

capitalista — comandado pelos Estados Unidos. A representação física dessa divisão foi construída em 1961, em Berlim. O muro dividiu a cidade até 1989, quando foi derrubado, simbolizando a reunificação da Alemanha e o fim do bloco socialista. Na foto, Muro de Berlim com policiais da Alemanha Oriental observando manifestantes no Portão de Brandemburgo (11 de novembro de 1989)



3. Países do Norte e países do Sul

Durante a década de 1980, a imprensa e os meios diplomáticos passaram a utilizar as expressões “Norte” para referir-se aos países desenvolvidos e “Sul”, aos subdesenvolvidos.

Essas expressões têm como base a posição geográfica dos países no globo terrestre, embora não seja em relação à linha equatorial. Por esse critério, o Norte corresponde aos países situados ao norte dos países subdesenvolvidos, ou do Sul, com exceção da Austrália e da Nova Zelândia. Observe a figura 29.

Essa regionalização, ou esse modo de ver o mundo, também não corresponde à realidade atual. Países como Coreia do Sul, Cingapura e Israel, por exemplo, realizaram grandes progressos econômicos e sociais e hoje apresentam indicadores sociais semelhantes aos dos países desenvolvidos: elevada esperança de vida, baixas taxas de mortalidade infantil, boas condições de saneamento básico e alta taxa de alfabetização de adultos. Além disso, apresentam significativo desenvolvimento industrial e centros de pesquisas científicas e tecnológicas etc.

Da mesma maneira, é um engano considerar que todos os países situados ao norte sejam desenvolvidos. Quando a regionalização do mundo em Norte e Sul foi realizada, a União Soviética ainda não se havia desintegrado e, naquele contexto, era considerada um país desenvolvido. Isso explica por que ex-repúblicas soviéticas, como Uzbequistão, Turcomenistão, Quirguistão e Tadjiquistão, foram incluídas no conjunto de países do Norte. No entanto, atualmente esses países apresentam vários indicadores sociais mais baixos que os do Brasil, por exemplo.

4. Regionalização segundo níveis de desenvolvimento

A fim de tornar a regionalização entre países do Norte e do Sul mais próxima da realidade atual, alguns estudiosos franceses, com base nos níveis de desenvolvimento dos países, realizaram modificações na regionalização anterior (veja a figura 29). Observe agora a figura 30.

Além de modificar o traçado da linha que divide o Norte e o Sul, essa regionalização anterior com base em características econômicas cria subconjuntos de países Tipo Norte e Tipo Sul. Conheça, a seguir, as características de cada um dos subconjuntos.

Países Tipo Norte

Nesse grupo, estão os países desenvolvidos, os ex-socialistas e os Tigres Asiáticos.

Países desenvolvidos

De modo geral, são países altamente industrializados, com grandes investimentos em centros de pesquisa científica, o que lhes confere o domínio de tecnologias avançadas em diversos setores do conhecimento (informática, aeroespacial, nuclear, engenharia genética etc.). Apresentam IDH elevado ou muito elevado.

Entretanto, cabe lembrar que os países classificados como desenvolvidos não formam um conjunto homogêneo. Há diferenças entre eles, principalmente no desenvolvimento científico e tecnológico. A liderança nesse setor cabe a Estados Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido e França. Além disso, esse grupo de países apresenta, em menor grau que os países subdesenvolvidos, alguns problemas sociais, como se pode observar na figura 31.



Países ex-socialistas

De modo geral, os Estados europeus que adotaram o regime socialista investiram pesadamente na industrialização e realizaram grandes investimentos em saúde, em centros de pesquisa, na educação em diferentes níveis etc.

Por volta do final dos anos 1980 e início dos 1990, os países do bloco socialista, diante do crescente descontentamento da população com a falta de liberdades democráticas, entre outras razões, abandonaram o regime socialista e implantaram o sistema capitalista. No entanto, a infraestrutura industrial, educacional e de saúde, construída ao longo do socialismo, permaneceu. Isso explica o fato de que, nessa regionalização, esses países pertençam ao grupo de países do Tipo Norte.

Os Tigres Asiáticos

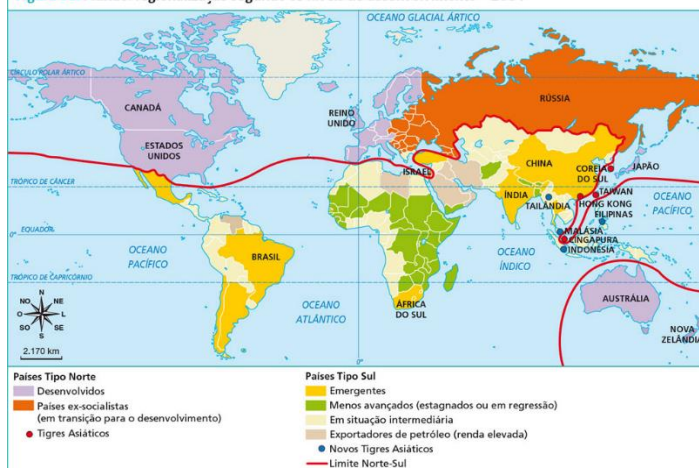
A figura do tigre representa, no imaginário oriental, astúcia e força. Por isso, a expressão “Tigres Asiáticos” é usada para designar os países da Ásia que, em curto período, apresentaram intenso e contínuo desenvolvimento econômico e social. São chamados também de Novos Países Industriais, pois se industrializaram após a Segunda Guerra Mundial, diferenciando-se daqueles que passaram pelas revoluções industriais nos séculos XVIII, XIX e início do século XX. Observe novamente as figuras 29 e 30. Na regionalização da figura 29, Israel e os Tigres Asiáticos (Coreia do Sul, Taiwan, Cingapura e Hong Kong) pertencem ao conjunto dos países do Sul.

Figura 29. Mundo: regionalização em países do Norte e países do Sul – 1985



Entretanto, de 1960 aos dias atuais, esses países apresentaram um intenso e contínuo desenvolvimento econômico e social. Industrializaram-se com muita rapidez, implantaram centros de pesquisa de tecnologia avançada, investiram em educação e equiparam seus indicadores sociais aos dos países desenvolvidos da Europa e da América do Norte. Isso justifica sua presença no conjunto de países Tipo Norte da figura 30.

Figura 30. Mundo: regionalização segundo os níveis de desenvolvimento – 2004



Países Tipo Sul

Nesse grupo, estão os países emergentes, os menos avançados, os países considerados em situação intermediária, os exportadores de petróleo e os Novos Tigres Asiáticos.

Emergentes

México, Brasil, Chile, Argentina, África do Sul, Índia, China e alguns outros países são chamados, no atual cenário internacional, de países emergentes, em decorrência de certas características: considerável industrialização, crescimento econômico, domínio de alguns setores avançados de ciência e tecnologia e atração de investimentos estrangeiros. Quatro desses países emergentes são conhecidos com o nome Brics.

Entretanto, por não considerar as condições de vida da população, a expressão “emergente”, tal como “país em desenvolvimento”, pode mascarar graves problemas sociais ainda não superados por esses países, em que grande parcela da população é privada de boas condições de vida (tabela 5).

Tabela 5. IDH, mortalidade infantil e porcentagem da população com renda igual ou inferior a US\$ 1,25 por dia de alguns países emergentes e desenvolvidos

País	IDH*	Mortalidade infantil de menores de 1 ano (‰)**	População com renda igual ou inferior a 1,25 (em dólares PPC) por dia (%)***
Países emergentes			
México	0,756	12,5	1,0
Chile	0,832	7,1	s/d

Argentina	0,836	11,9	1,4
Brasil	0,755	12,3	3,8
África do Sul	0,666	32,8	9,4
Índia	0,609	41,4	23,6
China	0,727	10,9	6,3
Países desenvolvidos			
Canadá	0,913	4,6	s/d
Alemanha	0,916	3,2	s/d
Itália	0,873	3,0	s/d

Outros subconjuntos de países Tipo Sul

O subconjunto de países exportadores de petróleo apresenta renda elevada. Entretanto, nesses países existe grande concentração da renda nas mãos de classes sociais privilegiadas, que gozam de alto nível de vida, enquanto uma parcela significativa da população encontra-se em condições mínimas de sobrevivência.

Os Novos Tigres Asiáticos, chamados também de Nova Geração de Tigres Asiáticos — Tailândia, Malásia, Indonésia e Filipinas —, depois da liberalização de suas economias no final dos anos 1980, atraíram muitos investimentos estrangeiros que impulsionaram a industrialização e o crescimento econômico, levando-os a se diferenciar do conjunto dos países menos avançados e em situação intermediária — países que se encontram entre os emergentes e os menos avançados. Entretanto, a exemplo dos emergentes, grande parcela da população desses países tem condições de vida precárias.

A situação social mais dramática é encontrada no subconjunto de países menos avançados. Grande parte desses países se localiza na África; na Ásia, reúne Afeganistão, Nepal, Paquistão e Iêmen; e, na América, destaca-se o Haiti. Os indicadores sociais desses países são os mais baixos (tabela 6), se comparados aos dos demais subconjuntos. A economia é assentada, principalmente, na agricultura e na exploração mineral. Embora esses países sejam produtores de café, algodão, amendoim, cacau etc., boa parte da população apresenta déficit alimentar e, em consequência, taxas elevadas de desnutrição.

Tabela 6. Indicadores sociais de alguns países menos avançados

País	IDH*	Taxa de mortalidade infantil de menores de 1 ano (‰)**	Esperança de vida média (anos)*

Burkina Fasso	0,402	64,1	58,7
Guiné Bissau	0,420	77,9	55,2
Etiópia	0,442	44,4	64,1
Zâmbia	0,586	55,8	60,1
Haiti	0,483	54,7	62,8
Nepal	0,548	32,2	69,6
Iêmen	0,498	40,4	63,8
Paquistão	0,538	69,0	66,2

5. O caráter transitório das regionalizações

Como você viu, não é tarefa fácil regionalizar o mundo de acordo com o desenvolvimento econômico e social dos países. Há grande diversidade em relação a esse aspecto, e o dinamismo das sociedades humanas pode alterar essas características em pouco tempo. Por isso, as regionalizações com base nesse critério têm caráter transitório.

No entanto, o estudo desse assunto poderá instigá-lo a lançar um novo olhar sobre o mundo e, certamente, muitas perguntas e questionamentos surgirão. Afinal, por que existem tantas desigualdades econômicas e sociais? Por que alguns países oferecem condições de vida dignas e outros mantêm parcela significativa da população em condições precárias?

Hora de avaliar o aprendizado

Para fazer agora

01. Cite os cinco principais conjuntos de paisagens naturais da Terra e indique a paisagem à qual pertence a localidade onde você mora.
02. Em relação ao PIB, responda.
 - a) O que é?
 - b) Quais eram as dez principais economias em 2014?
 - c) Se somarmos o PIB das dez economias do mundo em 2014, essa soma corresponderá a que porcentagem do PIB mundial?
03. Aponte a relação entre PIB per capita e desenvolvimento econômico e social.
04. Em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH):
 - a) Explique o que é.
 - b) O Brasil integra o conjunto de países de IDH elevado. Isso significa que toda a população

brasileira tem boas condições de vida? Explique.

05. Por que se pode considerar generalizante a regionalização do mundo em países desenvolvidos e subdesenvolvidos, realizada após a Segunda Guerra Mundial?
06. Explique por que a regionalização do mundo em países do Norte e países do Sul não corresponde à realidade atual.
07. Até recentemente empregavam-se as expressões “Primeiro Mundo”, “Segundo Mundo” e “Terceiro Mundo” para designar três conjuntos de países do mundo. Explique o que eram e por que não tem mais sentido o termo Segundo Mundo.
08. Cite os países que foram denominados “Tigres Asiáticos” pelo intenso crescimento socioeconômico que apresentaram nos anos 1960 e seguintes e os países que formam os “Novos Tigres Asiáticos”.

CAPÍTULO 02- MUNDO GLOBAL: ORIGENS E DESAFIOS



A comunicação nunca foi tão fácil no mundo. Uma informação gerada em um ponto do planeta pode ser transmitida, em instantes, por texto, som ou imagem para qualquer lugar. No passado, deslocar-se de um país a outro levava meses; hoje, faz-se em horas. Neste capítulo, você vai descobrir como esse mundo “global e conectado” vem sendo construído, as consequências desse processo e por que é tão importante compreendê-lo.

Tópicos :

- 1.Origens e bases do mundo global
- 2.A economia global
- 3Globalização e meio ambiente
4. Crises e desigualdades no mundo global

2.2. ORIGENS E BASES DO MUNDO GLOBAL

1. Nunca estivemos tão próximos

Há um século, meios de comunicação como o rádio e o telefone tinham acabado de ser inventados e um número reduzido de pessoas podia obtê-los. Além disso, o acesso à informação era mais restrito. Hoje, o acesso aos meios de comunicação se ampliou e é possível obter, em “tempo real” — por meio dos noticiários televisivos, da internet e da telefonia móvel —, informações sobre fatos, pessoas e paisagens de diferentes pontos do planeta.

Com isso, hábitos de consumo, como a preferência por determinadas formas de se vestir, filmes e músicas, podem ser compartilhados diariamente, a todo instante, por pessoas de diversas culturas e países (figura 1). Esses exemplos ajudam a entender as expressões mundo global e globalização. Ambas transmitem a ideia de que vivemos um momento marcado pela intensificação das relações sociais mundiais, em função de diversos fatores tecnológicos que afetam a economia do planeta, bem como a política e as sociedades.

A globalização, porém, não é algo recente. Está em curso há mais de cinco séculos. Dessa maneira, o que hoje chamamos de globalização é apenas uma etapa específica e avançada de um processo antigo.



Figura 1. Com o avanço das tecnologias de comunicação, pessoas de diferentes culturas e países distantes podem compartilhar informações e hábitos de consumo instantaneamente. Nas fotos, jovens nos Estados Unidos (foto A) e na China (foto B) usam fantasias inspiradas nos personagens do filme estadunidense Avatar (2010).

2. Como tudo começou: as economias-mundo

Até o século XV, o meio natural e as limitações tecnológicas dificultavam as relações econômicas e culturais entre povos de diferentes continentes e entre populações de uma mesma região.

Cadeias montanhosas, cordilheiras e vastas superfícies de água dificultavam as viagens e as comunicações, e, embora o comércio de longa distância ocorresse, era realizado em ritmo muito mais lento se comparado aos padrões atuais. Dessa maneira, o isolamento e a autossuficiência econômica eram condições comuns à maioria dos povos: muitas vezes, as pessoas nasciam, viviam e morriam sem saber da existência de outros povos e culturas diferentes da sua ou acabavam tomando conhecimento deles apenas por meio de lendas e relatos de viajantes.

Assim, até o século XV, a Terra abrigava cinco economias-mundo, ou seja, cinco grandes regiões do planeta economicamente autônomas, capazes de garantir o abastecimento das próprias populações. Segundo o historiador Fernand Braudel, essas cinco regiões eram: Europa, China, Índia, a África árabe e a América, ocupada por civilizações pré-colombianas. Desenvolviam-se, em grande parte, separadas entre si, embora nos limites geográficos entre algumas delas possivelmente houvesse trocas culturais e comerciais.

Esse cenário começou a se modificar no século XV, com a transformação das economias-mundo em um sistema-mundo.

3. As quatro fases da globalização e o sistema-mundo

O processo de globalização, que teve início no século XV, passou por diferentes fases de desenvolvimento até chegar à atualidade. É possível distinguir quatro delas.

Primeira fase

Os primeiros movimentos da globalização se iniciaram com a expansão geográfica da economia-mundo europeia por meio das grandes navegações marítimas dos séculos XV e XVI. Alguns povos europeus, impulsionados pela busca de metais preciosos que cobrissem os gastos das monarquias europeias e de produtos exóticos para serem comercializados na Europa, aproveitaram os avanços das técnicas de navegação e estabeleceram relações comerciais mais intensas com as demais economias-mundo (figura 2).

Entre o século XV e meados do XIX, ampliaram-se a migração de pessoas e a circulação de produtos, fazendo surgir novos mercados entre regiões antes isoladas, favorecendo a expansão comercial.



Figura 2. Monumento aos Descobrimentos, em Lisboa, capital de Portugal (2014). Inaugurado em 1960, este monumento tem a forma de uma caravela e homenageia, entre outros, os navegadores, cartógrafos e intelectuais que participaram das grandes navegações marítimas dos séculos XV e XVI. Atualmente, é um importante ponto de atração turística.

Segunda fase

Entre a segunda metade do século XIX e o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, o processo de globalização adquiriu novo impulso com a expansão da dominação política, econômica e militar europeia sobre grandes extensões da África e da Ásia, onde foram estabelecidos impérios coloniais.

As inovações técnicas aplicadas à indústria, aos transportes e às comunicações, com a expansão das ferrovias, do uso de automóveis, aviões (figura 3), telégrafos, telefones e rádios, contribuíram para intensificar, agilizar e ampliar a difusão de relações econômicas capitalistas para outros territórios.



Figura 3. Entre outras inovações técnicas, as que foram aplicadas na aviação contribuíram para impulsionar a globalização. Na foto, avião sobrevoa o aeroporto LaGuardia, localizado na cidade de Nova York, Estados Unidos (1940).

Terceira fase

Entre 1945 e 1989, o processo de globalização esteve condicionado à Guerra Fria — conflito caracterizado pela presença de dois blocos de poder político e econômico rivais: o capitalista, liderado pelos Estados Unidos; e o socialista, capitaneado pela extinta União Soviética. Esses dois países disputavam entre si a ampliação de suas áreas de influência no mundo.

Nessa fase, a globalização continuou a expandir-se, em grande parte graças aos avanços tecnológicos na informática, nas telecomunicações (figura 4) e nos transportes.



Figura 4. Durante a Guerra Fria, as tecnologias espaciais e de comunicação passaram por intenso desenvolvimento. Na foto, satélite de comunicações na órbita da Terra (1984).

Quarta fase

Desde a última década do século XX, com o fim da Guerra Fria, o mundo passou a viver a quarta fase da globalização, ampliada em função do avanço do capitalismo em direção aos países nos quais antes existia o socialismo.

Os avanços tecnológicos, com predomínio da informática (figura 5), favoreceram ainda mais a expansão do capitalismo, provocando grandes mudanças na produção e na circulação de mercadorias, nos transportes de cargas e passageiros, na difusão de bens culturais e de artigos de consumo, entre outras. A maior eficiência das telecomunicações também possibilitou a formação de redes digitais mundiais e estimulou o avanço da globalização.

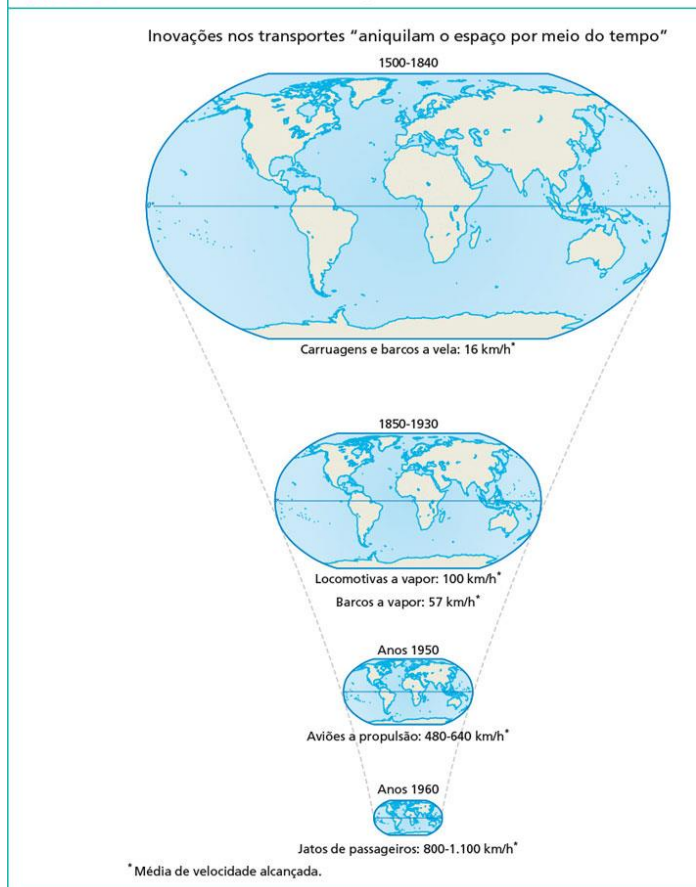


Figura 5. Na atual fase da globalização, redes de computadores permitem rapidez nas transações financeiras entre pessoas e empresas em todo o mundo. Na foto, Bolsa de Valores de Hong Kong, China (2014).

4. Transportes e telecomunicações: os motores tecnológicos da globalização

Nas últimas décadas, os meios de transporte se modernizaram, tornando-se mais rápidos e mais baratos. Com isso, aumentou a capacidade de transporte de carga e de passageiros, e intensificaram-se os deslocamentos de pessoas e mercadorias em intervalos de tempo cada vez menores, possibilitando a integração de diferentes regiões do mundo (figura 6).

Figura 6. O encurtamento do espaço-tempo



O esquema representa o encolhimento do mapa mundial graças às inovações nos transportes, que permitiram percorrer maiores distâncias em menos tempo, como se o espaço tivesse sido "encurtado". Em função disso, o mundo tornou-se cada vez mais acessível para o avanço do capitalismo, e as distâncias, relativamente menores para quem pode utilizar os transportes modernos.

Do mesmo modo, os avanços tecnológicos na informática permitiram que os fluxos de informação se tornassem cada vez mais intensos e velozes, tanto em escala local e regional como em âmbito nacional ou global.

Nos dias atuais, pessoas, empresas, governos e organizações dos mais variados tipos comunicam-se por meio de antenas, estações de satélites, cabos de fibra óptica (figura 7), telefones fixos e móveis, e por computadores conectados a diversas redes sociais. Vivemos, assim, em um mundo ligado por redes de fluxos de informações, conectando pessoas, capitais e negócios.



Figura 7. Instalação de cabos subterrâneos de fibra óptica na cidade de Bensheim, Alemanha (2014), a fim de acelerar o fluxo de informações e possibilitar a conexão rápida de pessoas e de empresas no mundo globalizado.

No entanto, é importante lembrar que esses fluxos de informações não incluem países, regiões e lugares do mundo da mesma maneira (figura 8), assim como os efeitos da globalização não chegam a todos igualmente. Na verdade, a globalização, muitas vezes, gera ou amplia desigualdades no espaço geográfico mundial, como estudaremos no capítulo 8.

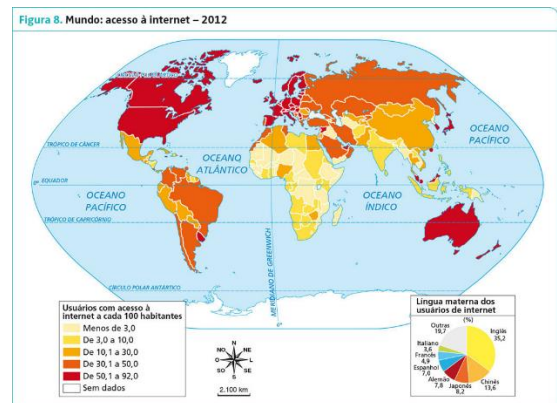
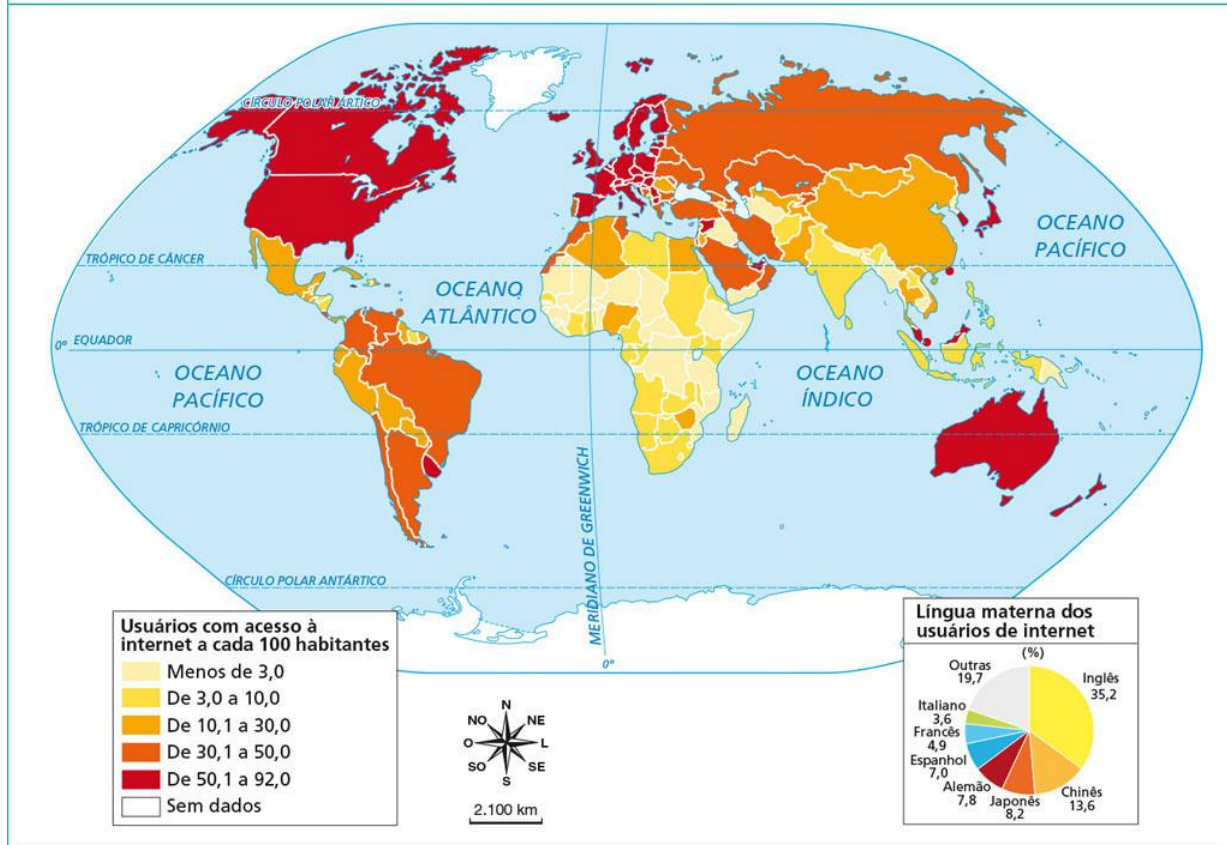


Figura 8. Mundo: acesso à internet – 2012

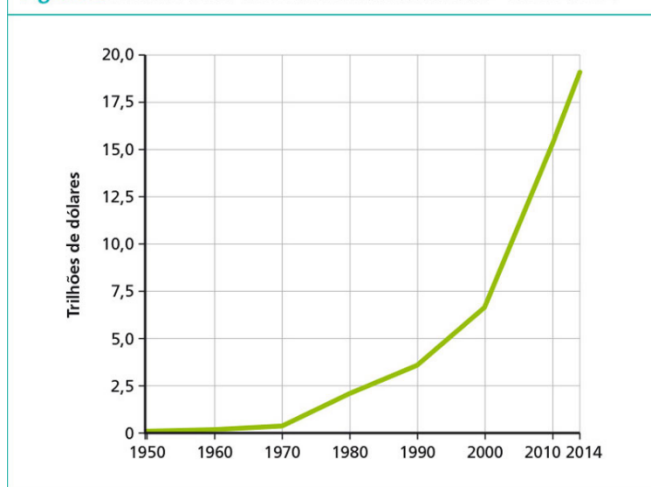


2.3 A ECONOMIA GLOBAL

1. Fluxos de mercadorias: o comércio global desigual

Na atual fase da globalização, tem-se observado um extraordinário crescimento do comércio internacional. De acordo com dados da Organização Mundial do Comércio (OMC), em 1950, o intercâmbio comercial mundial era de 64 bilhões de dólares. Em 2014, atingiu a marca dos 19 trilhões de dólares (figura 9).

Figura 9. Mundo: valor do comércio internacional – 1950-2014



Alguns fatores foram decisivos para que isso ocorresse, entre eles: a melhoria dos meios de transporte e de comunicação; a diminuição dos custos e dos fretes; o rápido crescimento da

população mundial nos últimos 50 anos; o aumento do rendimento de muitas famílias; e a entrada de novos países no comércio internacional mundial. Essas transformações resultaram na difusão de um estilo de vida centrado no consumo; daí a expressão sociedade do consumo, caracterizada por uma intensa procura por todo tipo de produto e pela liberalização das regras comerciais — com o objetivo de facilitar a exportação e a importação de mercadorias entre países.

O comércio internacional, no entanto, continua apresentando desigualdades marcantes: enquanto Europa Ocidental, América do Norte e parte da Ásia — os três principais polos da economia mundial —

têm grande participação no comércio mundial, muitos países da América Latina e da África, por exemplo, ocupam posições marginais, com reduzidos fluxos de importação e exportação.

Em parte, isso se explica pela maior capacidade de produção e de consumo dos países cuja industrialização é mais desenvolvida e pelo fato de muitos desses países manterem barreiras comerciais que impedem a entrada de produtos mais baratos, principalmente agropecuários, oriundos dos países subdesenvolvidos e emergentes.

As transnacionais

Em todo o mundo, parte expressiva da produção, do comércio e do consumo é impulsionada e controlada pelas chamadas

transnacionais (figura 10) — empresas com alto nível de organização que atuam dentro e fora do território de seu país de origem, por meio de filiais

governamentais a fim de estabelecer normas que facilitem seu desempenho. Realizam maciços investimentos tanto no país de origem como nos

Figura 10. Mundo: valor de mercado das 500 maiores transnacionais – 2011



espalhadas pelo mundo.

Embora existam inúmeras transnacionais originárias de países emergentes — como as brasileiras Petrobras e Vale, que têm sede no Rio de Janeiro e atuam em mais de 25 países; e a chinesa Sinopec, do setor energético, que ocupou, em 2014, o 2o lugar no ranking das maiores transnacionais em volume de negócios (figura 11) —, a maioria e as mais poderosas estão sediadas em países desenvolvidos: Estados Unidos, Japão, Alemanha, França, Reino Unido e Suíça. Para ter ideia, o valor de negócios de muitas dessas empresas supera o PIB de diversos países. É o caso da Áustria (436,3 bilhões de dólares) e de Portugal (229,6 bilhões de dólares),

países Tipo Sul — onde são atraídas por diversas vantagens, como a disponibilidade de matéria-prima e mão de obra baratas, mercados consumidores promissores para a expansão de seus negócios, leis e fiscalização mais brandas ou ausentes, além de grandes oportunidades oferecidas pelos governos locais de redução de impostos, que favorecem a lucratividade dessas empresas.

Com base nesse cenário, as transnacionais são responsáveis por uma nova forma de produção: a fábrica global.

2. A fábrica global e a nova divisão internacional do trabalho

Com o objetivo de aumentar os lucros, as transnacionais se apoiam em uma forma descentralizada de produção, em que cada etapa pode ser desenvolvida em um país diferente, de acordo com as vantagens que o país oferece quanto aos custos de produção, a margem de lucro e a possibilidade de aumentar sua competitividade no mercado global.

Nessa cadeia produtiva, uma empresa transnacional pode, por exemplo, fabricar um componente de seu produto (computador, carro, caminhão etc.) em um país, produzir outro em um segundo país e fazer a montagem do produto final em um terceiro (figura 12), mantendo, normalmente, o centro administrativo da empresa no país de origem.

Figura 11. As 10 maiores transnacionais em volume de negócios – 2014

Empresa (nacionalidade)	Setor de atividade	Volume de negócios (em bilhões de dólares)
Wal-Mart Stores (Estados Unidos)	Distribuição	485,6
Sinopec (China)	Energia	446,8
Royal Dutch Shell (Reino Unido e Países Baixos)	Energia	431,3
China National Petroleum (China)	Energia	428,6
Exxon Mobil (Estados Unidos)	Energia	382,6
BP (Reino Unido)	Energia	358,7
State Grid (China)	Energia	339,4
Volkswagen (Alemanha)	Automotivo	268,6
Toyota (Japão)	Automotivo	247,7
Glencore (Suíça)	Matérias-primas	221,1

entre outros.

O poder das transnacionais

Por causa de sua importância econômica, algumas transnacionais têm um enorme poder de influenciar a economia global de acordo com os próprios interesses. Atuam também nas esferas do poder político, a ponto de interferir em ações



Figura 12. Trabalhadores em indústria de confecção no México, na fronteira com os Estados Unidos (2014). Essa indústria finaliza produtos para muitos clientes do mundo.

Para isso, as transnacionais contam com um eficiente sistema de distribuição e sofisticados sistemas de transporte e de comunicação, que “encurtam” o espaço mundial e permitem a chegada

de seus produtos a diferentes pontos do mundo com preços mais competitivos.

Repare que essa realidade é bastante diferente daquela do século XIX até meados do século XX, quando os países industriais, principalmente as potências europeias e os Estados Unidos, exportavam manufaturados para os países de economia primária da América Latina, Ásia e África, que, por sua vez, exportavam produtos agrícolas e minerais para os países industriais.

Na fábrica global, a cadeia produtiva descentralizada e as inovações tecnológicas intensificaram os fluxos comerciais e modificaram o mercado de trabalho, exigindo mão de obra qualificada e criando novas formas de desemprego. Entenda a seguir como isso acontece.

O mercado de trabalho

A forte concorrência, característica marcante do período mais recente da globalização, leva as empresas a buscar a contínua renovação das estratégias de produção e comercialização de seus produtos. Ao perseguir esse objetivo, elas adotam novas tecnologias no processo produtivo, aumentando a demanda por trabalhadores criativos e qualificados, com maior nível de escolaridade e capazes de se adaptar constantemente às mudanças em todos os setores de produção: agricultura, indústria, comércio e prestação de serviços.

No entanto, em muitos setores, os trabalhadores têm dificuldade para se manter nos postos de trabalho e conservar a estabilidade de seus rendimentos. Isso acontece porque a remuneração se dá cada vez mais em função da produtividade, e nem sempre os trabalhadores contam com jornadas de trabalho regulares — situação que estabelece as chamadas relações de trabalho flexíveis, em que a carga horária é menos importante do que a qualidade e a produtividade do trabalho que se é capaz de realizar (figura 13).



Figura 13. Algumas empresas têm como política a criação de espaços que visam ao bem-estar e ao exercício da criatividade por seus contratados. Na foto, funcionários de empresa de prestação de serviços on-line em sala de jogos no horário de expediente, em Mountain View, no estado da Califórnia, Estados Unidos (2013).

O aumento do desemprego na economia global. Existem muitas causas para o desemprego, mas, na atual fase da globalização, a inserção das inovações tecnológicas nos processos produtivos tem contribuído para aumentar o problema. A esse tipo de desemprego dá-se o nome de tecnológico ou estrutural, derivado, em grande parte, da substituição da mão de obra pela mecanização, pela automação e pela informatização do processo produtivo (figura 14). Embora mais presente nos países desenvolvidos, o desemprego tecnológico também atinge os demais países.

Às dificuldades impostas pelo desemprego estrutural somam-se, ainda, as do desemprego conjuntural ou cíclico, que diz respeito à dispensa de mão de obra durante uma crise econômica — período em que as demissões são temporárias e os empregos são retomados quando a crise é superada.

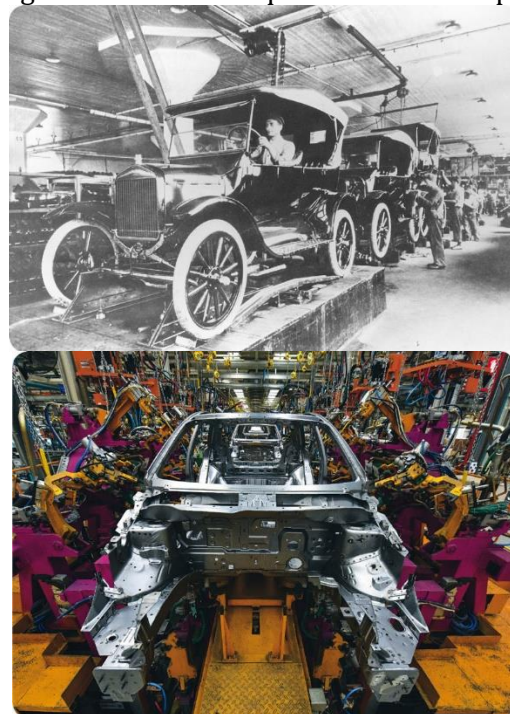


Figura 14. Na foto A, linha de montagem automobilística na cidade de São Paulo, SP (1923). No início do século XX, quando ainda não havia maquinário moderno nem robôs operando na montagem dos automóveis, grande número de trabalhadores se revezava em vários turnos para dar conta de todas as etapas de produção. Atualmente, o avanço tecnológico permite a produção de automóveis em grande escala, em menos tempo, com alto grau de sofisticação e número reduzido de operários. Na foto B, destaque para o uso de robôs na indústria automobilística no município de Jacareí, SP (2015).

Hora de avaliar o aprendizado

Para fazer agora

01. De que maneira os avanços tecnológicos nas telecomunicações e nos sistemas de transporte favoreceram o processo de globalização?

02. Explique o significado do termo “fábrica global”.

03. Explique por que o fato de uma crise financeira mundial afetar o Brasil é sinal de que o país está integrado à economia global.

04. Diferencie desemprego tecnológico ou estrutural de desemprego conjuntural ou cíclico.

05. Imagine que uma grande empresa do setor automobilístico, com sede nos Estados Unidos, decidiu ampliar os negócios e, para começar, abriu filiais em dois países — Alemanha e China — e modificou o sistema produtivo de sua filial no Japão. Considere o plano de ação dessa empresa e, depois, responda às questões.

Plano de ação – Transnacional estadunidense		
Filiais	Objetivo da filial	Sistema produtivo implantado
Alemanha	Fabricação de motores.	Mecanizado, com mão de obra especializada.
Japão	Fabricação de componentes eletrônicos.	Informatizado e mecanizado.
China	Linha de montagem dos automóveis.	Com mão de obra abundante e barata.

a) O que permitiu que essa forma de produção se tornasse viável nas últimas décadas?

b) Com base no sistema produtivo implantado em cada país, explique por que essa forma de produção pode ser vantajosa para as empresas.

c) Em qual dos países, nesse exemplo hipotético, há maior risco de desemprego tecnológico? Por quê?

06. Leia a charge abaixo e interprete-a. Depois, discuta o assunto com seus colegas e o professor.



07. Além dos fluxos do comércio internacional, outro indicador da intensificação da globalização da economia é o Investimento Direto Estrangeiro (IDE), caracterizado por operações financeiras realizadas pelas empresas transnacionais de um país diretamente na economia dos países onde se instalam. Com base na explicação e na tabela abaixo, responda às questões.

Investimento Direto Estrangeiro no mundo – 2012 (bilhões de dólares)	
Regiões do mundo	IDE
União Europeia (UE)	258,5
Estados Unidos	143,6
África	50,0
América Latina e Antilhas	243,8
Sudeste da Europa e CEI*	87,3

*CEI (Comunidade dos Estados Independentes): organização formada pela Rússia e mais dez países que integravam a antiga União Soviética.

a) Aponte a região que mais recebeu investimento estrangeiro e aquela que menos recebeu em 2012.

b) É importante que um país receba investimento estrangeiro? Explique.

2.3 – GLOBALIZAÇÃO E O MEIO AMBIENTAL

1. Os debates internacionais sobre meio ambiente

A preocupação com o meio ambiente não é recente. Há pelo menos dois séculos, estudiosos alertam sobre os danos provocados à natureza por causa da ação humana.

No entanto, após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), os problemas ambientais tornaram-se mais visíveis em função do crescimento da população global, da difusão de padrões de consumo exacerbados e da rápida industrialização e urbanização das sociedades. Com esse processo em curso, intensificou-se a pressão sobre os recursos naturais, ou seja, houve o aumento da utilização desses recursos, o que levou os debates ambientais ao âmbito mundial.

Em 1972, foi realizada a Conferência sobre Meio Ambiente Humano, em Estocolmo, capital da Suécia, a primeira organizada pelas Nações Unidas. Nesse evento, dois conjuntos de países se destacaram nos debates: os países desenvolvidos, que defenderam a necessidade de controlar o crescimento econômico de base industrial considerado poluidor e consumidor de recursos não renováveis; e os demais países, que interpretaram a proposta daqueles como uma tentativa de impedir sua industrialização, defendendo que as preocupações com o meio ambiente não poderiam afetar seu crescimento econômico.

Vinte anos depois, em 1992, os países-membros da ONU se reuniram no Rio de Janeiro, na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, para debater novamente os problemas ambientais. Conhecido como Rio-92 ou Eco-92 (figura 15), esse evento contou com a participação de 178 países e 114 chefes de Estado, que, com base na noção de desenvolvimento sustentável, lançaram as primeiras iniciativas para conciliar desenvolvimento econômico e conservação do meio ambiente.



Figura 15. Plenário da Eco-92, no Rio de Janeiro, RJ (1992).

Dez anos depois da Rio-92, realizou-se em Johannesburgo, na África do Sul, a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, conhecida também como Rio+10. Os resultados não foram muito satisfatórios. Assuntos

importantes da pauta, como o estabelecimento de metas quanto ao uso de energias renováveis, não obtiveram avanço. Em 2012, realizou-se, na cidade do Rio de Janeiro, a Rio+20, que reiterou a necessidade da implementação do desenvolvimento sustentável.

Apesar da importância desses eventos, os problemas ambientais persistem de modo intenso e preocupam especialistas.

O acelerado processo de urbanização e o crescimento da atividade industrial, intensificados após a Segunda Guerra Mundial, geraram pressões aos recursos naturais. A enorme demanda por consumo, moradia e bens e serviços nas grandes cidades agravaram os problemas ambientais.

2. Principais problemas ambientais do século XXI

Entre os principais problemas ambientais do século XXI, destacam-se a degradação do solo, as queimadas, a escassez de recursos hídricos e a ameaça à biodiversidade.

A degradação dos solos

A degradação dos solos pode ocorrer por meio da erosão, da acidificação ou da acumulação de metais pesados, levando à diminuição de nutrientes minerais e de matéria orgânica (húmus), o que pode restringir ou inviabilizar o uso do solo para a agricultura.

Vários fatores contribuem para a degradação dos solos (figura 16), entre eles: o desmatamento, que facilita a erosão superficial causada pela água da chuva e pelo vento e provoca o transporte de húmus e nutrientes, além de sulcos no solo, que podem formar voçorocas (figura 17).

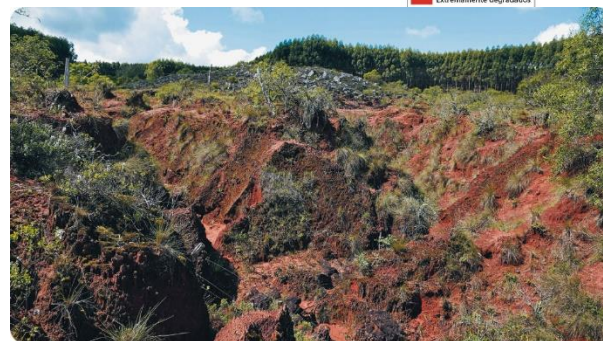
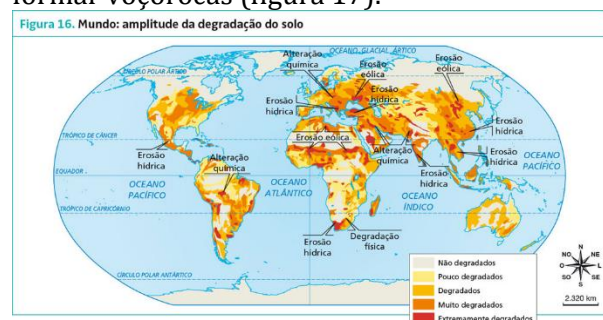
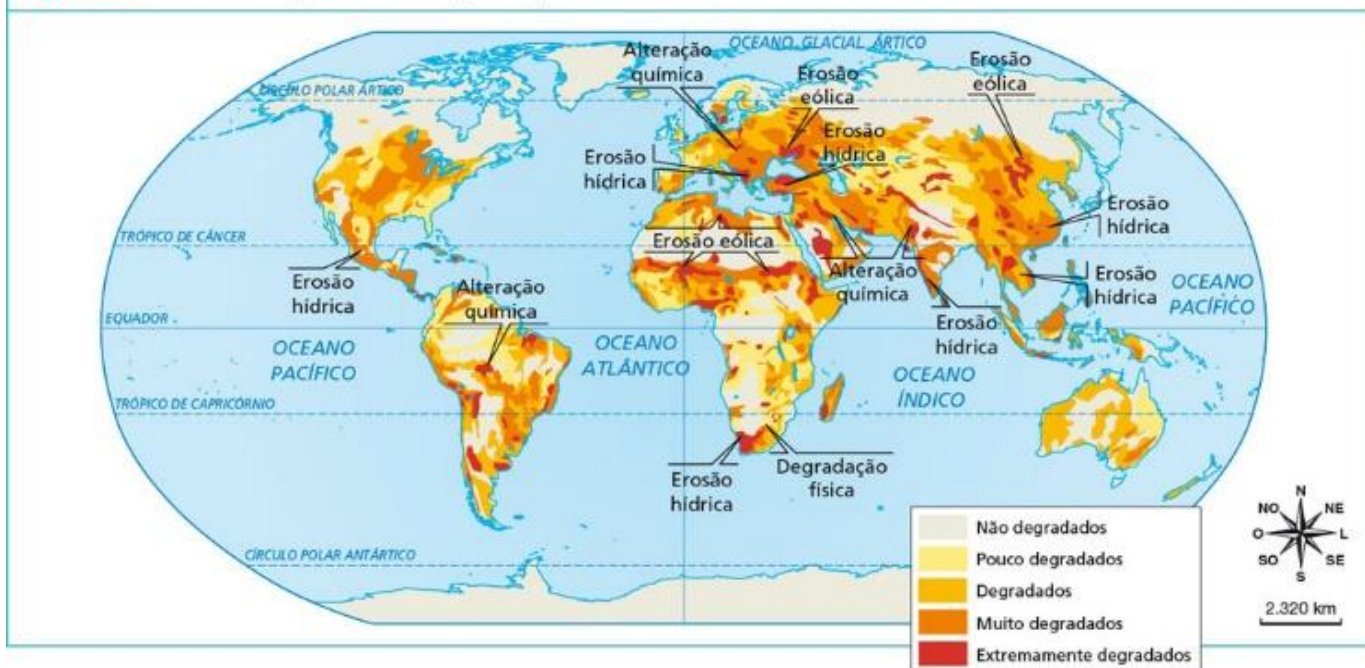


Figura 17. Voçoroca na área rural do município de São Francisco de Assis, RS (2014).

Figura 16. Mundo: amplitude da degradação do solo



Outros fatores que causam a degradação dos solos são: o despejo de resíduos industriais e o uso de agrotóxicos pela agricultura, que alteram a composição química do solo; o uso de máquinas pesadas na agricultura; e a sobrepastagem. Todos eles acarretam a compactação do solo e facilitam a erosão, o transporte de nutrientes e a redução da capacidade de infiltração da água, com consequente impacto no desenvolvimento de raízes.

Além disso, grande parte da população ainda desconhece as formas adequadas de trabalhar com o solo utilizando princípios técnicos capazes de evitar sua degradação. Dessa forma, torna-se necessária a implantação de programas de educação no campo que visem ao seu uso sustentável.

As queimadas

Provocadas de forma acidental ou voluntária, as queimadas são motivo de grande preocupação para governos, estudiosos e ambientalistas.

Esse é um método usado por muitos agricultores, em diversas partes do mundo, para abrir ou “limpar” campos agricultáveis ou pastos. As queimadas destroem as camadas superficiais do solo e aceleram seu processo de desgaste e esgotamento (figura 18). Além disso, essa prática compromete o habitat de inúmeras espécies animais e vegetais e pode contribuir para o efeito estufa. Em casos ainda mais graves, o fogo pode alcançar habitações, plantações e pastagens, provocando destruição e mortes.



Figura 18. Queimada em área de vegetação de Cerrado no município de Brumadinho, MG (2014).

A ameaça de escassez dos recursos hídricos

Atualmente, a água é considerada por muitos o “ouro” do século XXI. Tamanha valorização pode ser explicada por uma triste estimativa: em muitos países, a demanda por água cresce a cada ano, porém as reservas disponíveis não são inesgotáveis (figura 19), e o processo de dessalinização — ato de retirar o sal da água do mar a fim de torná-la potável — ainda requer o uso de tecnologia sofisticada e envolve altos custos de investimentos.

Entre os principais fatores que causam o aumento na demanda de água no mundo, três se destacam: o crescimento demográfico, o desenvolvimento industrial e a expansão da agricultura irrigada.

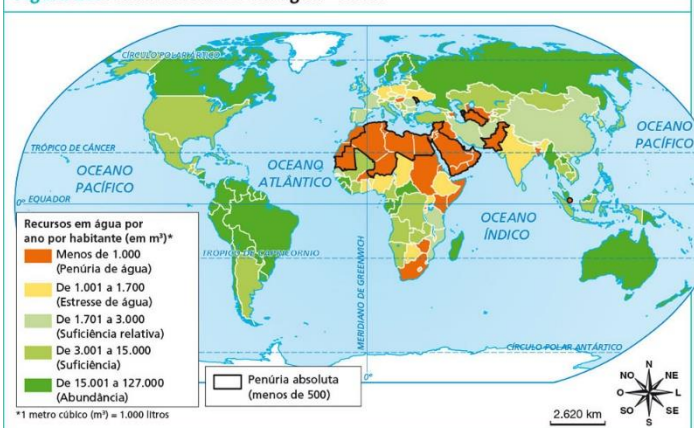
Nas últimas duas décadas, por exemplo, a agricultura foi responsável pela maior parte da extração de água doce. Atualmente, em âmbito planetário, estima-se que cerca de 70% dos recursos hídricos disponíveis são consumidos por atividades de irrigação.

Enquanto a quantidade de água doce disponível para o consumo humano está declinando mundialmente, especialistas afirmam que até 2050 a demanda por água crescerá 18% nos países desenvolvidos e 50% nos demais. O aumento dessa demanda se tornará intolerável em países com recursos hídricos escassos. Essa escassez afeta cerca de 30 países, cujas reservas de água são inferiores a 1.000 metros cúbicos por pessoa ao ano. Somam-se a esses problemas as desigualdades no acesso e no consumo desse recurso vital: enquanto uma família de classe média nos Estados Unidos consome em média 2 mil litros de água por dia, na África esse consumo é de apenas 150 litros, sem contar a dificuldade de acesso, pois milhões de famílias ainda precisam percorrer longas distâncias para obter água.

A questão se agrava diante de outro número: sabe-se que mais de 50% dos rios da superfície terrestre estão poluídos ou em vias de se esgotarem em razão do desperdício e da má gestão dos recursos hídricos. Entre os grandes rios que correm perigo estão o Amarelo, ou Huang-Ho, na China, o Colorado, nos Estados Unidos, o Nilo, no Egito, e o Volga, na Rússia.

Para evitar o fim dos recursos hídricos e garantir que as próximas gerações possam usufruí-los, é preciso adotar novas ações para o uso da água — desde a economia cotidiana, nos domicílios, na escola e em outros lugares públicos, até o estímulo de políticas públicas que garantam o uso sustentável desse recurso.

Figura 19. Mundo: recursos em água – 2012



A biodiversidade em perigo

Na Rio-92 foi estabelecida a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), que a partir de então passou a orientar ações em vários países para a conservação da biodiversidade, o uso sustentável de seus componentes e a repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos.

De fato, a preservação da biodiversidade é um dos grandes desafios ambientais do século XXI. Grande parte dos problemas ambientais

apresentados até aqui leva à destruição de espécies animais e vegetais indispensáveis para a manutenção da vida no planeta.

Os desmatamentos, a exploração madeireira, a construção de barragens, a exploração mineral e o desenvolvimento urbano, entre outras ações humanas, têm elevado as taxas de extinção de espécies em várias partes do planeta. Nas últimas décadas, por exemplo, o Índice do Planeta Vivo — que indica alterações da biodiversidade mundial acompanhando o crescimento de 10.380 populações de 3.038 mamíferos, aves, peixes, répteis, anfíbios e peixes de diferentes biomas e regiões — mostra que, de 1970 a 2010, houve um declínio global de 52% na saúde da biodiversidade, ou seja, houve diminuição na abundância de espécies ao longo desse período. Veja as figuras 20 e 21.

Figura 20. Índice do Planeta Vivo – 1970-2010

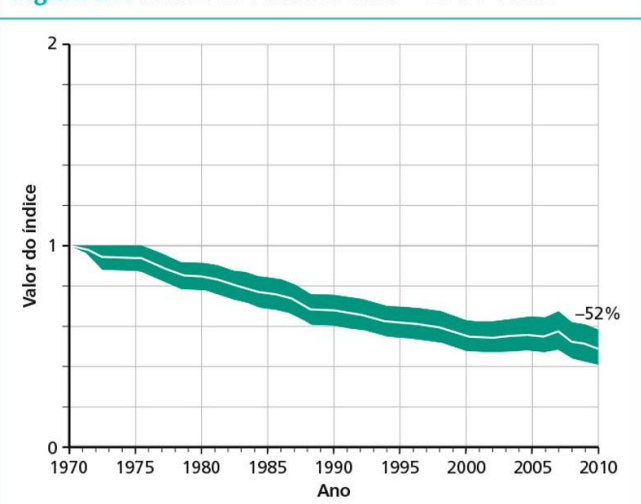


Figura 21. Ave encharcada de petróleo, após derramamento desse produto no mar, que atingiu manguezal no Parque Nacional de Sundarbans, Bangladesh (2014).

2.5 CRISES E DESIGUALDADES NO MUNDO GLOBAL

1. Efeito estufa: de fenômeno natural a desafio da humanidade

O ano de 2007 ficará na história como aquele em que a humanidade se deu realmente conta de que

não pode mais adiar ações coordenadas em defesa do meio ambiente. O alarme que acordou o mundo partiu do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC), organismo internacional criado pela Organização Meteorológica Mundial (OMM) e pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) e que reúne 2,5 mil cientistas de 130 países. Ao publicar o quarto relatório naquele ano, essa organização concluiu que, se nada for feito nas próximas décadas, a temperatura da Terra poderá aumentar de 1,8 a 4 graus Celsius, trazendo sérias consequências para a vida no planeta.

Entre os principais efeitos do aquecimento global estão: o degelo nos polos e em outras regiões geladas da Terra, o que poderá acarretar o aumento do nível dos oceanos e mares, submergindo cidades costeiras e ilhas de baixa altitude (figura 22); a alteração do regime das chuvas em várias partes do mundo, com sérios impactos na agricultura e aumento do número de ciclones e furacões; as inundações em cidades e nos campos; entre outras consequências.



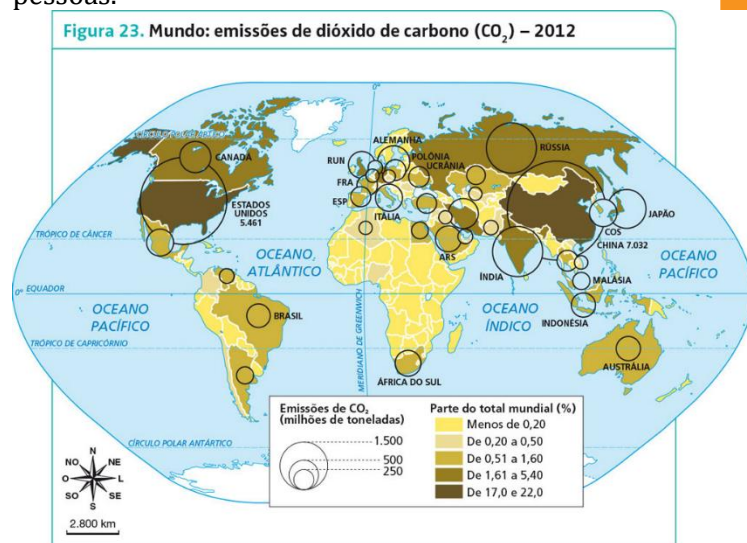
Figura 22. Distante cerca de 400 quilômetros do litoral africano, a República de Seychelles (2014), no Oceano Índico, tinha cerca de 91 mil habitantes, em 2014. Essa é uma das áreas terrestres ameaçadas de desaparecer caso o nível das águas do mar se eleve.

A importância desse e do quinto relatório, divulgado em 2013 e em 2014, está no fato de que os cientistas demonstraram que tal situação resulta das atividades humanas — algo de que se suspeitava em outros estudos, mas que até aquele ano não havia sido comprovado —, como o desmatamento, a queima de florestas e a utilização em larga escala de combustíveis fósseis, como o carvão mineral, o petróleo e seus derivados.

Estima-se que os impactos das mudanças climáticas serão mais acentuados para os povos dos países mais pobres e vulneráveis. Essa previsão causa indignação, pois se sabe que, historicamente, os países mais desenvolvidos são os principais responsáveis pelas emissões cumulativas de gases de efeito estufa na atmosfera, em particular o dióxido de carbono (CO₂).

Contudo, os países emergentes, entre eles o Brasil, têm grande responsabilidade na busca de alternativas para conter o aquecimento climático do planeta; afinal, nos últimos 15 anos, esses países dobraram as emissões de CO₂ e, em números absolutos, já poluem tanto quanto os países ricos (figura 23).

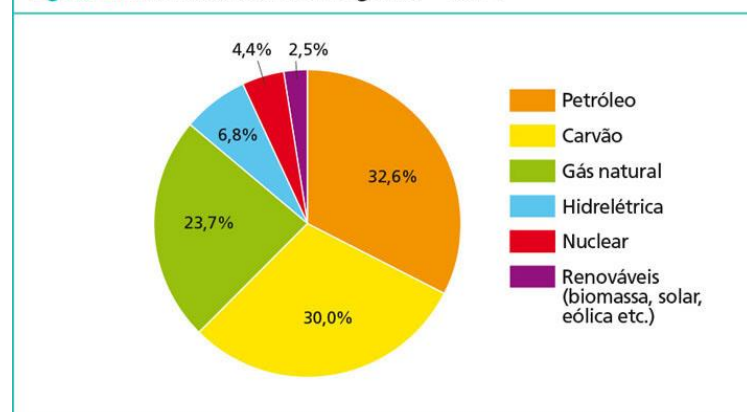
A queima de combustíveis fósseis — petróleo e derivados, gás natural e carvão mineral — e o uso inadequado da terra — conversão por meio de queimadas das florestas e da vegetação natural em pastagens, plantações e áreas urbanas — contribuem para aumentar esses números. Desse modo, a mudança climática é o grande desafio ambiental a ser enfrentado pela humanidade, não importando a origem geográfica e cultural das pessoas.



2. Energia e meio ambiente

Cerca de 86% da matriz de energia global, ou seja, da fonte geradora de energia, têm origem em combustíveis fósseis (figura 24), cuja queima é responsável pela emissão de gases que poluem o planeta e afetam o clima global.

Figura 24. Mundo: matriz energética – 2014



Cientistas afirmam que os padrões de produção e consumo que têm sua fonte nos combustíveis fósseis tornam inviável o desenvolvimento econômico compatível com a conservação do meio ambiente, ou seja, sua utilização não permite um desenvolvimento sustentável.

Diante desse quadro, existem pesquisas que buscam fontes renováveis de energia que possam suprir o consumo de residências, empresas e veículos. Ao mesmo tempo, a Agência Internacional de Energia (AIE) e vários governos procuram estimular a maior participação das energias de fontes renováveis na matriz energética mundial — entre elas a da biomassa (produzida de produtos vegetais, como cana-de-açúcar, milho e palma, e, ainda, de excrementos animais), a hidrelétrica, a eólica, a geotérmica, a solar e a energia dos oceanos —, bem menos nocivas à natureza que a queima de combustíveis fósseis.

Atualmente, as energias de fontes renováveis suprem somente cerca de 13% do consumo energético mundial. Isso se deve, em grande parte, aos custos elevados dessas tecnologias. As tentativas de redução de custos e de ampliação do uso desse tipo de energia são mais um desafio no século XXI para todos os países, a fim de minimizar os impactos ambientais e melhorar a vida no planeta.

3. O consumo desigual de energia

Ao mesmo tempo que o comércio mundial se amplia, seguindo a rápida expansão da globalização, sem que tenham sido resolvidas as questões energéticas e seus efeitos ambientais insustentáveis, antigas desigualdades entre regiões mais ricas e mais pobres do planeta são perpetuadas e outras são criadas.

Enquanto grande parte dos países menos desenvolvidos confronta-se com a pobreza, a fome, as doenças e a busca por maior participação nos fluxos do comércio internacional, os países mais desenvolvidos concentram riqueza, rendimento, recursos e altos níveis de consumo. Por isso, costuma-se dizer que a globalização é assimétrica, ou seja, não atinge todos os países e populações do mesmo modo.

Utilizando-se o consumo de energia como indicador para avaliar o nível de desenvolvimento entre os países e continentes, pode-se constatar a assimetria existente (figura 25).

Em 2014, a China, que nos últimos 30 anos tem apresentado grande crescimento econômico, respondeu por 22,9% do consumo de energia no mundo, superando os Estados Unidos com 17,8% e a Europa (incluindo a Rússia) com 19,1%, que, somados, correspondem a 59,8% do consumo mundial. Por outro lado, o consumo de energia na África foi de 3,2%; na América Latina 6,8%; e no

restante do mundo (Ásia Pacífico, Oriente Médio, Ásia Central e Canadá) 30,2%. É, sem dúvida, uma globalização muito desigual.



Figura 25. Imagens de satélite, obtidas à noite, mostram o desigual consumo e disponibilidade de energia elétrica nos Estados Unidos, no Canadá e na Europa, quando comparados à América Central, América do Sul e aos continentes africano e asiático. Na imagem A continente americano; na imagem B, Europa, África e parte da Ásia (2012).

4. Modelo econômico versus meio ambiente

Diante do que foi apresentado neste Percurso, nota-se que os países desenvolvidos se apropriam de grande parte das riquezas mundiais e figuram entre os principais poluidores do mundo e os que mais consomem recursos naturais. Numa visão global, essa realidade causa enorme pressão sobre o meio ambiente, degradando-o. Essa situação se agrava quando se percebe que o modelo produtivo e de consumo desses países tem sido seguido por muitos outros, incluindo os países pobres.

No entanto, sabe-se que, se todos os seres humanos tivessem o nível de consumo dos habitantes mais ricos do planeta, os recursos naturais da Terra não seriam suficientes para atender a todos. Por isso, para enfrentar e resolver os problemas ambientais globais, é necessário rever o modelo de produção atual e os hábitos da chamada sociedade de consumo, em que o consumo de bens e serviços é elevado.

A sociedade de consumo e os valores sociais

Na sociedade de consumo, os valores sociais foram aparentemente invertidos e, em muitos casos, o “ter” tornou-se mais importante que o “ser”. O consumo de determinados produtos passou a ser

entendido como sinal de poder e prestígio ou status social. Enquanto o consumo foi transformado no grande sentido da vida de milhões de pessoas, as verdadeiras qualidades do “ser”, como o caráter, o conhecimento, o estudo, a solidariedade humana e a preservação dos recursos naturais, passaram a ter importância secundária.

A publicidade e a propaganda contribuíram muito para esse modo de vida. Com grande força de persuasão, passaram a convencer as pessoas a comprar os mais variados produtos e serviços, criando a ilusão de que as novas “necessidades” conduzem à plena felicidade (figura 26).



Figura 26. Os shopping centers são verdadeiros templos do consumo. Representam na paisagem, tanto das grandes cidades como das cidades médias, a força do apelo ao consumismo nas sociedades contemporâneas. Na foto, shopping center em Sochi, Rússia (2013).

Hora de avaliar o aprendizado

Para fazer agora

01. Explique o que é degradação do solo e aponte os fatores que contribuem para a sua ocorrência.

02. Na tabela abaixo, você vai descobrir quanto se gasta de água na produção de determinados alimentos e produtos. Observe os dados com atenção e, depois, responda às questões.

Produto	Consumo de água (em litros)
Copo de leite (250 ml)	255
Camiseta de algodão (250 g)	2.495
Carne bovina (bife de 150 g)	2.320
Carne suína (bife de 150 g)	900
Ovo (60 g)	196
Barra de chocolate (100 g)	1.700

- Por que o uso crescente de recursos hídricos associado ao consumo representa um problema ambiental?
- Quais dados da tabela podem indicar pelo menos outros três problemas ambientais? Quais são esses problemas?
- Por que a chamada sociedade de consumo contribui para os problemas expostos por esses dados?

03. Em um debate sobre modelo econômico e aquecimento global, três participantes fizeram, cada um, duas afirmações. Analise essas afirmações e indique em seu caderno o participante que desconhece uma informação importante sobre o desenvolvimento econômico mundial e o participante que, provavelmente, não sabe o que significa desenvolvimento sustentável. Depois, responda à questão.

Participante A

Os países ricos são os principais emissores de gases de efeito estufa.

É possível controlar ou diminuir as emissões de CO₂.

Participante B

Os países pobres são apenas vítimas do aquecimento global.

O mundo ainda depende da queima de combustíveis fósseis para suprir a demanda energética.

Participante C

A única forma de conter o aquecimento global é diminuir o crescimento econômico e a industrialização.

É preciso rever os padrões de consumo para enfrentar os problemas ambientais do século XXI.

De que maneira você justificaria a segunda afirmação do participante não indicado?

CAPÍTULO 03- AMÉRICA : NATUREZA E HERANÇA COLONIAL

Neste capítulo vamos embarcar rumo à América, o maior continente em extensão latitudinal do planeta. Você vai conhecer suas principais características naturais, além de compreender como ocorreu a apropriação das terras americanas pelos colonizadores europeus e as consequências para as populações indígenas. Ao percorrer essa rota, vamos conhecer também alguns critérios de regionalização do continente americano.

3.1 América: posição geográfica, relevo e hidrografia

3.2 Clima e vegetação

3.3 A conquista da América pelos europeus

3.4 Outras regionalizações da América



3.1 AMÉRICA: POSIÇÃO GEOGRÁFICA, RELEVO E HIDROGRAFIA

1. América: o primeiro mapa

Cristóvão Colombo (1451-1506) fez quatro viagens à América, mas morreu sem saber que havia chegado a um novo continente: ele pensava que a América fosse uma parte das Índias, na Ásia.

Outras expedições europeias foram enviadas às novas terras. Em uma delas, comandada pelo navegador florentino Américo Vespúcio (1454-1512), estava o cartógrafo espanhol Juan de la Cosa (1460-1510), que elaborou o mais antigo documento cartográfico do continente americano (figura 1).



Figura 1. Mapa elaborado por Juan de la Cosa em 1500: essa é a primeira representação cartográfica da América.

Américo Vespúcio relatou em cartas que aquelas terras correspondiam a um novo continente. Esses relatos deram origem ao livro *Mundus Novus* (expressão latina que em português significa “Novo Mundo”) e chegaram a Martin Waldsemüller, geógrafo alemão que propôs dar ao continente o nome América, em homenagem a Américo Vespúcio.

2. Área territorial e posição geográfica

Com área territorial de 42.192.781 km², o continente americano é superado apenas pelo continente asiático (45.074.481 km²). Considerando as terras contínuas, a América se localiza totalmente no hemisfério ocidental. O continente se estende de norte a sul, desde o paralelo 71° N até o paralelo 56° S, e de leste a oeste, desde o meridiano de 35° O, na Ponta do Seixas, no Brasil, até o meridiano de 168° O, no Alasca (figura 2).

Do ponto de vista físico, a Groenlândia é considerada parte do continente americano. Mas, do ponto de vista político, ela pertence à Dinamarca, país europeu.

Figura 2. América: posição geográfica



3. Regionalização com base na posição das terras do continente

Considerando a extensão norte-sul do continente americano, pode-se dividi-lo em três conjuntos, segundo a posição de suas terras: América do Norte, América Central e América do Sul (figura 3).

Figura 3. Continente americano: Américas do Norte, Central e do Sul



A América do Norte compreende o Canadá, os Estados Unidos e o México.

Considerada a menor porção do continente, a América Central é formada de uma porção ístmica e outra insular (ilhas) e constitui a “ponte” entre a América do Norte e a América do Sul. Na porção ístmica ou continental, formaram-se sete países. A porção insular é chamada de Antilhas ou Caribe.

Segundo a dimensão dessas ilhas, podem-se reconhecer as Grandes Antilhas e as Pequenas Antilhas.

A América do Sul corresponde à porção do continente americano que se inicia nas terras da Colômbia e se estende em direção sul. Compreende doze países, um departamento francês ultramar — a Guiana Francesa — e o arquipélago das Malvinas ou Falklands, território ultramar do Reino Unido.

4. O relevo e o povoamento

Para estudar o relevo do continente americano (figura 4), pode-se dividi-lo em três porções: oeste, leste e central. Com base nessa divisão, é possível estabelecer relações entre o relevo e a ocupação humana desse continente.



O relevo da porção oeste do continente americano Na porção oeste do continente americano, observam-se grandes cadeias montanhosas, planícies e planaltos de altitudes elevadas (identifique na figura 4 as estruturas do relevo que serão estudadas a seguir).

Figura 5. América do Norte: perfil oeste-leste do relevo



As cadeias montanhosas e as planícies estreitas

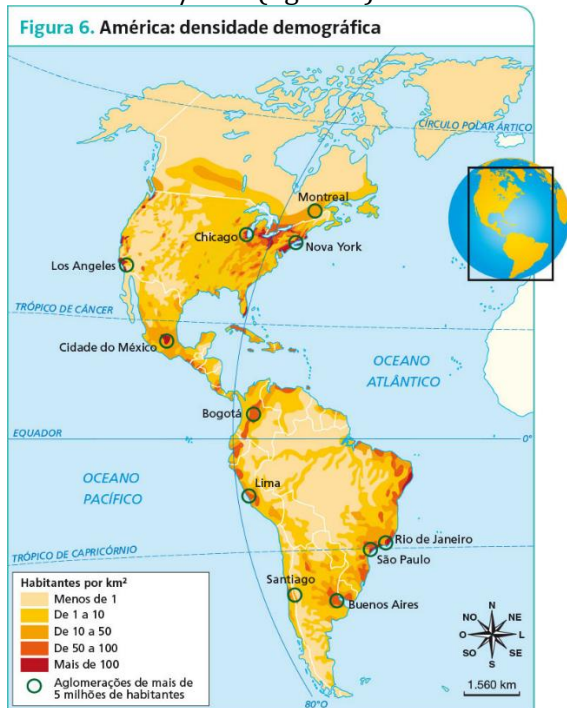
No oeste da América do Norte destaca-se um grande conjunto montanhoso denominado, genericamente, Montanhas Rochosas. Nesse conjunto, porém, encontramos a Cadeia da Costa, a

Serra Nevada e as próprias Montanhas Rochosas (figura 5).

No México há a Serra Madre Ocidental e a Serra Madre Oriental, consideradas prolongamento das Montanhas Rochosas. Na América do Sul, surge a Cordilheira dos Andes.

Por serem de formação geológica recente, tais cadeias apresentam elevadas altitudes e picos, como o Monte McKinley, no Alasca (6.194 metros), o Monte Chimborazo, no Equador (6.267 metros), e o Aconcágua, na Argentina (6.959 metros) — o pico culminante da América. Localizada na zona de contato entre placas tectônicas, essa vasta região montanhosa está sujeita a terremotos e a erupções vulcânicas.

As altitudes elevadas associadas ao clima frio de montanha dificultam a fixação humana. Por isso, vários trechos da Cordilheira dos Andes apresentam densidades demográficas de menos de 1 hab./km² e de 1 a 10 hab./km² (figura 6).



Nos Estados Unidos e no Canadá, a Cadeia da Costa se aproxima bastante do Oceano Pacífico, o que torna as planícies litorâneas mais estreitas se comparadas às do litoral atlântico, na costa leste. Nessas planícies foram desenvolvidas grandes cidades, como Los Angeles, San Diego e San Francisco, nos Estados Unidos, e Vancouver, no Canadá, que apresentam elevadas densidades demográficas.

Os planaltos de altitudes elevadas

No território dos Estados Unidos, na América do Norte, destacam-se o Planalto do Colorado, onde fica o Grand Canyon (figura 7), e o Planalto da Grande Bacia, localizados em altitudes elevadas, de 1.500 a 3.000 metros (localize-os na figura 4).



Figura 7. O Planalto do Colorado é “cortado” pelo Rio Colorado, que, ao longo de 1,5 milhão de anos, aprofundou seu vale, conhecido pelo nome de Grand Canyon. Na foto, Grand Canyon nas proximidades de Las Vegas, no estado de Nevada, Estados Unidos (2013).

A Serra Nevada, ao dificultar a entrada de massas de ar úmidas provenientes do Oceano Pacífico no interior do continente, contribui para que surjam nesses planaltos áreas desérticas, como o Vale da Morte, o Deserto do Arizona e o Deserto do Colorado, que têm baixas densidades demográficas.

Entre a Serra Madre Oriental e a Serra Madre Ocidental, localizam-se os planaltos elevados do México: o Planalto de Chihuahua, ao norte, e o Planalto de Anahuac, ao sul; esta é a região mais povoada e desenvolvida. Nela se localizam as principais cidades mexicanas: Cidade do México, Leon, Guadalajara, San Luis Potosi e Puebla. Nesse planalto se desenvolveu, antes da chegada dos espanhóis, a civilização asteca.

Na América do Sul, a Cordilheira dos Andes, em alguns de seus trechos, deixa de formar uma única cadeia montanhosa e se ramifica, configurando alinhamentos de montanhas separados uns dos outros (figura 8).



Entre esses alinhamentos, localizam-se os planaltos de altitudes elevadas, denominados altiplanos, e os vales, alguns deles intensamente povoados (figura 9). O povo inca habitava os altiplanos boliviano e peruano antes da chegada dos espanhóis. Estudaremos algumas características das civilizações que ocupavam a América antes da colonização europeia no Percurso 11.



Figura 9. Com cerca de 850 mil habitantes e mais de 1,8 milhão em sua região metropolitana em 2015, a capital administrativa e sede dos poderes Executivo e Legislativo da Bolívia, La Paz, situa-se no altiplano andino, a 3.700 metros de altitude (2014).

O relevo da porção leste do continente americano

Na porção leste do continente americano também existem cadeias montanhosas e extensos planaltos e planícies. Entretanto, diferentemente das cadeias da porção oeste, elas têm formação geológica antiga. Apresentam-se bastante desgastadas pela erosão, o que explica as altitudes inferiores quando comparadas às do oeste do continente americano. Destacam-se aí, nos Estados Unidos, os Montes Apalaches ou Alegânis (figura 10), cujo ponto culminante, o Monte Mitchell, tem 2.037 metros de altitude, e as serras Geral, do Mar e da Mantiqueira (Brasil), cujo pico culminante é o Pico da Bandeira, com 2.892 metros.

A leste dos Apalaches abre-se uma grande planície que se estende até o Oceano Atlântico. Trata-se da região mais povoada dos Estados Unidos, onde se localizam as cidades de Nova York, Boston, Filadélfia, Washington, entre outras.

Entre os planaltos da porção leste, que apresentam grandes extensões, destacam-se o Planalto Laurenciano, na Península do Labrador (Canadá), o Planalto das Guianas e o Planalto Brasileiro.



Figura 10. Vista dos Montes Apalaches, durante o outono, na Carolina do Norte, Estados Unidos (2012).

O relevo da porção central do continente americano

A porção central do território americano destaca-se pelas vastas planícies, com terrenos sedimentares, formados por detritos transportados e depositados pelos rios e pelas geleiras em tempos passados.

Na América do Norte, a grande Planície Central estende-se do norte do Canadá ao Golfo do México (localize-a na figura 4). Trata-se de uma área intensamente ocupada pela agricultura canadense e estadunidense, com produção de trigo, milho (figura 11) e, mais ao sul, algodão.

Na América Central ístmica, as planícies mais largas situam-se principalmente na porção leste do istmo, onde se cultivam frutas tropicais.

Na América do Sul, destacam-se a Planície do Orinoco, que se estende por Colômbia e Venezuela, a Planície Amazônica, a Planície Platina, a Planície do Chaco, a Planície do Pantanal e a Planície do Pampa ou Pampeana (figura 12), que apresentam áreas mais ou menos povoadas.



Figura 12. Fazenda de criação de gado no município de São Borja, RS, na Campanha Gaúcha, região da Planície Pampeana (2012).

5. Hidrografia, transporte fluvial e povoamento

O continente americano possui vários centros dispersores de água, isto é, áreas onde nascem rios. Esses centros dispersores localizam-se em áreas montanhosas, tanto a oeste como a leste, e na porção central. Considerando o sentido dos rios e os locais onde deságuam, reconhecem-se quatro vertentes: a do Ártico, a do Atlântico, a do Golfo do México e a do Pacífico (figura 13).



Vertente do Ártico

Além de ter a maior extensão dos rios do Canadá (4.100 quilômetros), o Mackenzie é o principal rio da vertente do Ártico. Sua importância para a navegação é reduzida, pois durante longo período do ano suas águas permanecem congeladas. Na primavera, época do degelo, esse rio é aproveitado para fazer o transporte da madeira extraída das florestas temperada e boreal até as serrarias. As toras são dispostas na água, onde flutuam e são levadas pela correnteza.

Vertente do Pacífico

Nessa vertente, os rios têm pouca extensão por causa da proximidade entre as cadeias montanhosas, onde nascem, e o litoral. É o caso dos rios Bío-Bío, no Chile, São João, na Colômbia, Majes e Santa, no Peru, e Guayas, Babahoyo e Daule, no Equador. As exceções são os rios Colorado e Colúmbia.

O Rio Colorado, com 2.250 km de extensão, nasce nas Montanhas Rochosas e, depois de atravessar o Grande Canyon e uma zona de clima árido dos Estados Unidos, deságua no Golfo da Califórnia, no México. Por causa do curso muito acidentado, não é utilizado para navegação, mas serve à irrigação de terras e à produção de energia elétrica, como o Rio Colúmbia e outros dessa vertente.

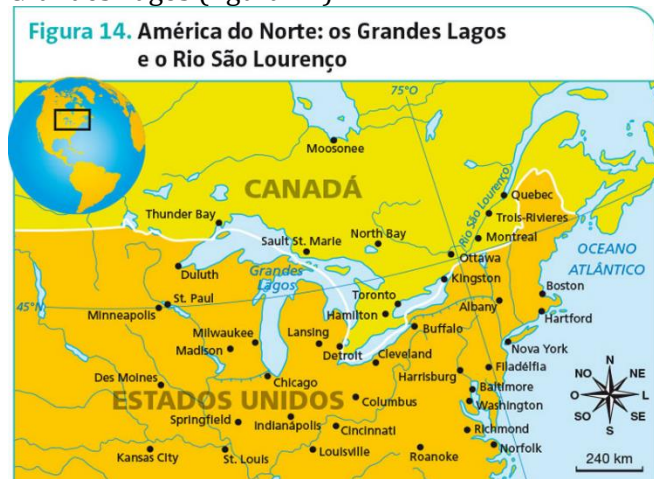
Vertente do Golfo do México

Vários rios que nascem nas Montanhas Rochosas e nos Montes Apalaches e banham a planície central dos Estados Unidos formam a Bacia Hidrográfica do Rio Mississípi, a maior da América do Norte. Os rios Missouri, Arkansas, Vermelho, Illinois, Wisconsin e Ohio, entre outros, deságuam no Rio Mississípi, que, por sua vez, desemboca no Golfo do México.

Por ser de planície, o Rio Mississípi, que teve importante papel como via de navegação no povoamento do interior dos Estados Unidos, é usado para escoamento da produção agrícola até o porto de New Orleans, no estado da Louisiana, no Golfo do México.

Vertente do Atlântico

Na América do Norte, o principal rio da vertente do Atlântico é o São Lourenço, na fronteira entre os Estados Unidos e o Canadá. Esse rio é uma via de acesso ao interior de ambos os países e para os Grandes Lagos (figura 14).



Por meio de várias obras de engenharia realizadas no Rio São Lourenço e nos Grandes Lagos, criou-se um corredor marítimo fluvial-lacustre

muito importante, que dinamizou a economia regional. Minérios, produtos agrícolas, máquinas, entre outros produtos, são transportados por essa via (figura 15). Cidades cresceram ao seu redor e tornaram-se importantes centros industriais, de comércio e serviços, como Toronto, Ottawa, Quebec e Montreal, no Canadá, e Buffalo, Detroit, Chicago, Milwaukee e outras, nos Estados Unidos.



Figura 15. Navio de carga nas águas do Rio São Lourenço, na cidade de Quebec, no Canadá (2014).

Na América do Sul, vertem para o Oceano Atlântico os rios Orinoco (Venezuela), Parnaíba, São Francisco (Brasil), Paraná, Paraguai e Uruguai — que, juntos, formam a Bacia Platina (Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai) —, além dos rios Salado-Colorado e Negro (Argentina), Amazonas, entre outros.

Tais rios são aproveitados de diversas maneiras: pesca comercial e artesanal, navegação, irrigação de terras, abastecimento de água de centros urbanos e produção de energia elétrica.

3.2 CLIMA E VEGETAÇÃO

1. América: fatores que exercem influência no clima

A combinação de fatores geográficos e meteorológicos com a ação humana é responsável pela variedade climática regional no planeta. A seguir, veremos como alguns desses fatores influenciam o clima do continente americano.

A latitude

Por ser o continente mais extenso na direção norte-sul, a América apresenta terras nas três zonas climáticas do planeta determinadas pelo ângulo de incidência dos raios solares — glacial, temperada e tropical —, o que lhe confere diversidade de climas.

A disposição e as altitudes do relevo

As planícies centrais do continente americano, devido à sua disposição norte-sul e às baixas altitudes, são verdadeiros “corredores” para a entrada de massas de ar frio que se formam nos polos.

Na América do Norte, durante o inverno, as massas de ar polares do norte avançam pelas planícies centrais e chegam a atingir o Golfo do México. Em sua trajetória, provocam queda de neve, invernos rigorosos e até mesmo o congelamento das águas das Cataratas do Niágara (figura 16), na fronteira entre os Estados Unidos e o Canadá.

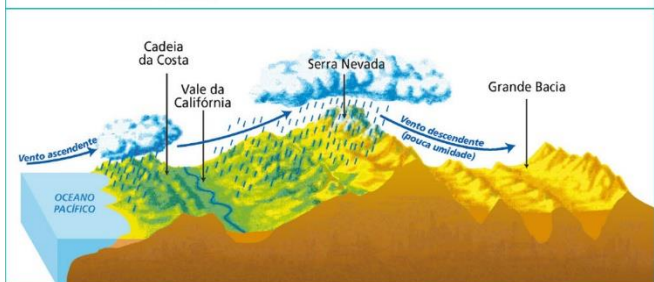


Figura 16. Importante destino turístico, as cataratas do rio Niágara localizam-se na fronteira entre os Estados Unidos e o Canadá. Na foto, Cataratas do Niágara com parte das águas congeladas durante o inverno (2014).

De modo similar, na América do Sul o avanço da massa de ar polar pela Planície Platina provoca invernos frios na Argentina e no Uruguai e atua no Brasil, porém, com menor intensidade, pois, ao atingir o território brasileiro, já perdeu parte de suas características iniciais de temperatura.

As altas cadeias montanhosas da porção oeste do continente americano também exercem influência sobre o clima. É o caso, por exemplo, da Serra Nevada, nos Estados Unidos (figura 17). As massas de ar úmidas provenientes do Oceano Pacífico, ao atingirem a Serra Nevada, se elevam, e o vapor de água por elas transportado se condensa, dando origem a chuvas nas vertentes ocidentais. Do outro lado, nas vertentes orientais (leste), a quantidade de precipitação é quase nula, pois a massa de ar, ao ultrapassar a barreira montanhosa, perde quase toda a sua umidade. Esse ar seco contribui para a formação de desertos, como o Deserto da Grande Bacia (figura 18).

Figura 17. Influência das montanhas da porção oeste dos Estados Unidos sobre o clima



Na América do Sul e Central, a Cordilheira dos Andes e as serras Madre Ocidental e Oriental também representam barreiras que limitam o deslocamento das massas de ar.

O relevo da porção leste do continente americano, em virtude de suas altitudes menores,

em geral, não dificulta o avanço das massas de ar úmidas provenientes do Oceano Atlântico.



Figura 18. Parque Estadual do Deserto de Anza-Borrego, a leste da Serra Nevada, no estado da Califórnia, Estados Unidos (2014). A área faz parte da Grande Bacia e está próxima à cidade de Los Angeles.

As correntes marítimas

Várias correntes marítimas deslocam-se pelas águas oceânicas que banham o continente americano e influem na temperatura do ar atmosférico por onde passam (figura 19). A Corrente de Humboldt ou do Peru (veja o infográfico nas páginas 196 e 197), por exemplo, é uma corrente fria que se desloca da Antártida pelo Oceano Pacífico, em direção à costa chilena e peruana.

Ao longo de sua trajetória, a Corrente de Humboldt provoca o resfriamento do ar atmosférico. Assim, quando as massas de ar quentes e úmidas procedentes do Oceano Pacífico passam pela área resfriada por essa corrente marítima, ocorre a condensação do vapor de água com a consequente formação de densas nuvens, provocando chuva e neblina sobre o oceano. Quando essas massas de ar chegam ao continente já estão secas, o que explica a formação do Deserto de Atacama, no litoral norte do Chile e no litoral sul do Peru (figura 20).

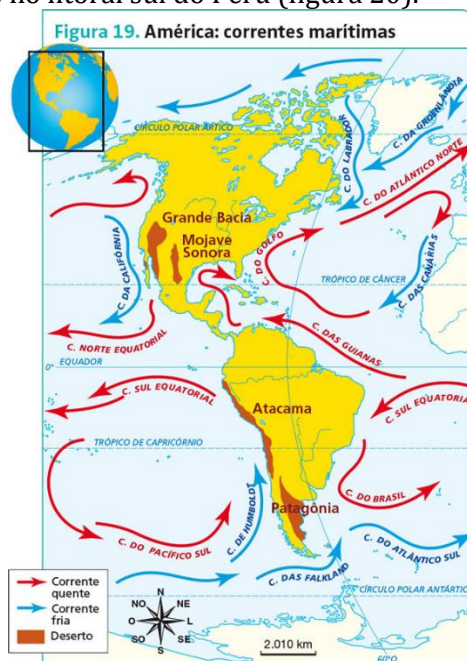




Figura 20. Situado entre o Oceano Pacífico e a Cordilheira dos Andes, o Deserto de Atacama, no norte do Chile e sul do Peru, é rico em recursos minerais: salitre, prata e ferro. Na foto, vista do Deserto do Atacama no Chile (2013), cortado por uma rodovia, na qual se pode observar ao fundo o Vulcão Lascar, com 5.592 m de altitude.

Na América do Norte, da mesma maneira, a Corrente da Califórnia (fria) contribui para o surgimento de desertos mexicanos e do Deserto do Colorado.

A Corrente do Labrador (fria), procedente do Ártico, provoca queda de temperatura na porção leste da América do Norte. A Corrente do Golfo ou Gulf Stream (quente) aquece o Golfo do México e a Flórida (Estados Unidos). A Corrente das Guianas e a Corrente do Brasil, no Oceano Atlântico, exercem pouca influência no clima do Brasil.

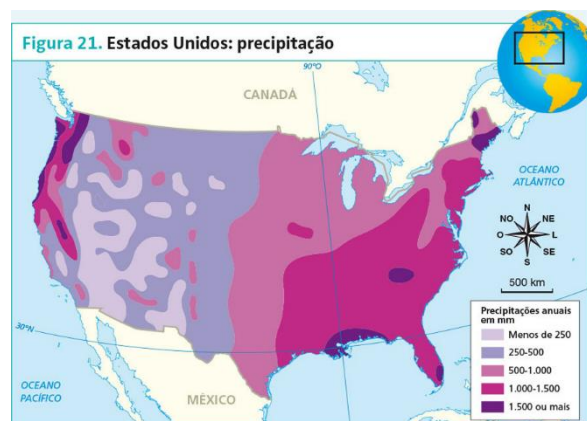
A maritimidade e a continentalidade

A maior ou menor proximidade de uma região em relação aos oceanos e mares influi no clima. Isso acontece porque as águas, se comparadas às terras emersas (continentes e ilhas), além de demorar mais para se aquecerem, absorvem o calor do Sol até maiores profundidades e o liberam para a atmosfera de forma mais lenta. Assim, durante a noite, as temperaturas no litoral são mais amenas em relação ao interior do continente, quando comparamos lugares que têm a mesma altitude e longitude. A essa influência dá-se o nome maritimidade.

No interior dos continentes, onde a absorção do calor do Sol não ocorre em profundidade, o calor retido durante o dia é liberado para a atmosfera mais rapidamente, o que explica as madrugadas mais frias. Esse é o efeito continentalidade.

Compreende-se, então, por que áreas próximas ao litoral apresentam clima mais ameno quanto à temperatura, e úmido em relação às áreas situadas no interior. Essa relação ocorre quando consideramos lugares de mesmas latitudes e altitudes.

Observe a figura 21. Note que as precipitações (chuvas) diminuem do litoral em direção ao interior dos Estados Unidos.



Em que porção do território estadunidense ocorre o clima mais seco ou de menor precipitação anual? Aponte pelo menos um fator que explique essa ocorrência.

A vegetação

Ao mesmo tempo que os tipos de clima influenciam a distribuição das diversas formações vegetais originais sobre a superfície terrestre, eles têm suas características de temperatura e umidade afetadas por essas formações.

Na América, por exemplo, a Amazônia, que é coberta por densa vegetação e abriga a grande bacia hidrográfica do Rio Amazonas, lança grande quantidade de vapor de água na atmosfera pelo processo de evapotranspiração das plantas e de evaporação das águas dos rios, o que favorece a ocorrência de chuvas e torna o clima mais úmido.

A ação humana

Os desmatamentos provocados pelas atividades humanas alteram o ciclo hidrológico ou da água, afetando as condições de umidade. Além disso, as queimadas — somadas à emissão na atmosfera de gases resultantes da queima de combustíveis fósseis por veículos automotores e indústrias — contribuem para a intensificação do efeito estufa.

2. Os tipos de clima e as formações vegetais da América

Como vimos anteriormente, existe uma estreita relação entre o clima e a vegetação. Compare as figuras 22 e 23 para visualizar a correspondência entre os tipos de clima e as principais formações vegetais nativas ou originais da América.

Figura 22. América: tipos de clima

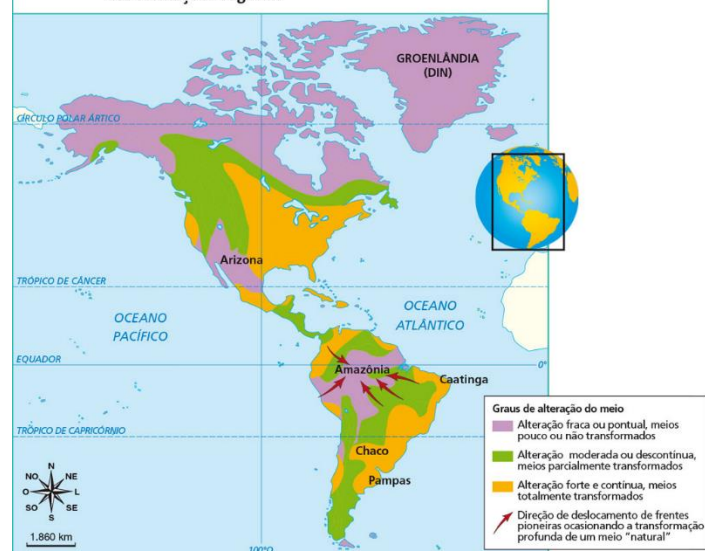


Figura 23. América: vegetação nativa



Ao longo do processo de ocupação dos territórios, a atividade humana — desmatamentos para a expansão das atividades agropecuárias, construção de cidades e estradas, exploração madeireira e mineral etc. — modificou essas formações vegetais nativas em diferentes intensidades (figura 24).

Figura 24. América: graus de alteração humana das formações vegetais



Exercício

3.3 A CONQUISTA DA AMÉRICA PELOS EUROPEUS

1. A apropriação das terras americanas pelos europeus

Motivados pelas riquezas e pela possibilidade de desenvolvimento comercial, os europeus (portugueses, espanhóis, ingleses, franceses e holandeses) chegaram, no fim do século XV e nos anos iniciais do século XVI, às terras que posteriormente se chamariam América.

Nessa época, o comércio já era a principal atividade econômica na Europa, a grande fonte geradora de riqueza material e poder para os comerciantes e os reis. Vivia-se aí a organização social e econômica da sociedade chamada de capitalismo comercial ou mercantil.

Quando os europeus chegaram, essas terras já eram habitadas por povos autóctones, ou seja, nativos (figura 25). Por acreditarem, de início, terem chegado às Índias, passaram a denominá-los índios.

Para alguns estudiosos, havia cerca de 15 milhões de nativos vivendo nas terras americanas nessa época; outros afirmam que a população era bem maior — entre 70 e 80 milhões. Como se vê, há controvérsia a respeito desses dados populacionais.

No século XVII, cerca de um século após a chegada dos europeus, as terras conquistadas e transformadas em colônias já abrangiam vastas extensões do continente (figura 26).

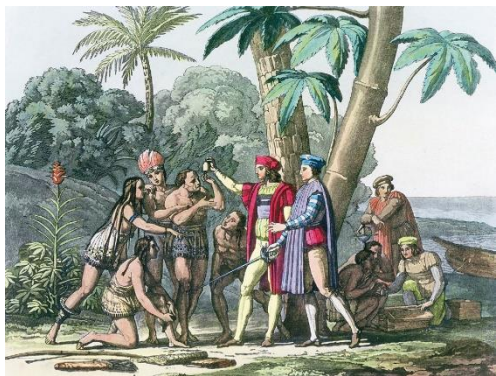


Figura 25. Nessa gravura de 1827, D. K. Bonatti representou o encontro entre Cristóvão Colombo e os nativos americanos, em 1492.

Que povos europeus se apropriaram das maiores áreas de terras da América do Norte e da América do Sul?

Figura 26. Colônias europeias na América – século XVII



2. Os povos nativos

Na época da chegada dos europeus à América, os povos nativos apresentavam grande diversidade cultural. Esses povos, denominados pré-colombianos (que habitavam estas terras antes da chegada de Cristóvão Colombo), ameríndios (indígenas da América), ou também povos nativos, podem ser agrupados em três tipos de sociedade:

->complexa, com produção agrícola excedente: asteca, maia e inca;

->agrícola, com produção destinada à subsistência: tupi-guarani, aruaque, caraíba, araucano, entre outros;

coletora e caçadora: jê, botocudo, patagão, comanche, cheyenne, inuíte, entre outros.

O massacre dos povos nativos

A conquista europeia da América resultou em um grande genocídio das populações nativas. Os impérios asteca (figura 27) e inca foram invadidos, saqueados e destruídos pelos exploradores espanhóis, que levaram sua riqueza em ouro, prata, pedras preciosas, esculturas e utensílios em metais nobres para a Espanha.

Na América dominada pelos portugueses, os tupinambás do litoral foram as primeiras vítimas; daí em diante, outros povos indígenas foram escravizados, perseguidos e aqueles que resistiram foram mortos em combate (figura 28). Não foi diferente nas porções do território americano dominadas por ingleses, franceses e holandeses, que massacraram inúmeros povos. Quando o colonizador não usava diretamente a força e a superioridade técnica (armas de fogo), presenteava os indígenas com cavalos, bebidas e armas de fogo em troca de apoio contra povos que se opunham aos seus interesses.



Figura 28. Nessa gravura do século XVI, Theodore de Bry, ourives, gravador e pintor flamengo, retratou um dos tipos de castigo impostos aos indígenas que resistissem ao domínio europeu.

A marcha para o oeste dos Estados Unidos, por exemplo, iniciada por volta de 1800, representou a redução drástica das populações nativas dessa porção da América e a apropriação de seus territórios.

Além do poder das armas e da sedução exercida pelos “presentes”, os europeus levaram para a América vírus, bactérias e doenças desconhecidas para a maioria da população que ali vivia. Sem anticorpos contra esses agentes, muitos indígenas contraíram aquelas doenças e morreram, o que facilitou a conquista do continente. No século XVIII, o continente americano já tinha sido praticamente tomado pelos conquistadores de origem europeia, que aí fundaram suas colônias (figura 29).

Após cerca de três séculos de dominação europeia, a partir da primeira metade do século XIX, as colônias de Portugal e Espanha, na América, obtiveram independência de suas metrópoles. Quanto aos Estados Unidos, sua independência foi conquistada ainda no século XVIII, em 1776.



3.4 OUTRAS REGIONALIZAÇÕES DA AMÉRICA

1. As várias formas de estudar a América

No Percurso 9, você viu que o continente americano pode ser regionalizado em América do Norte, América Central e América do Sul, de acordo com o critério da posição de suas terras. Além dessa regionalização, outras podem ser realizadas, com base tanto em critérios físicos como em critérios humanos (culturais, econômicos, sociais etc.). A escolha do critério depende do interesse de quem realiza o estudo. Neste Percurso, você vai conhecer outras duas possibilidades de regionalização da América, importantes para o nosso estudo: com base

nas línguas oficiais e segundo o nível de desenvolvimento e as características das economias dos países.

A América Latina e a América Anglo-Saxônica

Como você estudou no Percurso 11, a partir do fim do século XV e início do século XVI, alguns povos europeus chegaram às terras que mais tarde seriam chamadas de América. Apropriaram-se das terras dos habitantes nativos, impuseram seu modo de vida e sua cultura e fundaram colônias.

Entre os vários elementos culturais impostos pelos colonizadores, destaca-se a língua (figura 30). Por isso, com base nas línguas oficiais faladas atualmente no continente americano, pode-se regionalizá-lo em:

América Latina: que corresponde aos países de língua neolatina — português, espanhol, francês, entre outras —, ou seja, aquelas originadas do latim. O latim foi a língua falada no Lácio, antiga região da atual Itália, e depois em todo o Império Romano. Sua existência está documentada desde o século VII a.C. Havia o latim clássico, usado nas obras literárias, e o latim vulgar, falado pelo povo, que deu origem às línguas neolatinas (neo = novo).

América Anglo-Saxônica: que corresponde aos países de língua inglesa.

“Anglo” é o nome dado a um antigo povo germânico que colonizou o norte e o centro da Inglaterra; “saxão” é a denominação de outro povo germânico, que habitava a Saxônia, região da atual Alemanha. Juntos, eles invadiram a Inglaterra entre os séculos V e VI e aí se estabeleceram. A língua inglesa derivou da língua desses dois povos, daí a expressão “anglo-saxônica”.

Vale lembrar que essa regionalização não é rígida. Alguns países têm mais de uma língua oficial. No Peru e na Bolívia, além do espanhol, são línguas oficiais o quéchua e o aimará; no Paraguai, o espanhol e o guarani — língua dos povos nativos. No Canadá, há duas línguas oficiais: o francês, falado principalmente na província de Quebec, extensa região colonizada pelos franceses, e o inglês, comum às demais províncias.

Na República da Guiana e no Suriname, as línguas faladas são, respectivamente, o inglês e o holandês. No entanto, esses países são considerados integrantes da América Latina em razão do passado histórico semelhante ao dos outros países latino-americanos, ou seja, foram submetidos à colonização

de exploração e não à colonização de povoamento, que caracterizou a maior parte da América Anglo-Saxônica.

Níveis de desenvolvimento e características das economias

Tomando-se como critério o nível de desenvolvimento e as características das economias, os países da América podem ser regionalizados conforme se observa na figura 31.

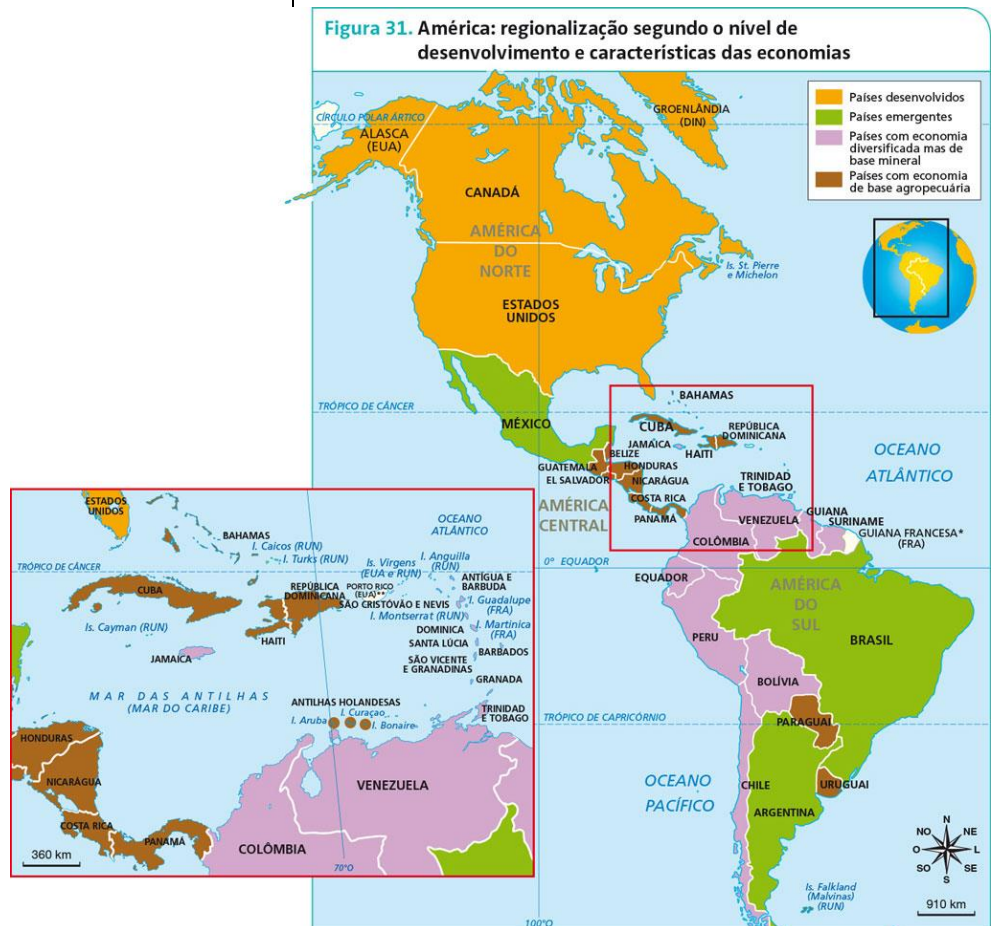
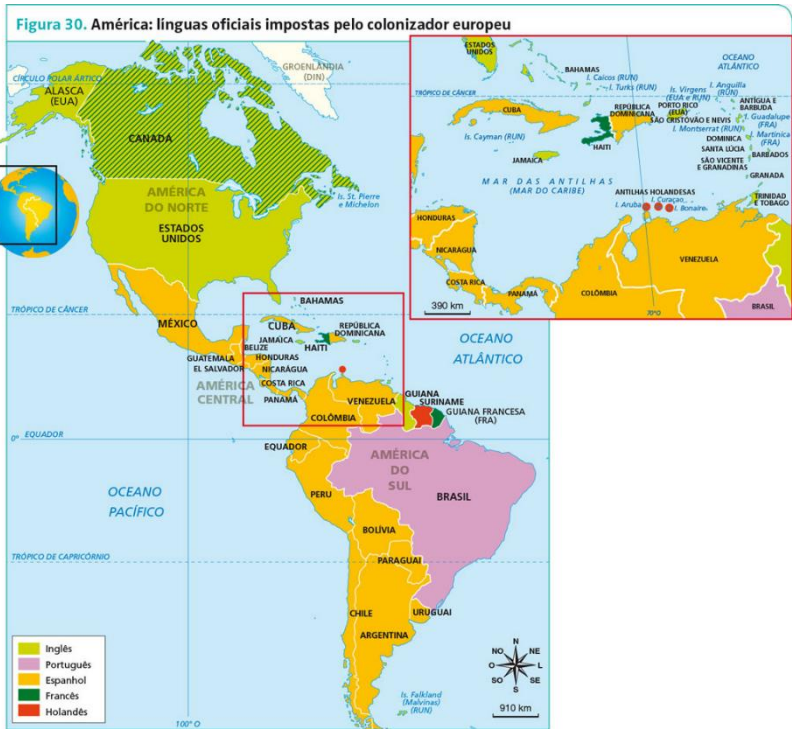
países desenvolvidos — são os países altamente industrializados e com domínio de tecnologias avançadas. Correspondem aos Estados Unidos e ao Canadá (figura 32);

países emergentes — países de industrialização tardia em relação aos desenvolvidos e mais industrializados que os outros países americanos — dominam a tecnologia clássica e alguns setores de tecnologia avançada, como Brasil, México e Argentina (figura 33);

países com economia diversificada mas de base mineral — Chile (cobre e, secundariamente, frutas e pescados), Bolívia (gás natural, estanho e outros minerais), Peru (cobre, ouro, prata, zinco etc.), Guiana (bauxita), Suriname (bauxita), Jamaica (bauxita), Colômbia, Venezuela e Trinidad e Tobago (petróleo) (figura 34);

países com economia de base agropecuária — Paraguai (soja e algodão), Uruguai (lã e carne), Cuba (açúcar e produtos de tabaco), Haiti (café), República Dominicana (açúcar); países da América Central ístmica (banana, algodão, café, açúcar etc.) (figura 35).

Quanto aos países e territórios dependentes das Pequenas Antilhas, o arquipélago das Bahamas, as ilhas Turks e Caicos e as Ilhas Cayman, cumpre lembrar que, além da atividade agrícola, essas economias se assentam, de modo geral, no turismo e no setor financeiro. A partir da Expedição 4 deste livro, você vai estudar os países da América com base nessa regionalização.



Verificando a aprendizagem

01. Explique, com suas palavras, o que é capitalismo comercial ou mercantil e em qual período ele predominou.

02. Os povos nativos da América, à época da chegada do colonizador europeu, apresentavam diversidade cultural específica. Como podem ser classificadas as sociedades formadas por esses povos?

03. Com base em critérios físicos, a América do Sul pode ser regionalizada em quatro conjuntos geográficos. Observe o mapa a seguir e faça o que se pede.



a) Explique por que as regiões representadas no mapa com os nomes de América Andina e América Platina recebem essas denominações.

b) Aponte os países que pertencem a esses dois conjuntos do item anterior.

04. Leia o texto, assinale a afirmação incorreta e justifique sua resposta.

“Com tiros de arcabuz [antiga arma de fogo], golpes de espada e sopros de peste, avançavam os implacáveis e escassos conquistadores da América. É o que contam as vozes dos vencidos. Depois da matança de Cholula [localidade no México], Montezuma [imperador asteca] envia novos emissários ao encontro de Fernão Cortez [conquistador espanhol], que avança rumo ao vale do México [...]”

GALEANO, Eduardo. As veias abertas da América Latina. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. p. 30.

a) O fragmento de texto se refere à conquista espanhola no México no século XVI.

b) O “arcabuz” é o elemento que explica a superioridade técnica dos colonizadores perante os povos nativos.

c) Os vencidos a que se refere o texto são os espanhóis.

d) A expressão “sopros de peste” refere-se às doenças trazidas pelos conquistadores que contaminaram os povos nativos.

05. Leia o texto a seguir e faça o que se pede.

“Quando as embarcações de Colombo aportaram na América de fato não a ‘descobriram’, pois muita gente já vivia em nosso continente. O que de fato ocorreu foi a integração da América ao continente Europeu, ou, mais exatamente, à sociedade mercantil [...]”

PEREGALLI, Enrique. As civilizações indígenas. In: PINSKY, Jaime (Org.). História da América através de textos. São Paulo: Contexto, 1989. p. 11.

a) Na sociedade mercantil dos séculos XV e XVI, de que forma o lucro era obtido?

b) Que riquezas das civilizações pré-colombianas ou ameríndias eram cobiçadas pelos colonizadores espanhóis?

c) Aponte as consequências da integração à sociedade mercantil dos povos que habitavam a América.

Pesquise

Em grupo, realizem um trabalho sobre a civilização inca ou asteca, dando ênfase aos aspectos do conhecimento de astronomia e do calendário. Troquem seu trabalho com o de outro grupo, com o objetivo de superar eventuais lacunas de ambos.

CAPÍTULO 04- AMÉRICA: PAÍSES DESENVOLVIDOS

Prepare-se para saber mais sobre os Estados Unidos e o Canadá. Descubra como se formaram esses países e quais são os principais aspectos naturais, populacionais, econômicos e sociais que os caracterizam. Veja também a organização do espaço geográfico e os espaços urbano-industriais e agropecuários de seus respectivos territórios. Por fim, entenda a participação dos Estados Unidos e do Canadá no Nafta, o bloco econômico do qual o México também participa.

4.1 Estados Unidos: formação e expansionismo territorial

4.2 Estados Unidos: potência econômica

4.3 Estados Unidos: população e megalópoles

4.4 Canadá: economia integrada ao Nafta



4.1 ESTADOS UNIDOS: FORMAÇÃO E EXPANSIONISMO TERRITORIAL

1. Localização e divisão política

Com PIB (Produto Interno Bruto) de mais de 17,4 trilhões de dólares em 2014, os Estados Unidos exercem grande influência econômica, política, militar e cultural em todo o planeta.

Localizado na América do Norte, entre o Canadá e o México, o território estadunidense ocupa 22,2% da América e 6,1% das terras emersas do planeta. No sentido leste-oeste, estende-se por 4.500 km e, no sentido norte-sul, por 2.500 km. Com 9.372.614 km² — incluindo o Alasca e o Havaí —, é o quarto país mais extenso do globo, depois da Rússia, do Canadá e da China.

Politicamente, os Estados Unidos dividem-se em 50 estados autônomos — 49 continentais, incluindo o Alasca, além do Havaí (figura 1) — e o Distrito de Colúmbia (figura 2).



Figura 2. O Capitólio, sede do Congresso Nacional dos Estados Unidos, em Washington, Distrito de Colúmbia, abriga a Câmara dos Deputados e o Senado. Na foto, cerimônia de posse do presidente Barack Obama, em 20 de janeiro de 2009. Obama foi o 44o presidente eleito dos Estados Unidos, reeleito em 2012, e o primeiro afrodescendente a ocupar o mais alto cargo majoritário do país.

2. A formação territorial

O atual território dos Estados Unidos foi inicialmente ocupado por povos indígenas seminômades que viviam da agricultura associada à caça e à pesca. A partir da chegada dos primeiros colonizadores europeus à costa atlântica, os inúmeros povos indígenas que aí viviam passaram a

sofrer um intenso processo de extermínio. Esse processo, porém, não se limitou à fachada atlântica; ao contrário, avançou em direção ao meio-oeste, atingindo a fachada do Oceano Pacífico.

Como se pode observar na figura 3, exploradores europeus de diversas origens chegaram às terras do norte do continente americano no século XVI.



As Treze Colônias

Entretanto, somente no início do século XVII foram criadas as primeiras colônias europeias estáveis, principalmente no nordeste do território que viria a ser os Estados Unidos: Jamestown (Virgínia), em 1607; e Nova Amsterdã, que, fundada por holandeses em 1614, foi tomada pelos ingleses em 1664, quando passou a se chamar Nova York. Posteriormente, outras 11 colônias foram fundadas, formando as chamadas Treze Colônias inglesas (figura 4) — que se estendem pelas planícies costeiras do Oceano Atlântico e pelos planaltos florestados dos Montes Apalaches.

Nas colônias do norte e do centro da costa leste, implantou-se a colonização de povoamento. Os colonos do norte tinham fortes tendências autonomistas em relação à Inglaterra, pois desejavam não somente manter as relações comerciais com os ingleses, mas também preservar e ampliar a negociação de seus excedentes de produção com outras regiões do mundo — iniciativa proibida pela metrópole inglesa.

Ao sul da costa leste predominaram as colônias de exploração — semelhantes às estabelecidas na América espanhola e portuguesa —, que usavam mão de obra escrava oriunda da África. Climas mais quentes e chuvosos permitiram a formação de grandes latifúndios monocultores (as plantations), onde o cultivo de arroz, tabaco e algodão destinava-se, preferencialmente, à exportação, em especial

para a Europa. Ao contrário dos colonos do norte, os do sul mantinham laços mais estreitos com os interesses mercantis ingleses, tornando estes colonos mais dependentes da metrópole.

Essas diferenças se acentuariam com a independência, levando a uma guerra entre o norte e o sul que poderia ter mudado a configuração das terras estadunidenses como a conhecemos hoje. Entenda a seguir por que isso não aconteceu.



3. Da Independência à conquista do oeste

Em oposição a várias medidas impostas pela Inglaterra, como a elevação dos tributos, fato que prejudicava o desenvolvimento da manufatura e do comércio da colônia com outras regiões do mundo, em 4 de julho de 1776, as Treze Colônias se uniram e se declararam livres do domínio inglês. Promulgaram, assim, a Declaração de Independência, escrita por Thomas Jefferson. Como a Inglaterra não reconheceu a independência, as lutas dos colonos — apoiados pelos franceses — intensificaram-se até 1781, quando os ingleses, após sucessivas derrotas, depuseram as armas na famosa Batalha de Yorktown (figura 5). Em 1783, pelo Tratado de Paris, finalmente a Inglaterra reconheceu

a independência dos Estados Unidos, que, em 1787, promulgaram sua Constituição democrática.



Figura 5. Surrender of Cornwallis at Yorktown (A Rendição de Cornwallis em Yorktown), de John Trumbull. Essa pintura retrata o general George Washington (1732-1799) — à direita, ao fundo, montado no cavalo marrom — e o exército francês (à esquerda) assistindo ao recebimento da rendição britânica pelo deputado Benjamin Lincoln, de Washington (ao centro, no cavalo branco), em 19 de outubro de 1781, dois dias depois da vitória americana na Batalha de Yorktown, ocorrida na Virgínia. Essa batalha foi decisiva e assinalou o fim da Guerra de Independência Americana.

A Guerra de Secessão (1861-1865)

Após a independência dos Estados Unidos, as diferenças entre o norte e o sul se acentuaram.

No Congresso, era difícil conciliar os interesses dos dois tipos de sociedade — a do norte, industrialista, reunia a elite dos comerciantes, e a do sul era agrária e formada por grandes fazendeiros escravistas. Os sulistas tinham o poder político, e os nortistas, o econômico.

Em 1860, Abraham Lincoln foi eleito presidente pelo Partido Republicano, representando a sociedade do norte. Os fazendeiros do sul, por sua vez, perceberam que estavam perdendo o poder político, e decidiram se separar da União, a fim de defender os próprios interesses, sem a interferência do norte.

Assim, no início de 1861, onze estados separatistas formaram os Estados Confederados da América. O norte, porém, não aceitou a situação; afinal, isso representava o desmembramento do território já conquistado até a costa do Pacífico e prejudicava a indústria nortista, que dependia de matérias-primas fornecidas pelos sulistas. Diante dos interesses econômicos em jogo, em 12 de abril de 1861 teve início a Guerra Civil ou Guerra de Secessão (figura 6), que terminou somente em abril de 1865, com a vitória dos nortistas, acabando com a escravidão e deixando mais de 600 mil mortos. O sul, arruinado, tornava-se uma “colônia” a serviço

dos interesses da classe mercantil e industrial do norte.



Figura 6. Acampamento e regimento da 96ª Infantaria da Pensilvânia, no Campo Northumberland, Pensilvânia, Estados Unidos (1861), durante a Guerra Civil Americana — a primeira guerra fotografada da história mundial.

Conquista e ocupação do oeste

Pouco antes do término da Guerra de Secessão, o governo anunciou, em 1862, o Homestead Act (Ato de Propriedade Rural), que concedia a posse de 160 acres de terra (1 acre equivale a 4.047 metros quadrados) a quem a cultivasse por, no mínimo, cinco anos. Essa lei atraiu imensas ondas de imigrantes europeus para os Estados Unidos, favorecendo a ocupação e a exploração econômica de terras, habitadas por povos indígenas.

A corrida para o oeste coincidiu com o período de industrialização dos Estados Unidos. Para a burguesia industrial, era muito importante promover a expansão da economia do país, ampliar o mercado consumidor interno e conquistar as ricas reservas minerais (inclusive as de ouro) das Montanhas Rochosas e de outras regiões. Essa “marcha” para o oeste (figura 7) atendeu a esses objetivos e foi estimulada por um conjunto de ideias, conhecido como Destino Manifesto.

A força das ideias: o Destino Manifesto

Os antigos colonos estadunidenses e os imigrantes recém-chegados que se dirigiram para a conquista do oeste nutriam um mesmo sentimento igualitário entre si que os opunha às antigas potências coloniais; além disso, possuíam um sentimento de superioridade em relação aos indígenas e mexicanos. Essas e outras concepções ficaram conhecidas como Destino Manifesto, um conjunto de ideias escritas em 1845 pelo jornalista John L. O’Sullivan, que defendia a ocupação das terras da América do Norte, desde o Atlântico até o Pacífico, pelos estadunidenses. Defendia que brancos e puritanos eram os eleitos — os únicos responsáveis por desenvolver o país —, a quem Deus havia confiado a missão de criar uma sociedade modelo na América. Com isso, considerava que os

indígenas “não civilizados” eram incapazes de levar essa tarefa adiante, visto que, até então, ainda não o tinham feito — essa era uma visão mais ligada à divergência cultural de exploração da terra do que à incapacidade dos indígenas. No século XIX, essas concepções tiveram papel importante na conquista e ocupação do oeste do atual território dos Estados Unidos.



Figura 7. Esta foto, tirada na década de 1880, mostra uma caravana de colonos em direção ao interior do território dos Estados Unidos. O avanço rumo ao oeste se fez por meio da apropriação de terras indígenas.

4. A expansão territorial e a política intervencionista

A atual configuração territorial estadunidense é resultado de sucessivas anexações, tratados e compras de territórios, algumas vezes obtidos por meio da luta armada, sendo o México o principal prejudicado (figura 8).

Vale lembrar que em 1823 o então presidente dos Estados Unidos, James Monroe, enviou ao Congresso uma mensagem que ficou conhecida com o nome de Doutrina Monroe. Nessa época, muitas colônias na América espanhola e portuguesa buscavam ou estavam obtendo a independência de suas metrópoles europeias. Diante da ameaça de reconquista de partes do território da América por países europeus, essa doutrina, cujo lema era “A América para os americanos”, advertia que, em nome de sua segurança, os Estados Unidos não permitiriam que nenhum país europeu restabelecesse domínio sobre qualquer território americano.

Figura 8. Estados Unidos: a expansão territorial – 1783-1853

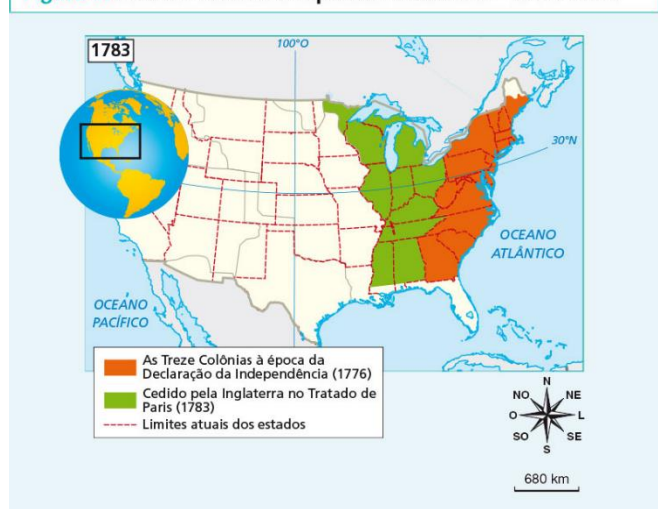


Figura 8. Estados Unidos: a expansão territorial – 1783-1853

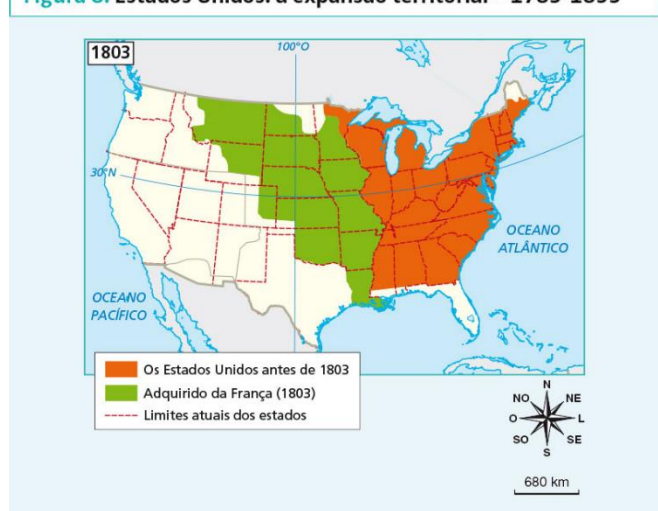


Figura 8. Estados Unidos: a expansão territorial – 1783-1853

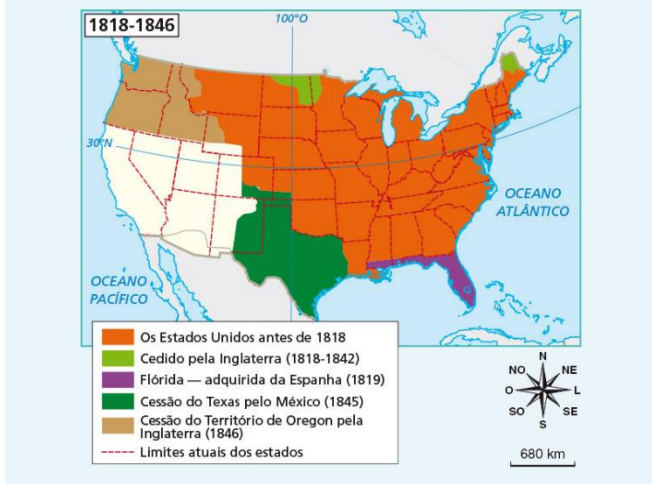


Figura 8. Estados Unidos: a expansão territorial – 1783-1853



Com base nos dois últimos períodos representados, explique o ditado “Pobre México, tão longe de Deus e tão perto dos Estados Unidos”.

Além de interesses econômicos e do Destino Manifesto, a Doutrina Monroe também teve influência no expansionismo territorial interno, pois enaltecia o poder dos Estados Unidos.

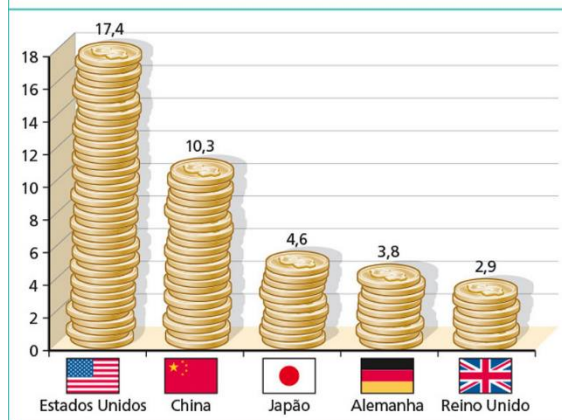
No entanto, mais tarde, o peso dessa influência tornou-se ainda maior na política externa intervencionista praticada pelos Estados Unidos, principalmente sobre a América Latina.

À medida que os interesses econômicos dos Estados Unidos eram contrariados por governos latino-americanos, forças militares estadunidenses intervinham diretamente nesses países, por meio de ações militares, ou indiretamente, auxiliando opositores políticos internos a depor governantes latino-americanos.

4.2 ESTADOS UNIDOS: POTÊNCIA ECONÔMICA

1. O maior produtor, o maior consumidor

Figura 9. Mundo: países com maior PIB (em trilhões de dólares) – 2014



O imenso território conquistado durante o processo de expansão garantiu aos Estados Unidos amplo espaço para a produção agropecuária, além de recursos energéticos e matérias-primas necessários ao desenvolvimento industrial. Atualmente, o país é o maior produtor e consumidor mundial de mercadorias e de serviços, e seu PIB representa cerca de 22% do PIB mundial (figura 9). Além disso, lidera o ranking de importações de mercadorias — cerca de 12% das importações mundiais — e é o maior investidor em outros países.

2. Um gigante na agropecuária

Os Estados Unidos são o país que tem a mais extensa superfície cultivada, com lavouras que ocupam aproximadamente 21% de seu território. Isso, somado à porcentagem de áreas ocupadas pelas pastagens (21% do território), permite afirmar que as atividades agropecuárias abrangem quase a metade do território estadunidense (no Brasil, a agricultura e a pecuária ocupam, juntas, 30% da área total).

Nos Estados Unidos, a intensa ocupação da terra se deve a fatores históricos, como a democratização do acesso à terra graças à Lei da Propriedade Rural (1862), e está associada ao emprego de sistemas intensivos, como a elevada mecanização das atividades agrícolas.

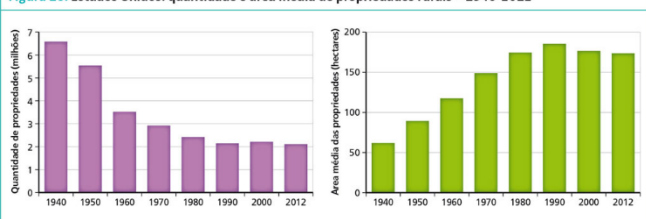
A alta tecnologia usada na agricultura estadunidense permite grande produtividade agrícola e garante bons rendimentos agrícolas, que se destacam no cenário mundial. Os Estados Unidos são o maior produtor e exportador mundial de alimentos: maior produtor mundial de milho e soja, segundo na produção de frango, carne e algodão, e terceiro na de trigo e açúcar.

O processo de modernização no campo desse país favoreceu ainda a produção integrada entre as empresas rurais e a indústria de alimentos, envolvendo, inclusive, várias empresas transnacionais. A utilização de máquinas e

implementos cada vez mais avançados promoveu a substituição do trabalho humano no campo.

Em 2012, a agropecuária absorvia menos de 2% da população economicamente ativa (PEA) do país — no Brasil, esse número era de 14,2. No período entre 1950 e 1990, muitos proprietários rurais, não conseguindo acompanhar a modernização da agricultura, ou atraídos pela vida urbana, acabaram vendendo suas terras. Esse processo de redução do número de proprietários foi acompanhado pelo crescimento do tamanho médio das propriedades e por certa concentração fundiária no espaço agrário do país (figura 10).

Figura 10. Estados Unidos: quantidade e área média de propriedades rurais – 1940-2012



Nota: Os gráficos não obedeceram à escala no eixo horizontal.

Os “cinturões” agropecuários (belts)

Nos Estados Unidos, o espaço agrícola organiza-se em zonas extensas e especializadas, chamadas cinturões (belts, em inglês), nas quais predomina o cultivo de um produto principal por meio da moderna agricultura comercial. Observe a figura 11.

Figura 11. Estados Unidos: cinturões agropecuários



Principais cinturões

Entre os cinturões estadunidenses, os mais importantes são:

- o cinturão do algodão (Cotton belt): dedicado principalmente à produção de algodão, cultivado desde o século XVII, em áreas de clima mais quente;
- o cinturão do leite (Dairy belt): onde se desenvolvem atividades agropecuárias destinadas, principalmente, ao abastecimento das grandes cidades. Além da pecuária leiteira, são praticadas a moderna avicultura (criação comercial de aves) e a policultura intensiva — hortaliças, frutas e outros vegetais —, os chamados hortifrutigranjeiros;
- o cinturão do trigo (Wheat belt): região agrícola destinada às grandes monoculturas de trigo, onde a agricultura é altamente mecanizada e emprega pouca mão de obra. Os agricultores dispõem de

fatores que permitem a enorme produção, como as extensas planícies favoráveis à mecanização e o grande apoio científico e tecnológico dos institutos de pesquisa e agências do governo estadunidense, além do clima temperado continental;

-o cinturão do milho (Corn belt): especializado na produção desse cultivo, associada à criação de suínos e outras culturas secundárias (soja, por exemplo), estende-se por médias propriedades. Visto em conjunto com o cinturão do trigo, o Corn belt contribui para que as planícies centrais sejam consideradas o “celeiro agrícola” dos Estados Unidos;

-o cinturão da pecuária para corte ou extensiva (Ranching belt): destaca-se a pecuária bovina de corte, praticada em médias e grandes propriedades, com pouca mão de obra e grande investimento de capital e tecnologia. Associa-se a essa atividade o cultivo irrigado de frutas e hortaliças. Abrange vasta área do oeste (figura 12);

-o cinturão da policultura: cultivam-se tabaco, milho, amendoim, trigo e pratica-se a pecuária intensiva;

-o cinturão da fruticultura (Fruit belt): desenvolve-se em áreas de clima mediterrâneo (Califórnia) e clima subtropical (Flórida).

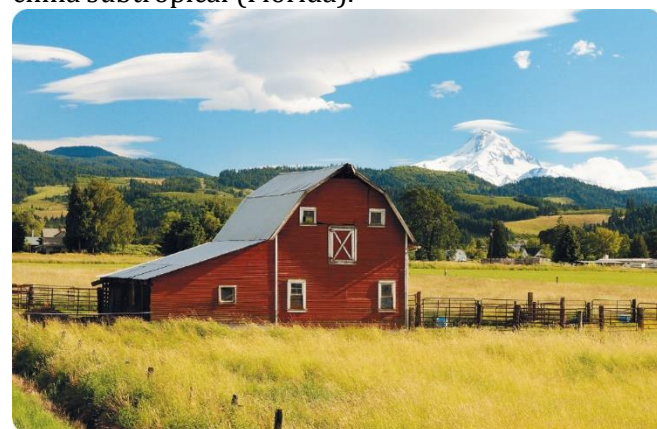


Figura 12. No oeste estadunidense, as propriedades rurais são, em geral, maiores que no restante do país por dois fatores: a predominância do clima desértico e semiárido e a prática da pecuária extensiva. Na foto, fazenda no estado de Oregon, Estados Unidos (2012).

3. O espaço urbano-industrial

Observe a figura 13: a linha verde tracejada separa dois grupos de concentrações industriais do país: o Snow belt e o Sun belt.



Snow belt: do nordeste dos Estados Unidos para o mundo

Na região nordeste dos Estados Unidos se localiza a maior e mais antiga concentração industrial do país — o chamado Manufacturing belt (cinturão industrial). Devido ao predomínio do clima temperado e à presença de invernos rigorosos, essa região também recebe a denominação de Snow belt (cinturão da neve).

O desenvolvimento da indústria nessa região contou com largo aproveitamento de recursos naturais regionais. A situação dos Grandes Lagos em relação às grandes vias de transporte fluviais e lacustres permitiu comunicação com os portos da costa atlântica, constituindo uma importante vantagem para a industrialização dessa região. A construção de canais e eclusas possibilitou o tráfego de grandes embarcações, o que estimulou o desenvolvimento de cidades localizadas às margens dos lagos, como Duluth (Lago Superior), Cleveland e Detroit (Lago Eriê), Chicago e Milwaukee (Lago Michigan).

Além disso, o notável crescimento das indústrias siderúrgica e mecânica nessa região contou com as jazidas de carvão mineral localizadas nos Montes Apalaches, o petróleo do estado de Ohio e o minério de ferro das proximidades da cidade de Birmingham. Nos Grandes Lagos, as minas de ferro próximas ao Lago Superior garantiram a expansão da siderurgia nas cidades de Pittsburgh (figura 14), Duluth e Chicago. Esta última tornou-se o maior entroncamento ferroviário do país, interligando os portos da costa leste aos complexos agropecuários do meio-oeste e do oeste. Em Detroit, ocorreu a aglomeração da indústria automobilística.



Figura 14. Juntamente com Chicago, a cidade de Pittsburgh é um centro dinâmico do Manufacturing belt dos Estados Unidos. Após ter dominado a

produção de aço até 1960, tornou-se polo de alta tecnologia, destacando-se principalmente na robótica. Na foto, vista da cidade, situada no estado da Pensilvânia, e do Rio Monongahela (2014). Em 2014, Pittsburgh apresentava cerca de 306 mil habitantes e sua região metropolitana, 2,4 milhões de habitantes.

Essa região exerce enorme influência sobre o restante do mundo. A cidade de Nova York, por exemplo, é a sede dos principais bancos e dos grandes conglomerados industriais estadunidenses, o que a torna um centro de decisões econômicas que se refletem em todo o planeta.

Sun belt: atividade industrial variada e aquecida

Observe novamente a figura 13. Repare que na parte inferior da linha verde tracejada estão indicadas cinco regiões com concentrações industriais expressivas. Juntas, elas formam o chamado Sun belt (cinturão do sol), uma extensa porção do território dos Estados Unidos em que predominam climas mais quentes (a exceção é a região industrial de Seattle, na fronteira com o Canadá) e onde se localiza um conjunto variado de espaços industriais de desenvolvimento recente. Podemos dividir esses espaços industriais em dois grupos: a costa oeste e as porções sul e sudeste.

A costa oeste ou do Oceano Pacífico

Nessa porção do território, o crescimento da atividade industrial contou com o impulso de uma série de fatores externos. As operações militares estadunidenses contra o Japão durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e, posteriormente, o envolvimento do país nas guerras da Coreia (1950-1953) e do Vietnã (1960-1976) estimularam a fixação e o desenvolvimento de indústrias armamentistas no litoral do Pacífico, região mais próxima às zonas de conflito.

A produção industrial na costa oeste dos Estados Unidos é bastante diversificada, não se limitando à indústria bélica. Os três estados que a compõem contam com importantes centros industriais — Los Angeles e San Francisco (Califórnia), Portland (Oregon) e Seattle (Washington) —, onde são fabricados desde tecidos e produtos alimentícios até aparelhos eletrônicos e produtos das indústrias aeroespacial e náutica.

As porções sul e sudeste

A região ao redor da cidade de Birmingham, estado da Geórgia, forma um grande centro de indústrias siderúrgicas, metalúrgicas e de construção mecânica. O minério de ferro e o carvão mineral extraídos dos Montes Apalaches abastecem esse polo industrial. Em Atlanta (capital da Geórgia)

estão instaladas grandes empresas do setor elétrico e eletrônico, além de um complexo industrial bastante moderno.

No estado do Alabama, em Huntsville, localiza-se um importante polo industrial de inovação tecnológica, destacando-se a indústria ligada ao setor da engenharia genética e bioindustrial.

No estado da Flórida, há uma importante base espacial — Cabo Kennedy —, onde são realizados lançamentos de foguetes espaciais da Nasa (National Aeronautics and Space Administration).

No sul, Houston (no Texas) é o segundo centro da Nasa, onde se concentram vários de seus laboratórios. Essa região destacou-se pela descoberta e exploração de imensas reservas de petróleo e gás natural a partir da década de 1950, sobretudo nos estados do Texas, de Louisiana e do Mississípi. Com isso, nas proximidades do Golfo do México desenvolveu-se uma poderosa indústria petroquímica, que, por sua vez, estimulou a criação de um conjunto de indústrias mecânicas destinado a lhe fornecer equipamentos.

Em Dallas (figura 15), também no Texas, além da intensa atividade petrolífera, desenvolveram-se ainda as indústrias eletrônica e de material elétrico. Em Austin, capital do Texas, está outro importante polo industrial de tecnologia de ponta — o polo tecnológico de Silicon Prairie.



Figura 15. Vista de edifícios em Dallas, estado do Texas, Estados Unidos (2013). Ao redor de Dallas, instalaram-se grandes empresas de telecomunicação, rendendo à região o nome de “Corredor das Telecomunicações”. A cidade possuía, em 2014, cerca de 1,3 milhão de habitantes e sua região metropolitana, 6,9 milhões de habitantes.

Revedo conteúdos

01. Com relação aos tipos de colonização que ocorreram nos Estados Unidos, responda:

a) Qual é o tipo de colonização implantada nas colônias do norte e do centro da costa leste? Cite suas principais características.

b) Qual foi o tipo de colonização implantada nas colônias do sul da costa leste? Cite suas principais características.

02. Observe o mapa a seguir e a posição dos personagens A, B, C, D e E. Com base em seus conhecimentos sobre os cinturões agropecuários e o cenário urbano-industrial dos Estados Unidos, responda.



a) Os Estados Unidos são o maior produtor de milho e o terceiro maior produtor de trigo. De acordo com o mapa, quais personagens estão, respectivamente, nesses cinturões de produção?

b) O personagem que está no cinturão industrial (Manufacturing belt) está na região caracterizada também por qual produção?

c) Quais personagens estão na região do Sun belt? Que produtos industriais e agrícolas são produzidos nessa área?

03. Explique o que foi o Destino Manifesto.

04. O que foi a Doutrina Monroe?

05. Cite os fatores externos que impulsionaram a atividade industrial na costa oeste dos Estados Unidos.

06. Por que as indústrias maquiladoras se instalaram no México, próximo à fronteira dos Estados Unidos, a partir dos anos de 1960?

4.3 ESTADOS UNIDOS: POPULAÇÃO E MEGALÓPOLES

1. A distribuição da população no vasto território

Com 321,8 milhões de habitantes em 2015 — cerca de 4,4% da população mundial —, os Estados Unidos são o país mais populoso da América e o terceiro do mundo, superado apenas por China e Índia.

Embora a densidade demográfica média seja de 32,5 hab./km², a população estadunidense se distribui de forma irregular no território,

concentrando-se principalmente na região nordeste do país (figura 16), onde teve início a ocupação humana pelos colonizadores e cujo desenvolvimento urbano e industrial é superior ao de outras regiões. Nessa região se concentram cidades de grande destaque, como Boston e Nova York, na costa leste, e Chicago, junto aos Grandes Lagos.

Conforme se caminha em direção ao oeste e sudoeste do país, as densidades demográficas diminuem, o que pode ser explicado, em parte, pela prática da agricultura altamente mecanizada e da pecuária extensiva, ambas com menor emprego de mão de obra.

No caso dos planaltos localizados a oeste entre as cadeias de montanhas (Rochosas e Cadeia das Cascatas, por exemplo), as características do relevo e do clima, somadas ao predomínio da pecuária extensiva com baixa utilização de mão de obra, explicam o predomínio das densidades demográficas mais baixas do país. Mais próximo da costa oeste, porém, ocorrem também grandes concentrações populacionais, como as áreas sob influência das cidades de San Diego, Los Angeles, San Francisco e Seattle, ao norte.



Quais são as densidades demográficas do entorno da cidade de Pittsburgh?

Há ainda nos Estados Unidos extensos espaços de escassa ocupação humana devido a condições naturais adversas. É o caso do Alasca, onde o clima frio o torna pouco povoado, com densidade demográfica inferior a 1 hab./km². O mesmo ocorre nos estados do Arizona (figura 17), Utah e Nevada, no sudoeste do país, nos quais grande parte do território está submetida ao clima desértico e semiárido.



Figura 17. Vaqueiro observando o Monument Valley, localizado no nordeste do estado do Arizona, no Planalto do Colorado, Estados Unidos (2014).

2. Espaço urbano: as megalópoles

Existem nos Estados Unidos 30 aglomerações urbanas com mais de 1 milhão de habitantes. Essa intensa urbanização acompanhou as fases de industrialização do país e deu origem a amplas malhas urbanas, resultantes da união de várias metrópoles e centros urbanos secundários, cujos limites se interpenetram e formam um corredor urbano. Essas aglomerações recebem o nome de megalópoles (figura 18).



3. Estados Unidos: a imigração ontem e hoje

A enorme população estadunidense e a formação das grandes megalópoles também estão relacionadas às enormes levas migratórias que, desde a expansão territorial até os dias de hoje, caracterizam os Estados Unidos como o país que mais recebe imigrantes na história contemporânea.

Principais ondas migratórias



Figura 23. Imigrantes desembarcam na Ilha Ellis, na entrada de Nova York, Estados Unidos (1915).

A primeira onda migratória transcorreu desde o início da chamada “marcha para o oeste” (1840) até o final da Guerra de Secessão (1865), quando cerca de 4 milhões de imigrantes vindos de diversas partes da Europa — sobretudo ingleses, irlandeses e alemães — chegaram ao país, principalmente pelo porto de Nova York.

A segunda leva de imigrantes chegou ao país entre 1870 e 1920 (figura 23). Maior que a primeira, contou com mais de 26 milhões de imigrantes, que se dirigiram para cidades da costa leste, onde ocorria acelerada industrialização. Com isso, em 1920 os Estados Unidos já contavam com 105 milhões de habitantes.

Durante os anos 1930 até meados da década de 1940, a entrada de imigrantes desacelerou, sobretudo devido à crise econômica de 1929, à criação de leis mais rígidas para a imigração e à deflagração da Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

Na segunda metade do século XX, porém, o fluxo de imigrantes nos Estados Unidos voltou a crescer, principalmente com a entrada de latino-americanos e asiáticos — fator decisivo para o crescimento populacional do país.

A imigração após 11 de setembro de 2001

Os Estados Unidos receberam, em 2014, cerca de 996 mil imigrantes legais, ou seja, pessoas autorizadas a se estabelecer no país. A esse número, porém, soma-se cerca de 500 mil imigrantes clandestinos, que entram em média a cada ano.

Depois dos atentados terroristas de 11 de setembro de 2001 (figura 24), o governo estadunidense reforçou o controle da imigração. Entre várias medidas adotadas para impedir a entrada ilegal, construiu um muro equipado com câmeras de vigilância em cerca de 1.200 quilômetros na fronteira com o México, provocando grande indignação na América Latina. Entretanto, apesar desse controle nas fronteiras, a entrada ilegal de mexicanos e de outros grupos latino-americanos persiste.



Figura 24. Em 11 de setembro de 2001, dois aviões sequestrados atingiram as torres do World Trade Center, em Nova York, onde estavam localizadas sedes de grandes empresas, e outro atingiu o

Pentágono, sede do Departamento de Defesa dos Estados Unidos, próximo a Washington, D.C. Os atentados, de autoria do grupo terrorista islâmico Al Qaeda, liderado por Osama Bin Laden (1957-2011), resultaram na morte de quase 3 mil pessoas.

O racismo e a Lei dos Direitos Civis

A história dos Estados Unidos foi marcada pelo conflito entre negros e brancos. Em 1865, a abolição da escravidão não garantiu plenos direitos aos afrodescendentes, mantendo-os à margem da sociedade até o século XX. Somente um século depois do fim da escravidão, em 1965, o movimento negro, após enfrentar diversos obstáculos — de perseguições a linchamentos, passando por grandes massacres —, obteve uma vitória que fez parte da construção da democracia no país: a proclamação da Lei dos Direitos Civis (1965), que estendeu os direitos democráticos a todos os cidadãos nascidos nos Estados Unidos. O pastor Martin Luther King (1929-1968) teve destaque ao transformar a luta da população negra num movimento nacional (figura 25).

Apesar do histórico de discriminação da população afrodescendente, o ano de 2009 registrou a posse do primeiro presidente negro dos Estados Unidos, Barack Obama, eleito pelo Partido Democrata.



Figura 25. Martin Luther King, em 28 de agosto de 1963, durante a Marcha sobre Washington por Trabalho e Liberdade, que reuniu mais de 250 mil pessoas no Memorial Lincoln, Washington, D.C., Estados Unidos. Ganhador do Prêmio Nobel da Paz (1964), Martin Luther King foi um dos principais líderes do movimento estadunidense pelos direitos civis e defensor da resistência não violenta à opressão racial. No entanto, apesar de pregar a paz e a igualdade, foi assassinado em 1968.

Segregação, discriminação e pobreza

No espaço urbano das cidades estadunidenses, os guetos refletem a segregação socioespacial entre os diferentes grupos populacionais. Observe a figura 26: no centro, os altos edifícios são ocupados por escritórios, estabelecimentos bancários, centros comerciais etc. Ao redor, estão as indústrias e os bairros habitados por imigrantes e pela classe social

menos favorecida; localizam-se aí os chamados guetos (figura 27). Distantes dos guetos, estão as áreas suburbanas, onde vivem as classes sociais média e alta.

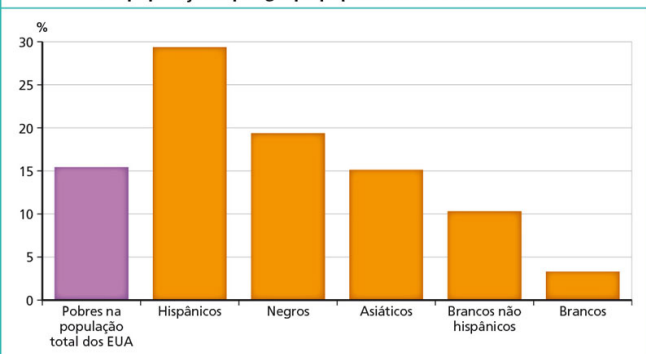
Figura 26. Esquema-síntese de cidade estadunidense



Figura 27. Vista do bairro do Harlem, em Nova York, Estados Unidos (2014). Na década de 1960, esse antigo gueto negro se transformou no foco do movimento pelos direitos civis dessa minoria no país.

Além da segregação socioespacial, que reflete o preconceito e a discriminação na paisagem urbana, os latino-americanos, negros, asiáticos e indígenas também enfrentam, em comparação com a população branca não hispânica, os trabalhos menos valorizados e de menor rendimento, além da maior taxa de desemprego. Embora existam entre essas minorias indivíduos vivendo em boas condições econômicas e sociais, de modo geral elas são menos protegidas do crime, da violência, das doenças e da pobreza (figura 28).

Figura 28. Estados Unidos: parte das pessoas vivendo na pobreza no total da população e por grupo populacional – 2012



Nota: A leitura do gráfico deve ser realizada da esquerda para a direita: dos 100% da população total dos Estados Unidos, 15,4% são pobres; dos 100% da população hispânica que lá vive, 29,1% são pobres; e assim sucessivamente.

4.4 CANADÁ: ECONOMIA INTEGRADA AO NAFTA

1. O Canadá e os parceiros do Nafta

Em 1994 entrou em vigor o Nafta (do inglês North American Free Trade Agreement), Acordo de Livre-Comércio da América do Norte, assinado dois anos antes por Estados Unidos, Canadá e México. O principal objetivo desse acordo é eliminar barreiras comerciais entre os países-membros, favorecendo investimentos e promovendo o respeito à propriedade intelectual.

Existem grandes diferenças entre os países que integram o Nafta. Em 2014, por exemplo, Estados Unidos, Canadá e México apresentaram juntos PIB de 20,5 trilhões de dólares, dos quais 85% foram gerados pelos Estados Unidos, 9% pelo Canadá e 6% pelo México. Esse tipo de disparidade se observa ao comparar o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) desses países.

Observe a tabela.

Países do Nafta: população, PIB e IDH				
Países	População em milhões de habitantes (2015)	PIB em trilhões de dólares (2014)	Posição no ranking mundial	
			PIB (2014)	IDH (2014)
EUA	321,8	17,4	1ª	8ª
Canadá	35,9	1,8	11ª	9ª
México	127,0	1,3	15ª	74ª

No México, os indicadores sociais são extremamente discrepantes em relação aos dos demais membros do acordo. A desigualdade de renda e as menores oportunidades de emprego no país ainda impulsionam a migração de mexicanos para os Estados Unidos. Quando o México passou a integrar o Nafta, houve uma grande expectativa com relação à dinamização de sua economia, o que poderia diminuir o fluxo de migrantes em busca de melhores condições de vida e de trabalho nos Estados Unidos, o que acabou não ocorrendo.

Em 2013, cerca de 79% das exportações do México destinavam-se aos Estados Unidos, ao passo que aproximadamente 49% de suas importações provinham desse mesmo país. No Canadá, a situação das exportações não era diferente: cerca de 76% delas destinavam-se aos Estados Unidos, país que também respondia por mais de 52% das importações canadenses.

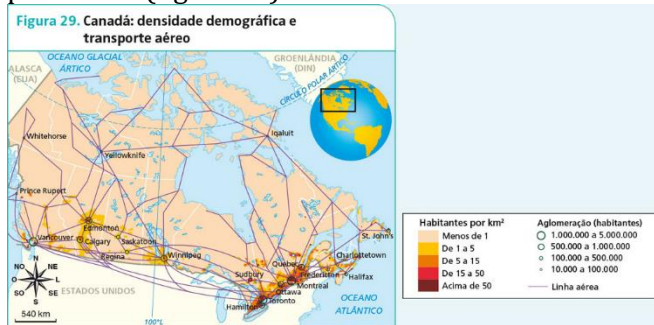
2. A população canadense

Com 9.970.610 km², o Canadá é o maior país do continente americano e o segundo maior do mundo, superado apenas pela Rússia (17.075.400 km²).

O Canadá, que tem 35,9 milhões de habitantes, é um país pouco povoado — sua densidade demográfica média é de 3,5 hab./km². Isso ocorre porque grande parte do território canadense se localiza em áreas de alta latitude, onde as temperaturas muito baixas dificultam a fixação humana.

A população e as principais cidades canadenses concentram-se no Vale do Rio São Lourenço e no sul do território, numa estreita faixa de 160 quilômetros junto à fronteira com os Estados Unidos ou em áreas não distantes dela, nas quais o clima é mais favorável à ocupação humana.

Apesar da distribuição irregular da população e das grandes distâncias entre as aglomerações humanas no território canadense, seu eficiente sistema de transporte facilita o intercâmbio entre as províncias (figura 29).



Onde ocorrem as menores densidades demográficas do território canadense? Explique por quê.

Diversidade cultural e linguística

A população canadense é formada por diferentes grupos etnoculturais. Dois deles são majoritários: os anglo-canadenses, que representam cerca de 44% dos habitantes, e os franco-canadenses, que somam cerca de 29% da população total. Há também imigrantes e descendentes de outros grupos europeus e asiáticos, além de indígenas e inuítes (os dois últimos chamados de Primeiras Nações, por serem descendentes dos primeiros habitantes do atual território canadense).

Dois idiomas — o inglês e o francês — são reconhecidos oficialmente no país. Em 1969, após muitos anos de reivindicação e pressão por parte dos cidadãos de origem francesa e do governo provincial, o francês passou a ser a língua oficial na província de Quebec, onde mais de 80% da população tem ascendência francesa (figura 30).



Nota: Nunavik não é uma província autônoma do Canadá, mas uma região da província de Quebec.

Ingleses e franceses colonizaram o território canadense. O Vale do Rio São Lourenço foi o núcleo da colonização francesa, onde foram fundadas as cidades de Quebec (1608) e Montreal (1642). Após os confrontos entre ingleses e franceses durante a Guerra dos Sete Anos (1756-1763), o Tratado de Paris (1763), que marcou o término do conflito, determinou que os territórios ocupados pela França na América e em outras partes do mundo fossem cedidos à Inglaterra.

Em função das rivalidades históricas e de diferenças culturais e econômicas entre anglo-canadenses e franco-canadenses, em parte da população da província de Quebec existe um forte movimento separatista que quer transformá-la num país independente (figura 31). Entretanto, no último plebiscito sobre a questão, ocorrido em 1995, aqueles contrários à secessão venceram por uma pequena diferença.



Figura 31. Dias antes do plebiscito que decidiria a separação ou não da província de Quebec do restante do Canadá, milhares de manifestantes foram às ruas de Montreal expressar a vontade contra a secessão (1995). Na faixa, lê-se “Meu Canadá inclui o Quebec” em francês e inglês.

3. Panorama econômico do Canadá

O território canadense é uma enorme fonte de riqueza. Com recursos energéticos (carvão e petróleo), minerais metálicos, madeira, água (mais de 60% da energia consumida no país é obtida de usinas hidrelétricas) e extensas áreas cultiváveis em relação ao total de sua população, o Canadá conta com um cenário econômico bastante diversificado (figura 32).

No entanto, além da grande dependência do comércio exterior canadense em relação aos Estados Unidos, o capital estadunidense é dominante em diversos ramos de negócios no Canadá, com predomínio na indústria automobilística, de borracha, química e de aparelhos elétricos e eletrônicos, entre outros. Os capitais canadenses, contudo, são majoritários nos setores mais tradicionais, como nas indústrias extrativa, têxtil, alimentícia, entre outras, que se apoiam, muitas vezes, nas riquezas naturais do país.

Cite um mineral explorado na porção central do território canadense e outro na porção leste.

Concentrações industriais canadenses

A principal concentração industrial do Canadá localiza-se na região sudeste, junto aos Grandes Lagos e no Vale do Rio São Lourenço (veja a figura 32). A região conta com um eficiente sistema de transportes, composto de ferrovias, rodovias e vias marítimo-fluviais e lacustres. No decorrer do século XX, a construção dessa infraestrutura teve grande apoio de investimentos provenientes dos Estados Unidos, em função das intensas relações econômicas entre a região sudeste do Canadá e os polos industriais do país vizinho.

Na margem do Rio São Lourenço situam-se duas importantes cidades, fundadas pelos colonizadores franceses: Montreal (figura 33) e Quebec (localize-as na figura 29, na página 145). Na margem esquerda, há outras duas igualmente importantes, fundadas pelos ingleses: Ottawa e Toronto. Aí estão instalados grandes setores industriais: siderúrgico, automobilístico, químico, de papel, elétrico e eletrônico, além de tecnopolos e de uma forte indústria de bens de consumo (vestuário, calçados, produtos alimentícios, têxtil, mobiliário etc.).



Figura 33. Vista de Montreal durante o inverno, na província de Quebec, Canadá (2014), com o Rio São Lourenço congelado, pois localiza-se a 45° de latitude norte. A cidade apresentava, em 2015, cerca de 4 milhões de habitantes.

No oeste do país, a região de Vancouver concentra indústrias siderúrgicas, metalúrgicas e de papel e celulose (figura 34). Na porção mais central do território, há concentrações industriais secundárias nas cidades de Winnipeg, Regina, Calgary e Edmonton, principalmente voltadas para a transformação de recursos naturais e produtos agropecuários.



Figura 34. Vista de Vancouver, na costa oeste do Canadá (2014), cidade com cerca de 2,5 milhões de habitantes, em 2015. O porto de Vancouver é um dos mais importantes do país, responsável pelas intensas relações comerciais com a Ásia, do outro lado do Oceano Pacífico.

A extração de madeira e a indústria de papel

O setor de papel e embalagens canadense é um dos mais importantes do mundo. A extração madeireira da Floresta Boreal ou de Coníferas conta com um complexo industrial especializado, principalmente na província da Colúmbia Britânica, localizada no extremo oeste do território (figura 35). O conjunto de indústrias canadenses dedicadas à exploração madeireira fornece, aproximadamente, a metade da quantidade de papel-jornal consumida no mundo.

Diante da necessidade de garantir a continuidade do aproveitamento econômico da Floresta de Coníferas para as futuras gerações, há anos o governo canadense adotou leis e fiscalização mais rigorosas para a exploração florestal, entre elas a exigência de reflorestamento contínuo das terras desmatadas.

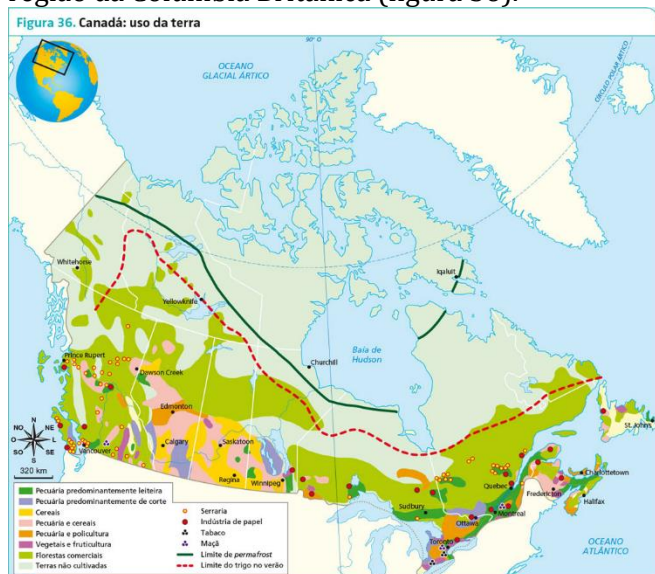


Figura 35. Trecho do Rio Fraser, nas proximidades de New Westminster, na província da Colúmbia Britânica, Canadá (2012). As toras de madeira são transportadas pelas águas e, depois, encaminhadas para moagem industrial, onde servirão à produção de papel e celulose.

As atividades agropecuárias

A agricultura canadense apresenta elevada mecanização e emprego de tecnologia avançada, o que permite obter grande produtividade. Além disso, funciona de forma bastante integrada aos setores da indústria alimentícia, de laticínios e de cereais, que contam com filiais de empresas dos Estados Unidos no país.

Podem-se reconhecer, no Canadá, três regiões agrícolas: a região dos Grandes Lagos e do Vale do Rio São Lourenço, a região das planícies centrais e a região da Colúmbia Britânica (figura 36).



Na região dos Grandes Lagos e do Vale do Rio São Lourenço, a policultura (cereais, frutas,

hortaliças e beterraba açucareira) e a pecuária intensiva (produção leiteira) abastecem o mercado interno. Essas atividades são realizadas principalmente nas províncias de Ontário e Quebec, com predomínio da agricultura de tipo familiar.

Os terrenos relativamente planos e os solos ricos das planícies centrais são responsáveis pela produção de cerca de 10% dos cereais negociados no mercado internacional, o que torna o Canadá um dos maiores exportadores mundiais de grãos, com destaque para o trigo, a aveia e a cevada (figura 37). Mais a oeste, onde o clima é mais seco, desenvolveu-se a pecuária de corte.

Na província da Colúmbia Britânica, situada a oeste do Canadá, nas proximidades de Vancouver, a atividade agrícola existe, mas não tem a mesma importância que em outras regiões canadenses. Os principais produtos cultivados são frutas (maçã, pera, pêssego, abricó etc.) e alguns cereais para o abastecimento do mercado interno.

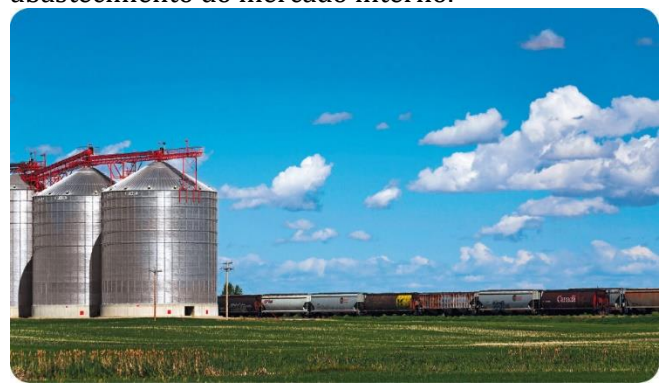


Figura 37. Trecho da Ferrovia Transcanadense, na província de Alberta, Canadá (2014). Ao longo dessa ferrovia, vagões são carregados com grãos (no caso, milho e trigo), armazenados em silos por fazendeiros da região.

Revedo conteúdos

01. Explique o que são megalópoles.
02. Indique as três megalópoles dos Estados Unidos.
03. Explique por que Nova York é uma das cidades mais influentes do mundo globalizado.
04. Em que megalópole se localiza o Vale do Silício? Que tipo de atividade econômica predomina nessa região?
05. É correto afirmar que os Estados Unidos são um país de grande imigração? Justifique.
06. Cerca de 1 milhão de imigrantes legais entram nos Estados Unidos por ano; entretanto, cerca de 500 mil imigrantes clandestinos se dirigem anualmente para o país. Explique com suas palavras por que tantos imigrantes procuram os Estados Unidos.

07. A democracia nos Estados Unidos não era plena até 1965, pois antes dessa data o racismo contra a população negra era uma realidade constante. Qual acontecimento alterou os rumos das relações entre brancos e negros?

08. Tendo entendido o que é segregação socioespacial, explique se ela existe apenas nos Estados Unidos ou em outros países como, no caso, o Brasil. Esse fenômeno ocorre na cidade onde você mora? Exemplifique.

09. Com base na tabela da página 144, aponte o PIB total do Nafta em 2014 e o percentual de participação do PIB estadunidense nesse total.

10. O que torna o sudeste do Canadá, junto aos Grandes Lagos e ao Vale do Rio São Lourenço, a principal concentração industrial do país? Que tipos de indústria estão localizados nessa região?

11. **Observe os dados da tabela referentes aos países da América do Norte e, em seguida, responda às questões.**

América do Norte: população e indicadores sociais			
Países	População em milhões (2015)	Mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) (2015-2020)	Expectativa de vida (anos) (2015-2020)
A	35,9	4,0	82,6
B	127,0	16,3	77,5
C	321,7	5,3	79,6

- a. Com base nos seus conhecimentos e nos dados da tabela, identifique os países:
- A: _____
- B: _____
- C: _____
- b. Dos indicadores sociais da tabela, em quais o Canadá se apresenta em melhor condição que os Estados Unidos?
- c. Classifique os países apresentados na tabela em desenvolvidos ou emergentes, de acordo com a regionalização segundo os níveis de desenvolvimento.

CAPÍTULO 05- AMÉRICA : PAÍSES EMERGENTES

Prepare-se para estudar as maiores economias da América Latina: México, Argentina e Brasil. Você vai entender como esses países chegaram a essa posição e quais fatores contribuíram para que, ao longo do século XX, ocorresse seu desenvolvimento industrial. Nos percursos seguintes, você estudará as regiões naturais, além de aspectos populacionais e econômicos do México e da Argentina. Também conhecerá os impasses e as soluções que acompanharam a delimitação das atuais fronteiras e limites entre o Brasil e os países platinos e compreenderá sua integração econômica por meio do Mercosul (Mercado Comum do Sul).

5.1 México, Argentina e Brasil: da industrialização tardia à inserção global

5.2 México

5.3 Argentina

5.4 Brasil: conflitos e cooperação na Bacia Platina



Em 1519, Fernão Cortez, liderando uma expedição espanhola, invadiu o território do atual México e, aliado aos inimigos dos astecas, ocupou a capital do Império Asteca, Tenochtitlán, em 1521. À conquista juntaram-se as epidemias e a desestruturação econômica do Império, provocando sua ruína, além de um grande despovoamento (em 1519, a população estimada era de 11 milhões e, em 1600, de apenas 2,5 milhões). Na foto (2013), a imensa praça (Zócalo) no centro da Cidade do México, capital do país, com a catedral católica, erguida sobre as ruínas do templo mais importante de Tenochtitlán, e o Palácio do Governo, erguido sobre a residência de um chefe asteca.

Verifique sua bagagem

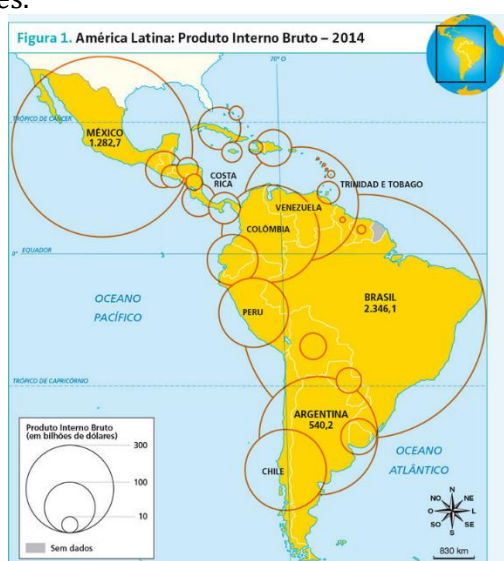
1. Você sabe por que o México, a Argentina e o Brasil são chamados de países emergentes?

2.0 Brasil se relaciona economicamente com a Argentina, o México e outros países da América Latina?

5.1 MÉXICO, ARGENTINA E BRASIL: DA INDUSTRIALIZAÇÃO TARDIA À INSERÇÃO GLOBAL

1. As maiores economias da América Latina

No conjunto dos países latino-americanos, México, Argentina e Brasil formam um grupo à parte: são os chamados países emergentes. Suas economias estão entre as maiores do continente americano ao sul dos Estados Unidos, incluindo o Caribe, e representaram cerca de 68% do Produto Interno Bruto (PIB) da América Latina em 2014 (figura 1). Apenas a economia mexicana supera a soma do PIB das economias dos países da América Central e da América Andina. Em 2014, o PIB brasileiro foi de aproximadamente 2,3 trilhões de dólares, o do México, de 1,3 trilhão, e o da Argentina, de 540 bilhões.



2. A industrialização tardia

A diversificação econômica atual de México, Argentina e Brasil se deve, entre outros fatores, ao fato de terem assumido, no passado, a dianteira na industrialização de suas economias em relação a outros países latino-americanos.

Com África do Sul, Índia e China, esses países são denominados países de industrialização tardia ou retardatária, pois se industrializaram cerca de um século depois dos países desenvolvidos, que iniciaram suas revoluções industriais nos séculos XVIII e XIX (figura 2).



Figura 2. Operárias da Tecelagem Mariangela, das Indústrias Reunidas F. Matarazzo, em São Paulo, SP (anos 1920). O Brasil completou a primeira fase de sua industrialização em 1930, cem anos depois da Inglaterra, que a realizou entre 1750 e 1830.

Períodos da industrialização latino-americana

Ao longo do século XX, alguns acontecimentos favoreceram o desenvolvimento industrial na América Latina, particularmente no México, na Argentina e no Brasil. Conheça, a seguir, alguns deles.

A Primeira Guerra Mundial (1914-1918)

Durante a Primeira Guerra Mundial, Inglaterra, França, Alemanha e Estados Unidos, tradicionais fornecedores de produtos industrializados para a América Latina, diminuíram suas exportações para a região, pois precisavam direcionar seus recursos para a guerra (figura 3). Isso estimulou o desenvolvimento industrial do México, da Argentina, do Brasil e de outros países da América Latina, que passaram a produzir alguns artigos industriais para abastecer seus mercados internos, substituindo as importações.



Figura 3. Armamentos britânicos no front de batalha durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Enquanto os países em guerra usavam o desenvolvimento econômico e tecnológico que haviam alcançado para fabricar armamentos, a América Latina começava a se desenvolver em setores industriais de bens de consumo, como vestuário e alimentação.

A Crise de 1929

Para compreender a Crise de 1929 e sua relação com a industrialização dos atuais países emergentes da América Latina, é preciso lembrar que, durante a Primeira Guerra Mundial, a economia dos Estados Unidos apresentou grande desenvolvimento: o país abasteceu muitos países europeus de matérias-primas, alimentos, produtos industrializados e capitais (empréstimos em dinheiro). Dessa forma, após a Primeira Grande Guerra, quase toda a Europa passou a dever para os Estados Unidos, que, mesmo antes da guerra, eram a maior potência industrial do mundo e já apresentavam grande desenvolvimento econômico.

Entretanto, em 1929, a Europa, praticamente recuperada dos desastres e prejuízos causados pela Primeira Guerra Mundial, diminuiu suas importações dos Estados Unidos, o que gerou grande impacto na economia estadunidense. Sem

compradores para sua elevada produção agrícola e industrial, muitas empresas começaram a demitir os funcionários. As falências se multiplicaram, e setores da economia mergulharam em uma profunda crise. Nesse período, aumentou muito o número de pessoas desempregadas no campo e nas cidades (figura 4).



Figura 4. Voluntários doam pacotes de comida para desempregados durante a crise econômica, em Nova York, Estados Unidos (1930).

A crise, além de afetar a economia dos Estados Unidos, atingiu muitos outros países que dependiam de suas importações. O Brasil, por exemplo, era um grande vendedor de café para aquele país. Como a economia brasileira na época dependia das exportações desse produto, com a diminuição das vendas, muitos cafeicultores foram à falência, e, conseqüentemente, o Brasil entrou em crise econômica e social.

Com o declínio de suas exportações agrícolas e de matérias-primas, México, Argentina e Brasil, com menos capital, deixaram de ter condições de importar produtos industrializados para atender às suas próprias necessidades.

Diante dessa situação, homens de negócios que haviam enriquecido com as exportações agropecuárias e de matérias-primas, aproveitando o conhecimento de técnicas trazidas por imigrantes europeus, passaram a investir no setor industrial com o apoio do governo de seus países. Isso favoreceu o surgimento de fábricas nacionais e permitiu a substituição das importações de diversos produtos (figura 5).



Figura 5. Veículos construídos pela empresa brasileira Fábrica Nacional de Motores (FNM) desfilam na Avenida Rio Branco, na cidade do Rio de Janeiro, RJ (1949). Durante o período da história brasileira conhecido como Estado Novo (1937-1945), ao lado de outras iniciativas, a criação dessa

fábrica teve por objetivo transformar o Brasil em uma economia industrializada.

A Segunda Guerra Mundial (1939-1945)

A Segunda Guerra Mundial estimulou a expansão industrial de alguns países da América Latina por razões semelhantes às da Primeira Guerra Mundial. Diante da impossibilidade de importar produtos industriais, intensificou-se o processo de industrialização por meio de substituição de importações na América Latina. Várias indústrias de capital nacional, aproveitando-se desse cenário favorável, consolidaram-se, sobretudo no México, na Argentina e no Brasil.

Durante a guerra, por exemplo, a frota de veículos do Brasil (figura 6), importados principalmente dos Estados Unidos, ficou ameaçada de paralisação por falta de peças de reposição. Diante disso, muitos torneiros mecânicos passaram a fabricá-las. Quando a guerra chegou ao fim, as chamadas "fábricas de porão" já tinham se transformado em indústrias de autopeças. Isso ocorreu também em outros ramos industriais.



Figura 6. Carros e ônibus na Praça da Sé, no centro da cidade de São Paulo, SP (cerca de 1940). Ao fundo, no canto direito, a Catedral da Sé em construção.

De 1950 aos dias atuais

No início do período pós-guerra, grandes empresas industriais e de serviços transnacionais estadunidenses e europeias intensificaram a instalação de filiais em países da América Latina, África e Ásia, visando à ampliação de capital, lucro e poder econômico no contexto do processo da globalização da produção, da economia e das finanças. Passaram, então, a contar com a publicidade e a propaganda para divulgar seus produtos pelos meios de comunicação, como o rádio, o jornal e a televisão, atingindo grande número de pessoas e influenciando seus hábitos de consumo (figura 7).

Desse modo, a partir de 1950 ocorreu uma intensa internacionalização da economia da América Latina, estimulada pela participação crescente de poderosas empresas transnacionais em vários setores da economia.

Na década de 1990, com a abertura da economia mundial, ou seja, o aumento de facilidades para exportação e importação, somada à aceleração do processo de globalização, a concorrência entre

empresas nacionais latino-americanas e transnacionais se acirrou. Para se manterem competitivas, muitas empresas nacionais foram obrigadas a passar por um processo de modernização tecnológica e de gerenciamento dos seus negócios.



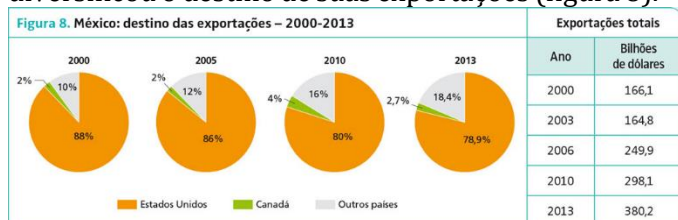
Figura 7. Propaganda da Lambretta do Brasil S.A., empresa italiana, publicada em revista de grande circulação nacional em 1957. Na década de 1950, a economia brasileira se internacionalizava.

Diversificação econômica e inserção global

As maiores economias da América Latina são distintas entre si, e cada uma delas trilhou diferentes caminhos de desenvolvimento para enfrentar as incertezas e oportunidades da economia global. Enquanto o México, em 1992, se aliou aos Estados Unidos e ao Canadá, aderindo ao Tratado de Livre-Comércio da América do Norte (Nafta), o Brasil e a Argentina passaram a integrar o Mercado Comum do Sul (Mercosul), que será abordado no Percurso 20.

Nos últimos anos, México, Argentina e Brasil aprofundaram a integração comercial com outros países e regiões do globo. Isso se deve, entre outros motivos, à sua diversificação econômica e ao desenvolvimento de parques industriais com emprego de tecnologia, que se destacam no contexto regional.

Brasil e Argentina, além do Chile, destacam-se por terem diversificado mais intensamente o destino de suas exportações, sobretudo no mercado asiático — principalmente na Índia e na China. O México, por sua vez, manteve o predomínio de relações comerciais com os Estados Unidos, mas também diversificou o destino de suas exportações (figura 8).



CAPÍTULO 6 - AMÉRICA: ECONOMIAS COM BASES MINERAL E AGROPECUÁRIA

Nesta Expedição, vamos conhecer um conjunto de países cujas economias têm por base a produção e a exportação de recursos minerais e agropecuários. A economia desses países depende de bens primários — portanto, de baixo valor agregado —, cujos preços sofrem grandes oscilações no mercado internacional. A renda gerada pela mineração e pela agropecuária não eliminou as grandes desigualdades sociais existentes entre suas populações, com exceção de Chile e Uruguai, cujos indicadores sociais os colocam em posição de destaque em relação aos demais.

6.1 Economias com base mineral

6.2 Economias com base agropecuária

6.3 América Central



Trabalhadores em fazenda coletiva de cana-de-açúcar, Cuba (2015).





Figura 3. Manifestantes em marcha pela reforma agrária em Quito, Equador (1961).

No Chile, por exemplo, as áreas agricultáveis são limitadas, ora em decorrência de climas árido e semiárido ao norte de seu território, ora por causa dos rigores do frio ao sul. Tal limitação de área, cultivável é agravada pela concentração da propriedade da terra.

Segundo publicação da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), dos quase 30 milhões de hectares que perfazem a área das propriedades rurais no Chile, somente 0,5% dos proprietários rurais detinha, em 2012, quase 70% do total dessa área, e 95,4% deles, apenas cerca de 20% — para efeito de comparação, no Brasil, a área total das propriedades rurais é superior a 400 milhões de hectares, e somente 1% dos proprietários rurais detém 45,1% dessa área, enquanto 50% detém apenas 2,2% dela.

Esse padrão de concentração de terras em mãos de poucos proprietários também se verifica em outros países aqui estudados, de forma mais ou menos acentuada.

Na Colômbia, a luta empreendida pelo governo contra o narcotráfico e a guerrilha das Farc tem levado camponeses e pequenos proprietários rurais a vender suas terras e migrar para as cidades, acentuando ainda mais a concentração da terra e o inchaço das cidades.

Minerais, energia e indústria

O mapa da figura 1 nos dá ideia da distribuição espacial dos recursos minerais e das fontes de energia dos países aqui estudados.

Quanto ao petróleo, segundo dados de 2015, a Venezuela era o país que abrigava as maiores reservas mundiais — 17,5% do total. E, como produtor, classificava-se em décimo lugar — 3,3% do total —, sendo superada, em ordem do maior para o menor, por: Arábia Saudita, Rússia, Estados Unidos, China, Canadá, Irã, Emirados Árabes Unidos, Iraque e Kuwait.

Essa fonte de energia é responsável por cerca de 80% do valor das exportações venezuelanas. Com a renda do petróleo, após 1960 ocorreram a formação das classes médias urbanas e o desenvolvimento

industrial, principalmente no entorno de sua capital, Caracas.

O país modernizou-se sem, contudo, resolver a grave questão das desigualdades sociais, agravada, nos últimos 15 anos, por uma política conturbada (figura 4).



Figura 4. Ativistas da oposição ao governo do presidente Nicolas Maduro reivindicando liberdade para prisioneiros políticos e agendamento de data para as eleições parlamentares, em manifestação pacífica em Caracas, Venezuela, em 20 de junho de 2015.

Durante muitos anos, a economia da Colômbia teve por base as exportações de café. Após a descoberta de petróleo em seu território e a ampliação de sua extração, ele assumiu a liderança como fonte de divisas. Sua atividade industrial é diversificada: química, farmacêutica, siderúrgica, têxtil, de cimento, agroalimentar etc.

Em 2015, do total do valor das exportações realizadas pela Colômbia, o setor mineral — petróleo, carvão mineral e minério de ferro — representou cerca de 50%.

A economia do Equador assenta-se também no petróleo (figura 5). Além dele, banana, cacau, café, camarão e atum são os principais produtos de exportação. O desenvolvimento industrial do país é reduzido: abrange o setor de bens de consumo — têxtil, de vestuário, alimentício etc. —, além da indústria petroquímica, química, de papel e cimento.



Figura 5. Trabalhador em refinaria de petróleo na cidade costeira de Esmeraldas, Equador (2015)

O Peru é o maior produtor mundial de prata e está entre os cinco maiores produtores de cobre,

estanho, molibdênio, ouro, chumbo e zinco. A pesca é um importante setor da economia, como já vimos. A atividade industrial peruana — química, mecânica, de siderurgia, de construção naval etc. — vem crescendo nos últimos anos, como também sua economia, favorecida pela ampliação de acordos comerciais e pela participação em blocos econômicos — recentemente, o país aderiu ao bloco Aliança do Pacífico, criado em 2012, que reúne Peru, Chile, Colômbia e México.

A Bolívia coloca-se entre os cinco maiores produtores mundiais de antimônio, estanho e tungstênio e conta também com a maior jazida de lítio do mundo. Entre outras aplicações, o lítio é usado como matéria-prima de baterias de telefones móveis, de computadores portáteis e de carros elétricos. Sua atividade industrial ainda é reduzida: petroquímica, de siderurgia, agroalimentar, têxtil etc.

A Bolívia é um país mediterrâneo — situado entre terras, ou seja, não tem saída para o oceano. Em razão disso, depende de países vizinhos para suas exportações e importações por via marítima (localize a Bolívia no mapa da figura 1). A região do Oriente, onde se localiza a cidade de Santa Cruz de la Sierra, é o coração econômico do país. As culturas de soja, milho e outros produtos e a descoberta de gás natural e petróleo na região dinamizaram sua economia.

Santa Cruz de la Sierra está ligada por ferrovia ao Porto de Santos, no litoral paulista. É por essa ferrovia que a soja boliviana é transportada para exportação. Já o gás natural aí produzido é transportado pelo Gasoduto Bolívia-Brasil e vendido ao Brasil (figura 6). Composto por tubos de aço, enterrados no solo a uma profundidade média de um metro e posicionados em uma faixa de terreno com 20 metros de largura, o gasoduto transporta grandes volumes de gás natural, destinados aos setores industrial, comercial, de serviços, residencial e automotivo. Depois de entrar no território brasileiro, atravessa os estados de Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. O trecho norte tem uma extensão de 1.147 km e liga Corumbá (MS) a Guararema (SP); o trecho sul percorre 1.176 km entre Paulínia (SP) e Canoas (RS) — há também um trecho de 259 km no estado de Mato Grosso, cujo governo importa gás natural da Bolívia.

Estendendo-se de norte a sul por 4.300 km, desde a fronteira com o Peru até a Terra do Fogo, e de leste a oeste com largura média de 177 km, o Chile tem na exportação de cobre sua principal fonte de divisas (figura 7), seguida de outros minerais, frutas, vinhos e pescados (salmão).

Nos últimos anos, o setor industrial ampliou-se em vários ramos: químico, têxtil, agroalimentar, de

mineração, madeireiro etc.

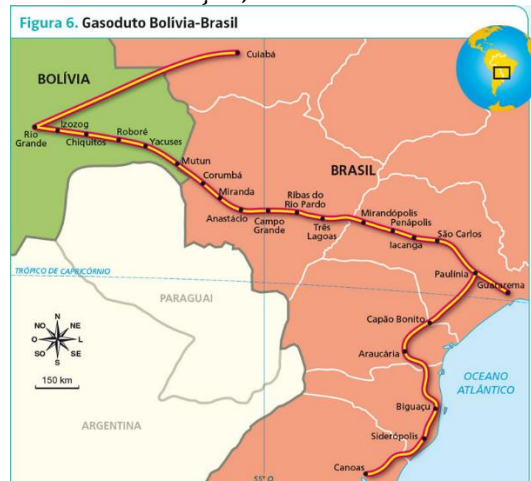


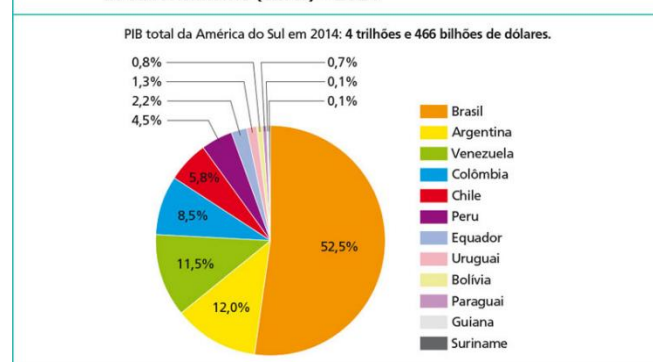
Figura 7. Trabalhadores em entrada de túnel para acesso subterrâneo à Mina de Chuquicamata, no Deserto de Atacama, Chile (2012). Esta é uma das mais famosas minas de cobre a céu aberto do mundo, sendo considerada a maior do Chile.

Produto Interno Bruto (PIB) e PIB per capita

Você já estudou os conceitos de PIB e PIB per capita.

Já deve ter notado que os países americanos com economias diversificadas, mas com base mineral aqui estudados localizam-se na América do Sul. Comparando os PIBs desses países entre si, e também em relação a outros que se localizam nesse subcontinente, como Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, poderemos ter ideia da importância de suas economias. Observe o gráfico da figura 8.

Figura 8. América do Sul: participação dos países no PIB total do subcontinente (em %) – 2014



PIB per capita

O PIB é um valor bruto relativo à produção de bens e serviços de um país em determinado ano. Já o PIB per capita é o resultado da divisão do PIB de um país pelo total de sua população. Ele expressa apenas a relação entre a produção de riqueza por habitante de um país. Sendo uma média, não expressa, portanto, a renda de cada habitante. Em verdade, mascara as desigualdades na distribuição da renda. Desse modo, um país pode ter uma renda per capita alta, mas uma distribuição muito desigual dela.

Ocorre também o contrário: um país pode ter renda per capita baixa, mas renda mais bem distribuída e, em consequência, não haver grandes desigualdades entre ricos e pobres. Observe a tabela 1, levando em conta todas essas considerações.

Tabela 1. América do Sul: PIB per capita - 2014

País	PIB per capita (em dólares)
Uruguai	16.806
Venezuela	16.614
Chile	14.528
Argentina	12.568
Brasil	11.384
Suriname	9.933
Colômbia	7.903
Peru	6.550
Equador	6.322
Paraguai	4.728
Guiana	4.226
Bolívia	3.235

Impasses geopolíticos

Vários países da América do Sul envolveram-se ou estão envolvidos em impasses geopolíticos. Você estudou na página 21, as disputas entre Venezuela e Guiana pelo território de Essequibo e, nas páginas 180 e 181, os impasses recentes entre Chile e Argentina pelo Canal de Beagle e entre Argentina e Reino Unido pelas Malvinas (reveja-os).

Chile, Peru e Bolívia

Na Guerra do Pacífico (1879-1883), o Chile enfrentou Bolívia e Peru. Essa guerra foi motivada pela disputa da rica área de nitrato ou salitre — produto empregado como fertilizante ou adubo e na fabricação de explosivos — no Deserto de Atacama.

Vencidos, a Bolívia perdeu a Província de Antofagasta, que lhe dava saída para o Oceano Pacífico, e o Peru perdeu a Província de Tarapacá (figura 9).

Figura 9. Guerra do Pacífico - 1879-1883



Até os dias atuais, nas relações Bolívia-Peru-Chile, esse impasse faz parte da agenda de discussões governamentais.

O Chile aceita negociar a implantação de um corredor de passagem que possibilite à Bolívia ter acesso ao mar, mas se recusa a negociar a reivindicação boliviana de devolução do território perdido na Guerra do Pacífico.

Diante disso, em 2014, o governo boliviano entrou com ação em busca de solução para esse impasse na Corte Internacional de Justiça — com sede na cidade de Haia, na Holanda, essa Corte é o organismo judiciário da ONU, criado em 1946, para julgar conflitos ou impasses envolvendo países, tais como tratados e disputas fronteiriças.

Solidário à Bolívia, o Peru, em 2010, concedeu ao país vizinho acesso ao Oceano Pacífico por meio de um terminal no Porto de Ilo, no sul do território peruano.

Bolívia, Brasil e Paraguai

Em 1889, a Bolívia, por meio de um tratado, concedeu à Argentina parte do Chaco (figura 10) — vasta região de planície da América do Sul, sendo delimitada, ao norte, pelos Lhanos da Bolívia (do espanhol llanos, planície coberta por savana); ao sul,

pelo Rio Salado; a leste, pelos rios Paraguai e Paraná; e, a oeste, pela Cordilheira dos Andes.



Em 1903, a Bolívia vendeu o território que corresponde ao atual estado do Acre para o Brasil mediante a assinatura do Tratado de Petrópolis. Além do pagamento em dinheiro, o Brasil, em troca, comprometeu-se a construir a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, para que a Bolívia tivesse acesso aos rios amazônicos — Rio Madeira e outros — e pudesse transportar por eles o látex destinado à exportação.

Entre os anos de 1928 e 1929 e de 1932 e 1935, ocorreu a Guerra do Chaco entre a Bolívia e o Paraguai, motivada pela disputa de uma região dessa planície onde se pensava haver petróleo em abundância. Calcula-se que 100 mil pessoas morreram nesse conflito. Em 1938, por meio de arbitragem internacional, decidiu-se que ao Paraguai caberiam cerca de 75% da área do Chaco em disputa e que a Bolívia teria livre trânsito em um trecho do Rio Paraguai.

A instabilidade política sempre fez parte da história boliviana: entre 1825 e 1981, ocorreram 192 golpes de estado — atos de força empregados pelo governo de um país com o objetivo de permanecer no poder ou empregados por civis ou militares, geralmente com o apoio das forças armadas, para tomar o poder.

6.2 ECONOMIAS COM BASE AGROPECUÁRIA

1. Uruguai e Paraguai

A maior porção dos territórios do Uruguai e Paraguai (figura 11) faz parte da Bacia do Prata — formada pelos rios Paraná, Paraguai e Uruguai. Por isso, com a Argentina, esses países formam a América Platina — regionalização que tem por base o critério físico ou natural.



Com que países o Paraguai faz fronteira?

2. A economia do Uruguai

A agropecuária é a base da economia do Uruguai. O país é um tradicional exportador de carne bovina, couro e lã, esta obtida do rebanho de ovinos (figura 12). Além desses produtos, figuram na pauta de exportação do país o trigo, a soja, o arroz e o milho.



Figura 12. Trabalhadores realizando a tosquia manual, isto é, o corte da lã de ovelha (2014).

Na primeira metade do século XX, um amplo sistema de serviços de educação e saúde foi constituído no Uruguai, que por isso foi chamado, na época, de “Suíça da América do Sul”. Atualmente, as exportações de carne, lã e couro já não propiciam o mesmo dinamismo econômico; ainda assim, o Uruguai apresenta um nível de vida superior ao de muitos países da América Latina, tendo como destaque os índices de escolaridade. O IDH do país é 0,793 (2014), a taxa de analfabetismo de maiores de 15 anos é de 2%, a esperança de vida é de 77,7 anos e a taxa de mortalidade infantil é de 11‰ — indicadores sociais melhores que os do Brasil.

A partir da década de 1960, a economia uruguaia começou a ser abalada pela queda do preço da lã e da carne no mercado internacional.

Diante disso, a oligarquia pecuarista passou a aplicar parte significativa de seus recursos no exterior e na especulação financeira e pouco na melhoria da produção interna.

A atividade industrial no país é reduzida e está relacionada, principalmente, ao processamento de produtos de origem animal: carne, couro e lã. Nos últimos anos têm crescido a indústria vinícola e o setor financeiro (bancos), levando o país a ter participação expressiva no setor bancário latino-americano.

Como fundador e país-membro do Mercosul, o Uruguai tem intensificado o comércio com os integrantes do bloco, o que contribuiu para o crescimento de seu PIB.

Veja, na figura 13, a distribuição das atividades econômicas no território uruguaio.

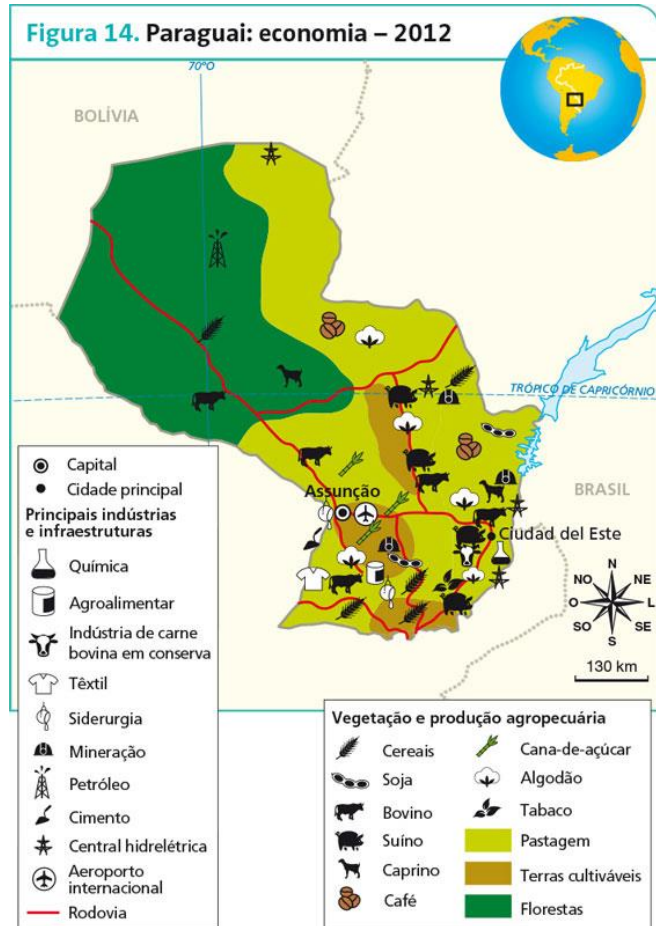
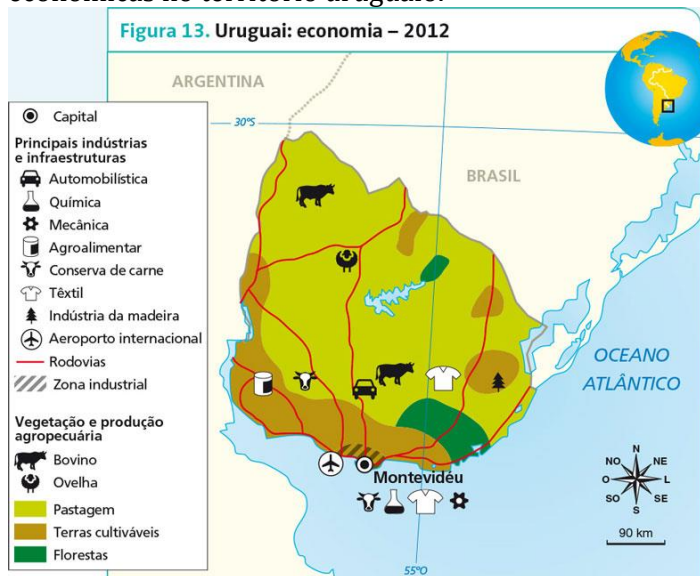


Figura 15. Vista da Ponte Internacional da Amizade, construída sobre o Rio Paraná, que liga a cidade brasileira de Foz do Iguaçu (PR) à cidade paraguaia de Ciudad del Este. Apesar da fiscalização existente, a ponte é porta de entrada do comércio ilegal, envolvendo contrabando de produtos, tráfico de drogas e armas.

4. Impasses Brasil-Paraguai

Nos últimos anos, pelo menos dois problemas têm gerado tensão nas relações entre Brasil e Paraguai: a questão da energia elétrica de Itaipu e a presença de agricultores brasileiros no Paraguai — os brasiguaios.

A questão da energia elétrica

O Tratado de Itaipu, firmado em 1973 entre Paraguai e Brasil, permitiu a construção da

3. A economia do Paraguai

A economia do Paraguai também tem por base a agropecuária (figura 14). Algodão, soja, sementes oleaginosas, óleos vegetais, cana-de-açúcar e carne bovina são produtos exportados para os países do Mercosul — do qual o Paraguai é país integrante — e para Chile, Alemanha, Suíça, Países Baixos, Estados Unidos e outros.

Como o país não tem litoral, suas exportações são realizadas pelo Rio Paraguai-Paraná, via Estuário Platino, e pela rodovia que liga sua capital, Assunção, ao Porto de Paranaguá, no litoral do estado do Paraná.

Há no Paraguai o comércio ilegal de artigos importados e a pirataria de produtos — falsificação de marcas —, o que acaba prejudicando o Brasil, pois muitos brasileiros, ao comprar esses artigos — eletroeletrônicos, perfumes, bebidas, tênis etc. —, não pagam impostos ao Estado (figura 15). Essa situação é agravada uma vez que muitos trabalhadores que participam da produção de artigos piratas são explorados e não gozam da proteção das leis trabalhistas. Além disso, há também o comércio ilegal de armas e munições que abastece facções criminosas em nosso país.

Hidrelétrica de Itaipu, no Rio Paraná, na fronteira entre os dois países (figura 16).

Quando foi feito o acordo da construção da hidrelétrica, em vista de o Paraguai não possuir recursos para tal empreitada, o Brasil arcou com os custos e o Paraguai assumiu a dívida referente a sua parte para pagá-la até 2023 por meio da venda de energia excedente (não usada) para o Brasil a preço de custo.

Contudo, em 2008, o Paraguai passou a reivindicar a renegociação do preço da energia paga pelo Brasil, estabelecido no Tratado de Itaipu, alegando que a tarifa era baixa e não correspondia ao valor de mercado. O governo brasileiro argumentou que não havia motivo para rediscutir a questão, pois, além de o Brasil ter financiado a construção da usina, todos os detalhes do acordo foram respeitados ao longo do tempo.

Essa situação transformou-se em tensão diplomática entre os dois países, até que, em 2009, o Brasil cedeu e passou a comprar a energia excedente pelo triplo do valor pago anteriormente. Entretanto, o impasse não terminou. O governo paraguaio reivindica o direito de vender energia elétrica a outros países, fato que o Brasil não aprova, o que causa ainda impasses entre eles.

Impasses com os “brasiguaios”

Muitas atividades econômicas no Paraguai, como a distribuição de combustíveis, bancos, frigoríficos e transporte aéreo, contam com grande participação de empresas brasileiras. Além disso, calcula-se que 500 mil “brasiguaios” vivam no Paraguai, o que corresponde a quase 8% da população total do país. Entre eles, os que são proprietários de terra respondem por mais de 80% da safra nacional de soja do país.

Esses e outros fatos — cidades paraguaias com a maioria de habitantes brasileiros, por exemplo — são vistos por parcelas da população paraguaia como sinal de uma influência exagerada do Brasil em seu país.

No campo, a presença de fazendeiros brasileiros produtores de soja tem gerado mobilizações sociais, como as dos trabalhadores sem terra paraguaios. Segundo eles, a posse brasileira de grandes extensões de terras vem causando destruição ambiental e provocando a expulsão de camponeses paraguaios para os cinturões de pobreza das cidades.

Como resposta ao não enfrentamento dessas questões pelo governo paraguaio, ou seja, à não implantação da reforma agrária no país, camponeses iniciaram a ocupação de terras de brasiguaios e as marchas de protesto em cidades paraguaias, aumentando, assim, as tensões entre as partes

(figura 17). Em 2008, o governo paraguaio proibiu a venda de terras a estrangeiros, que, naquele ano, já respondiam por cerca de 70% das terras agrícolas do país.

Com o novo governo eleito em 2013, os camponeses continuaram a pressionar pela reforma agrária e a realizar ocupações de terras. Tal situação permaneceu sem solução até 2015.



Figura 17. Camponeses protestam em frente ao prédio do Congresso da República do Paraguai, em Assunção, capital do país, reivindicando reforma agrária e melhorias na saúde e educação das áreas rurais (2015).

Reverendo conteúdos

01. Observe o mapa e responda às questões.



- Quais são os países correspondentes aos números 1, 2, 3, 4, 5 e 6, no mapa acima?
- Imagine que três amigos brasileiros (Amanda, Bruno e Carlos) fizeram uma viagem por esses países. Observe o relato de cada um, indique qual deles não cometeu nenhum equívoco e aponte os erros cometidos pelos outros.

Amanda: “O país 1 abriga as maiores reservas mundiais de petróleo; o país 2 tem na exportação de petróleo a sua maior fonte de divisas; os países 3 e 4 são exportadores de banana e prata, respectivamente; os países 5 e 6 destacam-se na exportação de gás natural e cobre, respectivamente”.

Bruno: “Nos países 4 e 6, a pesca é beneficiada pela corrente marítima fria de Humboldt; o país 5 é mediterrâneo; os países 2 e 4 são membros do bloco econômico Aliança do Pacífico; o PIB do país 3 é maior que o do país 1”.

Carlos: “Da América do Sul, o país 1 é o mais estável politicamente na atualidade; enquanto o país 3 é ‘cortado’ pela linha equatorial, os países 5 e 6 são ‘cortados’ pelo Trópico de Capricórnio; enquanto o país 2 possui o 4º maior PIB da América do Sul, em 2014, o país 4 ocupa o último lugar em valor de PIB na América do Sul”.

02. PIB (Produto Interno Bruto) e PIB per capita são sinônimos? Explique sua resposta.

03. Leia as questões a seguir e responda:

- Que países se envolveram na Guerra do Chaco (1932-1935)?
- Qual foi a causa dessa guerra?
- O que é o Chaco?

6.3 AMÉRICA CENTRAL

1. Os dois conjuntos de países e territórios dependentes

A América Central compreende dois conjuntos de unidades políticas: a América Central Continental, ou ístmica, e a América Central Insular, o Caribe (figura 18).

A América Central Continental corresponde à estreita faixa de terras emersas — o istmo — que une a América do Norte à América do Sul, tendo a oeste o Oceano Pacífico e a leste o Mar do Caribe, ou Mar das Antilhas. Nessa porção se situam sete países.

Já a América Central Insular é formada pelas ilhas caribenhas, que são comumente dividida em três grupos:

Grandes Antilhas: compreendem arquipélagos e ilhas de maior dimensão, como Cuba, Ilha Hispaniola — onde se localizam o Haiti e a República Dominicana —, Porto Rico e Jamaica;

Pequenas Antilhas: abrangem várias ilhas de pequena dimensão, entre elas Anguilla, Antígua e Barbuda, Guadalupe;

Bahamas: arquipélago com mais de 700 ilhas, ao norte de Cuba.

Na América Central Continental, todas as unidades políticas são independentes. Na América Central Insular, além de países independentes, existem territórios (ilhas ou arquipélagos) pertencentes ao Reino Unido, à França, aos Países Baixos e aos Estados Unidos, que são, na verdade, resquícios do colonialismo dos séculos anteriores.



2. A América Central Continental

Países, área e população

A América Central Continental é formada por sete países: Guatemala, Belize (ex-Honduras Britânicas, independente em 1981), Honduras, El Salvador, Nicarágua, Costa Rica e Panamá. Juntos,

somam 521.047 km² de área territorial — menor em 65.480 km² que o estado de Minas Gerais (586.528 km²). Veja a tabela a seguir.

Tabela 2. América Central Continental: área territorial e população estimada – 2015

País	Área (km ²)	População
Belize	22.965	359.000
Costa Rica	51.100	4.808.000
El Salvador	21.040	6.127.000
Guatemala	108.900	16.343.000
Honduras	112.492	8.075.000
Nicarágua	130.373	6.082.000
Panamá	74.177	3.929.000
Total	521.047	45.723.000

Relevo

Do ponto de vista geológico, a América Central é resultado de colisões de várias placas tectônicas ocorridas há mais de 1 milhão de anos. Daí se entende por que é uma área montanhosa e com mais de 80 vulcões, muitos ainda em atividade, cujas erupções, ao longo do tempo, causaram numerosas mortes e destruição (figura 19).



Veja onde se concentram as maiores altitudes do relevo da América Central na figura 20.



Distinguem-se dois alinhamentos de montanhas na América Central Continental. O primeiro se

estende do sul do México até a Nicarágua, passando pelas terras da Guatemala e de Honduras. Essas montanhas formam planaltos elevados a oeste. O segundo alinhamento começa no sul da Nicarágua, atravessa a Costa Rica e o Panamá e chega à Colômbia, na América do Sul. Tanto o primeiro como o segundo alinhamento de montanhas dão origem a vales, que permitem a comunicação entre o litoral do Pacífico e o do Mar das Antilhas, por onde correm alguns rios. Entre esses cursos de água, destacam-se: o Motágua, o Coco e o San Juan, escoadouro do Lago Nicarágua.

Na fachada do Pacífico, em razão da proximidade da cordilheira, as planícies litorâneas são estreitas — com cerca de 50 quilômetros de largura, em média —, ao passo que na fachada do Caribe elas são largas, pantanosas e com chuvas durante todo o ano.

Clima e vegetação

Em relação ao clima, a América Central Continental localiza-se totalmente na zona tropical, entre 7° e 18° de latitude norte. Entretanto, graças às altitudes de seu relevo, os tipos climáticos da região variam: nas baixas altitudes, ocorre o clima tropical úmido; nas altitudes mais elevadas, tem-se clima temperado e até frio de alta montanha. Em virtude da variação de tipos de clima, há diversidade de formações vegetais, com ocorrência de Floresta Tropical, Estepe e Floresta de Pinheiros. Calcula-se, porém, que mais da metade da Floresta Tropical já tenha sido desmatada.

A população fixou-se principalmente nas vertentes montanhosas voltadas para o Pacífico e em suas planícies, por causa do clima mais favorável e dos solos férteis originários da atividade vulcânica.

O período pré-colonial: os maias

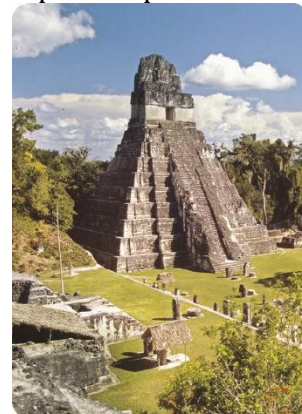


Figura 21. Ruínas de Tikal, cidade maia localizada em Petén, região da atual Guatemala (2014). Foi um dos maiores centros populacionais e culturais dessa civilização pré-colombiana.

Antes da chegada dos colonizadores europeus, a América Central Continental era habitada por vários povos indígenas, entre eles os maias, que se

concentravam em especial nas terras que hoje constituem Guatemala, Honduras e Belize e a Península de Iucatã (México).

Chamados pelos europeus de “gregos do novo mundo”, os maias dominavam técnicas avançadas de construção e concepções arquitetônicas arrojadas de templos, pirâmides, observatórios astronômicos, esculturas, pavimentação de ruas e estradas, campos de jogos etc.

Conheciam a escrita pictórica e a matemática. O calendário deles era de extrema precisão — com o ano dividido em 18 meses de 20 dias — e determinava o ritmo das estações, garantindo as boas colheitas dessa civilização agrária.

Quando os europeus chegaram à América Central Continental, ficaram assombrados com tamanho conhecimento. No entanto, naquela época, a civilização maia já estava em declínio, o que facilitou a ocupação das terras e a escravização daqueles que sobreviveram à impiedosa conquista (figura 21).

De colônias a países independentes

Diferentemente das ilhas do Caribe, a América Central Continental não apresentou para os colonizadores espanhóis a possibilidade imediata de ganhos ou riquezas. Enquanto nas ilhas do Caribe as plantações de cana-de-açúcar eram lucrativas, a parte continental ficou na posição periférica dos interesses da metrópole. Em virtude do não estabelecimento dos espanhóis nas terras do que hoje corresponde a Belize — ex-Honduras Britânicas —, piratas ingleses iniciaram, no começo do século XVIII, a extração de madeira das florestas e sua comercialização na Europa. Assim, Belize é o único país da América Central Continental não colonizado por espanhóis.

Com exceção das Honduras Britânicas, atual Belize, que obtiveram a independência em 1981, e do Panamá (figura 22), que se formou como Estado independente apenas em 1903, depois de se desmembrar da Colômbia com o apoio dos Estados Unidos — que aí desejavam construir o Canal do Panamá —, os demais países da América Central Continental se libertaram da Espanha entre 1821 e 1838, seguindo o processo de independência, na época, ocorrido em toda a América Latina.



Figura 22. Cidade do Panamá, localizada a nordeste da desembocadura do Canal do Panamá (2014). A capital do país era, em 2015, a cidade mais populosa da América Central Continental, com mais de 1,6 milhão de habitantes.

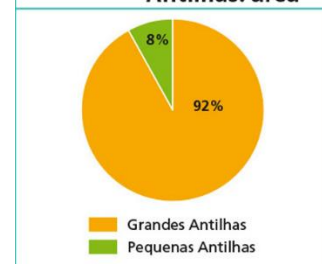
Economia e indicadores sociais

A economia dos países da América Central Continental tem por base a agropecuária, com destaque para a produção de café, banana, açúcar, algodão, frutas tropicais e carne (figura 23). O principal parceiro comercial são os Estados Unidos, que recebem, em média, 50% das exportações desses países.

Com exceção da Costa Rica — e de Cuba na América Central Insular —, os países apresentam precários indicadores sociais: mortalidade infantil de menores de 1 ano entre 14‰ e 27‰, taxa de analfabetismo de maiores de 15 anos entre 14% a 22%, com exceção também do Panamá, com 5,9%, e baixo nível de escolarização.



Figura 24. Grandes e Pequenas Antilhas: área



3. A América Central Insular

As Grandes e Pequenas Antilhas somam 225.000 km² de área territorial, ou seja, são menores que o estado de São Paulo (248.209 km²). Desse total, 207.022 km² cabem às Grandes Antilhas (Cuba, Porto Rico, Jamaica e a Ilha Hispaniola, onde se situam o Haiti e a República Dominicana). Veja a figura 24.

Condições naturais

As ilhas que formam as Antilhas correspondem a áreas ou pontos elevados de uma enorme cadeia de montanhas submarinas que se estende de leste a oeste, desde as Ilhas Virgens (localize-as na figura 18) até a América Central Continental. Além desse ramo, há outro que se inicia a leste de Porto Rico e descreve um grande arco, formando as Pequenas Antilhas.

As cordilheiras da América Central Ístmica fazem parte desse conjunto montanhoso submarino, formado durante a era Cenozoica — são dobramentos modernos. Por isso, em geral, o relevo é montanhoso (figura 25).

Localizadas em zona tropical — portanto, em baixas latitudes — e submetidas à ação das correntes marítimas quentes e à dos ventos alísios, as ilhas têm em geral clima tropical, com temperaturas médias anuais ao nível do mar em torno de 26 °C. A precipitação, no entanto, varia: é maior nas encostas leste e nordeste das montanhas — a barlavento —, onde sopram os alísios que transportam a umidade; nas encostas oeste e sudoeste — a sotavento —, a umidade é menor, pois, quando os alísios ultrapassam a barreira montanhosa, já perderam grande parte de sua umidade.

Em decorrência da distribuição irregular das chuvas, a vegetação original é diversificada. Ocorrem florestas tropicais nas áreas úmidas e vegetação rala e espinhosa, como Savanas e Estepes, nas menos úmidas.



Figura 25. Vista de cultivos agrícolas e de relevo montanhoso no município de Constanza, situado a 1.283 metros acima do nível do mar, na República Dominicana (2014).

A chegada dos europeus e a independência

Cristóvão Colombo, o primeiro europeu a chegar às Antilhas, fundou em 1496, na Ilha Hispaniola, o primeiro núcleo de povoamento europeu em nome da Espanha, o qual deu origem a São Domingos, a capital da República Dominicana.

Depois dos espanhóis, as Antilhas receberam navegadores ingleses, franceses e holandeses — muitos deles piratas a serviço dos rivais da Espanha. Sem poder controlar os numerosos arquipélagos, a

Espanha perdeu pouco a pouco o domínio dessas ilhas para ingleses, franceses e holandeses. Isso explica a diversidade de características culturais, políticas e sociais das Antilhas.

No processo de conquista e colonização, os habitantes originais — aruaques, caraíbas, tainos e outros —, quando não foram mortos em confronto ou em razão de doenças levadas pelo europeu, foram submetidos à escravidão nas atividades exploradoras de metais e pedras preciosas ou ainda nas plantações (figura 26). Os habitantes que sobreviveram ao extermínio se refugiaram nas zonas montanhosas.

Data do período colonial a introdução de milhares de escravos africanos no trabalho nas plantações (cana-de-açúcar, tabaco, algodão etc.). Daí se explica a grande participação dos afrodescendentes na população das Antilhas (na Jamaica, somam 92% da população total; no Haiti, 95%; em Trinidad e Tobago, 34%; além dos mestiços em número significativo).

A independência das colônias europeias nas Antilhas ocorreu em diversos momentos ao longo dos séculos XIX e XX. Apesar de os movimentos pró-independência terem se organizado no início do século XIX no Haiti e na República Dominicana, e na segunda metade do século XIX em Cuba, esses países só se libertaram formalmente no século XX, pois, além de lutar contra as metrópoles espanhola e francesa, foram ocupados pelos Estados Unidos. No Haiti, essa ocupação permaneceu de 1915 a 1934, em Cuba, de 1899 a 1902 e, na República Dominicana, de 1916 a 1924.

Muitas ilhas das Antilhas ainda são territórios dependentes de Reino Unido, França, Países Baixos e Estados Unidos.

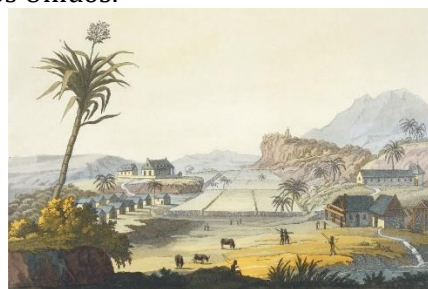


Figura 26. Plantação de cana-de-açúcar, Antilhas, século XIX, gravura de Paolo Fumagalli. Nas Antilhas, além da escravização dos habitantes originais, os colonizadores europeus utilizaram a mão de obra de muitos africanos submetidos à mesma condição.

População

A população das Antilhas, em 2015, era de pouco mais de 40 milhões de habitantes. O país mais populoso é Cuba, com 11,4 milhões, seguido pela República Dominicana e pelo Haiti, ambos com cerca de 10,5 milhões de habitantes. Entre as cidades, as capitais desses países também são as mais

populosas: Havana (Cuba) tem 2,2 milhões de habitantes; São Domingo (República Dominicana), 2,9 milhões; e Porto Príncipe (Haiti), 2,4 milhões.

Os indicadores sociais das Antilhas mostram que os países, com exceção de Cuba, e os territórios que as compõem apresentam más condições de vida. A mortalidade infantil é de modo geral superior a 20‰; no Haiti esse número chega a 47‰ — nos países desenvolvidos, essa taxa é menor que 5‰. Além disso, a instabilidade política e a ocorrência de abalos sísmicos, como o grande terremoto de 2010, têm marcado a história recente haitiana.

Economia

A base da economia antilhana é a agricultura, com destaque para a produção e a exportação de cana-de-açúcar, banana, tabaco, algodão e café. A exceção fica a cargo de Jamaica e Trinidad e Tobago, que têm na bauxita e no petróleo, respectivamente, seus principais produtos de exportação.

O desenvolvimento industrial limita-se à agroindústria açucareira e às indústrias de transformação de bens não duráveis (tecidos, roupas, calçados, alimentos etc.).

Ao lado da agricultura, outras fontes de renda das Antilhas são o turismo e o setor financeiro (bancos). Com belas praias, a região tornou-se rota de cruzeiros marítimos, que aí desembarcam milhares de turistas todos os anos (figura 27).



Figura 27. Praia com turistas em Cococay, pequena ilha nas Bahamas (2014).

Em alguns arquipélagos, como Bahamas, Ilhas Cayman e Ilhas Virgens, o setor financeiro (bancos) é considerado um “paraíso fiscal”: não cobra taxas nem impostos dos depósitos bancários, permite a abertura de contas não identificadas e não se importa com a origem do dinheiro. Isso torna esses arquipélagos cobiçados por pessoas e empresas de várias partes do mundo que movimentam dinheiro de origem ilegal, como as envolvidas com narcotráfico, contrabando de armas e de mercadorias em geral, desvio de dinheiro público etc.

Há tempos essa prática tem sido condenada por organismos internacionais, que exigem maior controle do Estado sobre o sistema bancário.

Exercício de fixação de conteúdos

01. Na América Central Insular, a precipitação varia nas encostas situadas a barlavento e a sotavento, o que confere diversificação à vegetação natural. Com base no texto e em seus conhecimentos, responda:

- Por que nas encostas a sotavento a umidade é menor que nas encostas a barlavento?
- Que tipo de vegetação pode ser encontrado nas encostas a barlavento? E nas encostas a sotavento?

02. Por que a América Central Continental, embora totalmente situada na zona tropical, apresenta climas temperados e frios? Explique sua resposta.

03. Sobre os maias, responda:

- Que países ocupam hoje as terras que os maias habitavam?
- Como funciona o calendário maia e qual era a importância dele para essa civilização?
- Por que eles eram chamados, pelos europeus, de “gregos do novo mundo”? Explique.

04. Alguns arquipélagos da América Central Insular são considerados paraísos fiscais. Sobre esse aspecto econômico, responda:

- O que são paraísos fiscais?
- Por que eles são condenados por organismos internacionais?

05. De que forma o fim da União Soviética e o colapso do socialismo real no Leste Europeu, a partir de 1989, provocaram impacto na economia cubana?

CAPÍTULO 07- ÁFRICA: HERANÇAS, CONFLITOS E DIVERSIDADES

Prepare-se para aprender sobre a África. Após estudar o meio natural, você verá como se deu a apropriação de territórios africanos por países europeus no século XIX e a implantação de colônias, fato que deixou profundas marcas nas sociedades africanas atuais. Conhecerá ainda duas regionalizações da África e entrará em contato com alguns problemas que a atingem neste início do século XXI.

7.1 África: o meio natural

7.2 A África e o imperialismo europeu

7.3 África: população, regionalização e economia

7.4 A África no início do século XXI

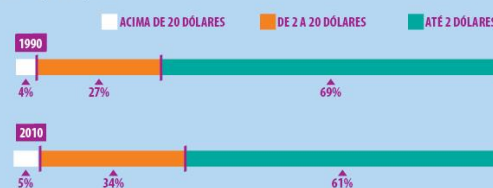
A nova classe média africana

Embora a África apresente alguns dos piores indicadores socioeconômicos mundiais, seu recente crescimento econômico tem sido acompanhado pelo aumento da renda média per capita e pela redução da pobreza

Alargamento da classe média

A classificação da sociedade em classes de acordo com níveis de consumo varia em diferentes contextos econômicos. Na África, pode ser considerado integrante da classe média quem gasta entre 2 e 20 dólares por dia, segundo o Banco Africano de Desenvolvimento.

África: distribuição da população por níveis de consumo diário per capita



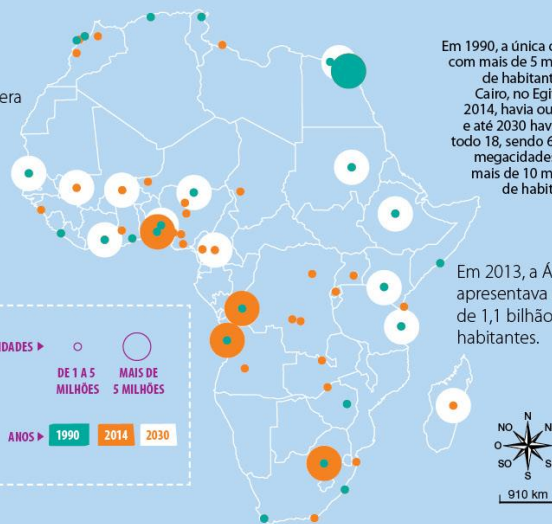
Renda média

O aumento da renda e a sua distribuição contribuem para que parte da população africana ingresse na classe média.



Urbanização acelerada

Em 2014, a taxa de urbanização da África era de 40%, ou seja, a cada 100 habitantes 40 viviam em cidades, ainda a menor entre os continentes. Mas, segundo a ONU, a África será o continente de mais rápida urbanização a partir de 2020, ultrapassando a Ásia.



Em 1990, a única cidade com mais de 5 milhões de habitantes era Cairo, no Egito. Em 2014, havia outras 4, e até 2030 haverá ao todo 18, sendo 6 delas megacidades, com mais de 10 milhões de habitantes.

Em 2013, a África apresentava cerca de 1,1 bilhão de habitantes.

Evolução das maiores cidades africanas - 1990-2030*

Na representação ao lado, o tamanho dos círculos mostra o número de habitantes e as cores indicam o ano em que a população de cada cidade chegou ou chegará à quantidade indicada.

* Estimativa da ONU.



Novos hábitos de vida

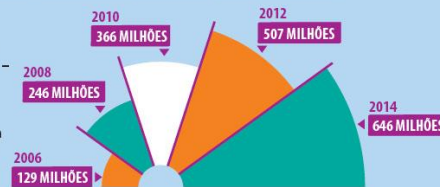
A urbanização e o aumento da renda mudam a maneira como as pessoas vivem e proporcionam novos hábitos de consumo. Nas cidades africanas, o consumo de bens e serviços vem aumentando.

Celulares

A África tem menos assinantes de telefonia celular que outros continentes, mas apresentou grande crescimento desse serviço nos últimos anos.

África: assinaturas de telefonia celular - 2006-2014

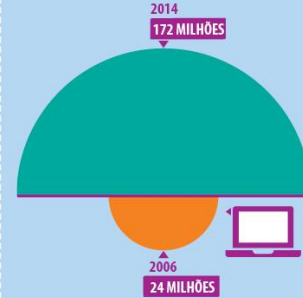
Nesse período, o número de assinaturas para cada 100 habitantes subiu de 17,8 para 71,2.



Serviços

Parte da classe média africana vem empreendendo cada vez mais novos negócios, principalmente relacionados ao setor de serviços, como o comércio on-line.

África: número de usuários de internet - 2006 e 2014



De 2006 a 2014, a parcela da população africana com acesso à internet passou de 3,3% para 18,9%.

Abastecimento de água

O maior acesso à água potável nos últimos anos é outro indicador da melhoria das condições de vida na África. Em 1995, 58,3% dos africanos tinham água potável. Em 2012, o percentual havia passado para 68,8% - nas áreas urbanas a média era de 87%.



7.1 ÁFRICA: O MEIO NATURAL

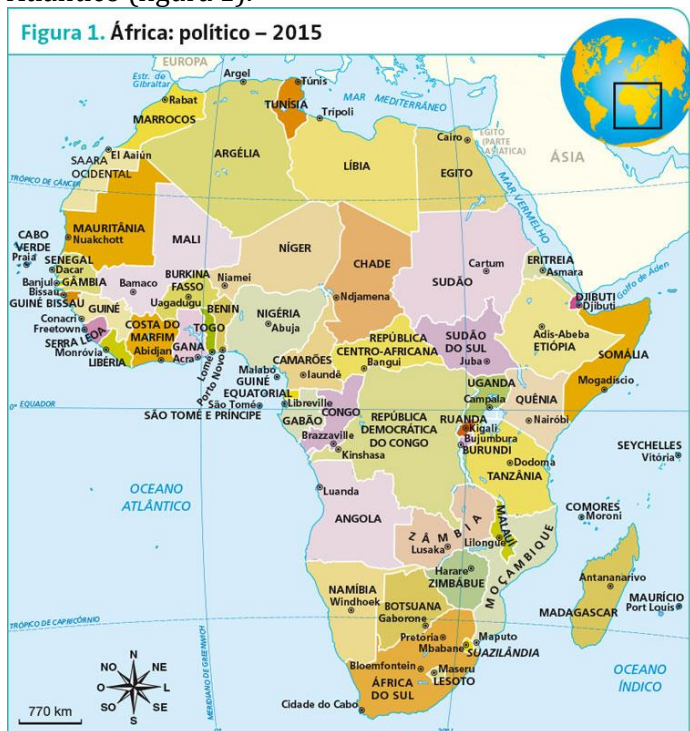
1. Extensão e localização

Com 30.216.362 km² — cerca de 20% das terras emersas do globo terrestre (150.377.393 km²) —, a África é o terceiro maior continente em extensão territorial, superado pela América (42.192.781 km²) e pela Ásia (45.074.481 km²).

A maior parte do continente africano se localiza na zona tropical: entre o Trópico de Câncer, ao norte, e o Trópico de Capricórnio, ao sul. Ao norte, o trópico atravessa os territórios de Egito, Líbia, Argélia, Mali, Mauritânia e Saara Ocidental, enquanto ao sul do continente abrange a Ilha de Madagascar, Moçambique, África do Sul, Botsuana e Namíbia.

Ao Norte, o continente africano é delimitado pelo Mar Mediterrâneo; a leste, pelo Mar Vermelho e pelo Oceano Índico; ao sul, pelo encontro das águas oceânicas índicas e atlânticas; e, a oeste, pelo Oceano Atlântico (figura 1).

Figura 1. África: político – 2015



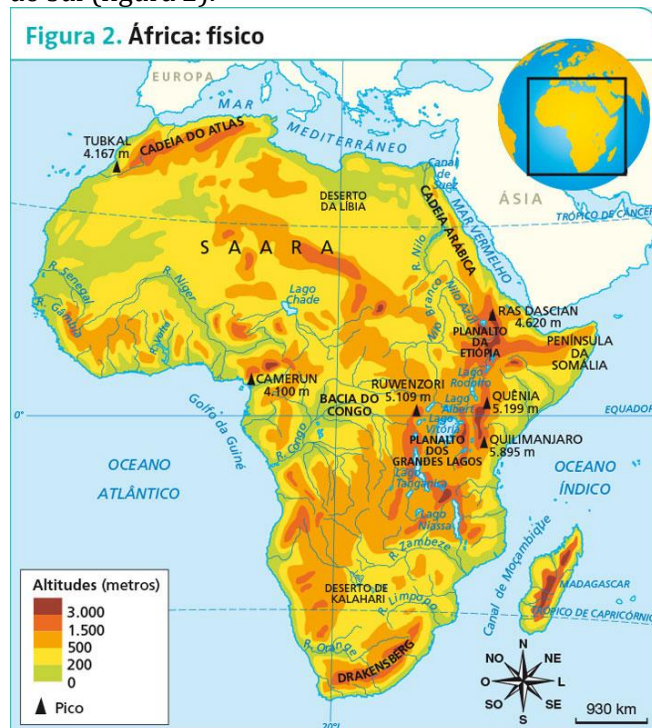
Até o século XIX, a África esteve unida à Ásia por uma estreita faixa de terra localizada entre o Mar Mediterrâneo e o Mar Vermelho, denominada istmo de Suez. A necessidade de articular o comércio entre o Mediterrâneo e o Índico resultou na construção do Canal de Suez, que, concluído em 1869, seccionou o istmo, permitindo a navegação através do Mar Vermelho.

Outro ponto estratégico do continente africano é o Estreito de Gibraltar. Com 51 km de comprimento e 12 km de largura, é o ponto em que mais se aproximam territorialmente a África e a Europa. Ao norte do estreito, localiza-se o Território Britânico de Gibraltar, encravado no sudoeste da Espanha, e ao sul as cidades de Tânger (Marrocos) e Ceuta, enclave espanhol no território marroquino.

2. Relevo e hidrografia

No relevo da África destacam-se extensos planaltos, cortados por rios caudalosos que formam planícies fluviais. A paisagem do continente é marcada também pela presença de regiões áridas, como os desertos do Saara, ao norte, e de Kalahari, ao sul (figura 2).

Figura 2. África: físico



Os planaltos e o Rio Nilo

Nos planaltos africanos localizam-se as principais formações montanhosas do continente, entre elas a Cadeia do Atlas, cujo ponto culminante é o Tubkal, com 4.167 m de altitude, a Cadeia do Cabo ou Drakensberg, que chega à altitude de 3.650 m, o monte Quilimanjaro, na Tanzânia, com 5.895 m de altitude — ponto culminante do território africano —, e os montes Quênia (5.199 m) e Ruwenzori (5.109 m).

O Nilo, principal rio africano, é resultado da confluência de cursos de água que nascem em planaltos. No planalto vulcânico da Etiópia, nasce o Rio Nilo Azul, que se desloca em direção noroeste, desaguando no Rio Nilo Branco, cuja nascente está no Lago Vitória (Planalto dos Grandes Lagos), entre Quênia, Uganda e Tanzânia. Em Cartum, capital do Sudão, os dois rios se encontram e seguem em um só curso em direção ao norte, com o nome de Rio Nilo. Depois de atravessar o Deserto do Saara, o Nilo despeja suas águas no Mar Mediterrâneo por meio de um grande delta. Desde o Egito Antigo, a fertilidade do Vale do Nilo — resultante da deposição de sedimentos de rochas vulcânicas provenientes do Planalto da Etiópia e transportados pelo Rio Nilo Azul — possibilita a produção agrícola (figura 3).



Figura 3. Vista do Rio Nilo no Egito (2014), com agricultura em suas margens e retirada de água de seu leito para irrigação.

As planícies

Localizadas na costa litorânea do Oceano Atlântico, do Oceano Índico e do Mar Mediterrâneo, as planícies avançam para o interior do continente acompanhando os vales dos rios, em especial aqueles mais caudalosos: Nilo, Níger, Congo, Zambeze e Limpopo (reveja a figura 2). Por causa da fertilidade dessas terras, a maior parte da população africana se concentra no baixo curso desses rios, principalmente do Nilo e do Níger.

Os desertos

Dois desertos sobressaem na paisagem africana: o Saara e o Kalahari. Com cerca de 9.000.000 km², o Deserto do Saara (figura 4) se estende por uma vasta área na porção setentrional do continente; é quase do tamanho da Europa (10.360.261 km²) e maior que o território brasileiro (8.514.876 km²).

Na maior parte do Saara, a precipitação é de apenas 25 mm anuais; na porção leste, chega a ser quase nula, apenas 5 mm anuais. A concentração populacional também está no entorno semiárido do deserto, onde o pastoreio nômade de cabras se destaca como atividade econômica.

O Deserto de Kalahari, com cerca de 600.000 km² — área semelhante à do estado de Minas Gerais (586.552 km²) —, localiza-se no sul do continente, estendendo-se pelos territórios de Botsuana e Namíbia, alcançando também Angola, Zâmbia e África do Sul. Em boa parte desse deserto, em que predomina a vegetação arbustiva, a precipitação média anual é 250 mm; em outras porções, a pluviosidade fica abaixo dos 170 mm anuais, sendo, assim, menos seco que o Saara. É habitado por povos nômades que vivem da coleta e da caça (figura 5).



Figura 4. Caravana de camelos conduzida por tuaregues, povo nômade do Deserto do Saara, Líbia (2014).

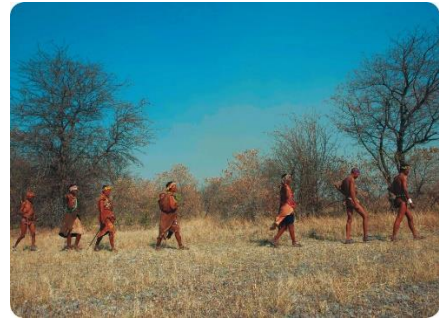


Figura 5. Bosquímanos, povo nômade que vive da caça, do pastoreio e da agricultura, no Deserto de Kalahari, Namíbia (2014).

3. Clima

Com a maior parte do território localizada na zona de baixa latitude ou intertropical, a África se caracteriza, de modo geral, pelo clima quente. Entretanto, em virtude das maiores altitudes do relevo em determinadas porções (as montanhas) e por apresentar terras nas regiões extratropicais, o continente também possui clima temperado em algumas áreas (figuras 6, 7 e 8).

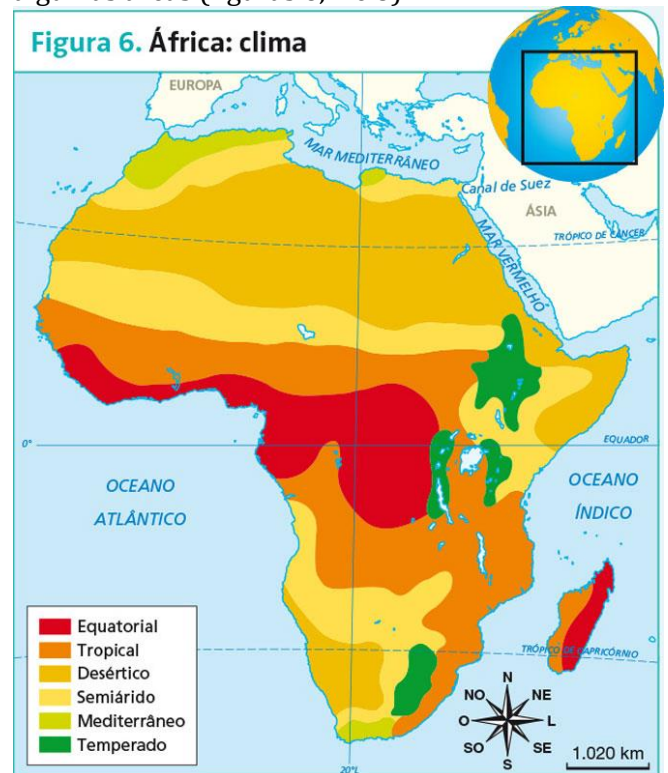
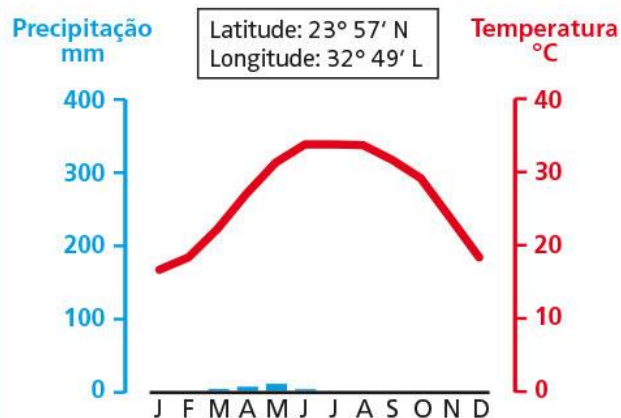
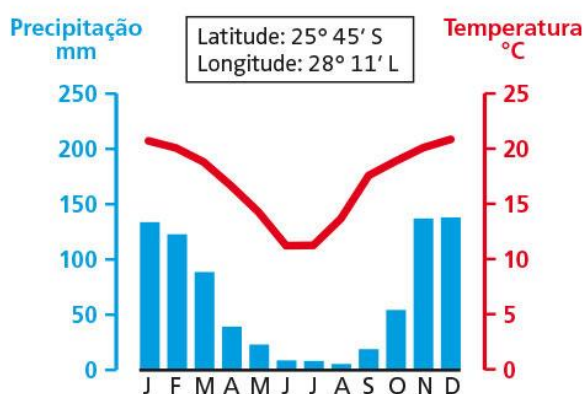


Figura 7. Assuã (Egito): climograma**Figura 8. Pretória (África do Sul): climograma**

O clima desértico apresenta as maiores amplitudes térmicas diárias no continente. Durante o dia, o calor é intenso, pois a temperatura pode chegar a 50 °C. À noite, em virtude da rápida perda de calor pela irradiação, as temperaturas caem para 15 °C ou menos.

4. A vegetação natural e a ação antrópica

Pelo menos seis formações vegetais naturais podem ser encontradas na África. Observe o mapa da figura 9.

Floresta equatorial: presente nas áreas de clima equatorial, onde o índice pluviométrico é mais elevado, como na Bacia do Rio Congo e em alguns trechos do litoral do Golfo da Guiné, Nigéria, Gana e Costa do Marfim. Apresenta grande variedade de espécies vegetais, e a exploração madeireira é intensa.

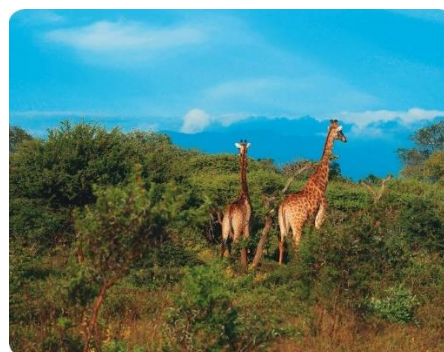
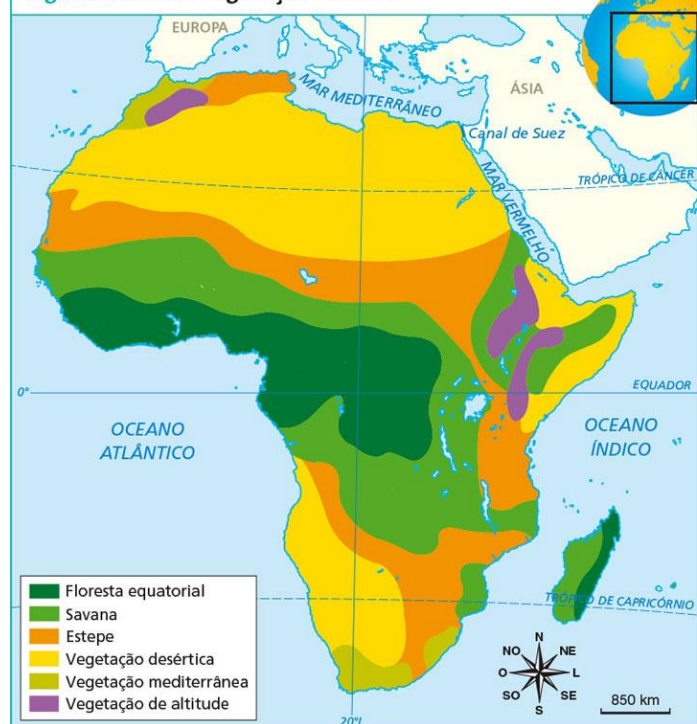
Figura 9. África: vegetação natural

Figura 10. Girafas em meio à savana no Parque Nacional Kruger, na África do Sul (2014).

Savana: ocupa principalmente as áreas de ocorrência de clima tropical úmido. É encontrada ao norte e ao sul da floresta equatorial, a oeste da Ilha de Madagascar, Moçambique e em trechos da África do Sul. Apresenta o predomínio de vegetação herbácea, com árvores isoladas, e é hábitat de animais de grande porte, como elefantes, girafas, leões e rinocerontes (figura 10). Compreende cerca de 40% do território africano.

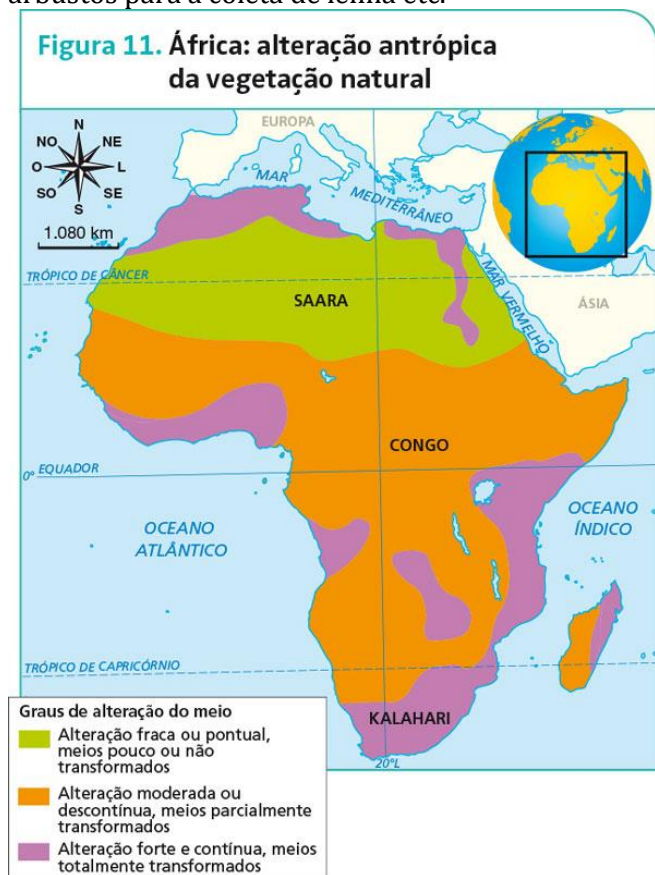
Estepe: ocorre entre as savanas e os desertos, em trechos de menor índice pluviométrico e clima tropical seco. A vegetação de gramíneas, predominante nessa formação vegetal, é usada como pasto para a criação de gado.

Vegetação desértica: aparece nos desertos africanos em forma de pequenos tufo de vegetação. Nos oásis, em virtude da maior umidade, há concentração e maior desenvolvimento de espécies, destacando-se a tamareira.

Vegetação mediterrânea: ocorre nas porções extratropicais da África, coincidindo com o clima mediterrâneo da África do Sul, Marrocos, Argélia e Tunísia. É formada, em alguns trechos, por florestas de pinheiros e carvalhos. Predominam as culturas de oliveiras, videiras e as árvores frutíferas.

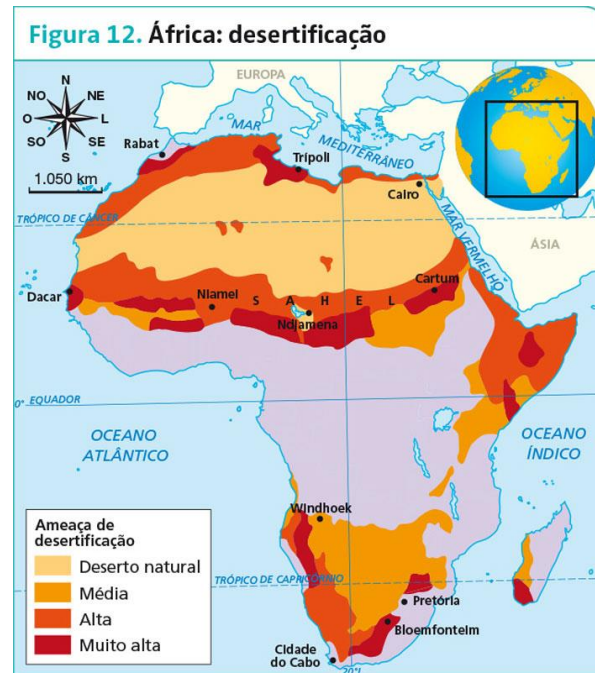
Vegetação de altitude: ocorre principalmente nas altas montanhas da Cadeia do Atlas, no planalto da Etiópia e no Planalto dos Grandes Lagos.

Assim como na Ásia e na América, as florestas tropicais e equatoriais da África sofreram grande devastação no decorrer dos anos pela ação antrópica (figura 11). O desmatamento se deve à transformação dessas áreas em terras cultiváveis, à exploração madeireira e ao corte de árvores e arbustos para a coleta de lenha etc.



De modo geral, a devastação das florestas tropicais africanas avança em ritmo muito mais rápido do que o reflorestamento e a reprodução natural, ameaçando as possibilidades de regeneração e manutenção dessa cobertura.

O uso inadequado do solo é evidenciado na evolução dos processos de erosão, assoreamento de rios e destruição de ecossistemas, o que intensifica a ameaça de desertificação de grandes áreas do continente (figura 12).

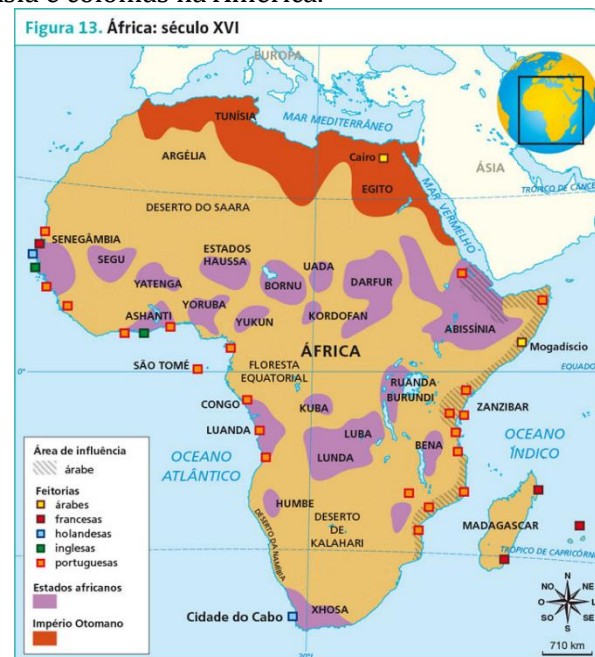


7.2 A ÁFRICA E O IMPERIALISMO EUROPEU

1. O início da apropriação de territórios pelos europeus

Como resultado das grandes navegações marítimas, dos séculos XV e XVI, a América, a Ásia e a África foram incorporadas ao horizonte geográfico e comercial europeu. Em consequência, o colonialismo foi implantado e o comércio se mundanizou (com exceção da Oceania, cuja incorporação ao mundo europeu somente ocorreu no século XVIII).

Para assegurar o desenvolvimento comercial ou o capitalismo comercial, os europeus — particularmente portugueses, espanhóis, ingleses, franceses, holandeses e belgas — fundaram feitorias ou entrepostos comerciais na África (figura 13) e na Ásia e colônias na América.



O comércio de escravos

O comércio de escravos africanos já era praticado por árabes. Porém, com a chegada dos europeus, nos séculos XV e XVI, essa atividade se intensificou, pois a mão de obra escravizada foi utilizada na agricultura (cana-de-açúcar, tabaco, algodão etc.) e na exploração mineral (ouro, prata etc.) implantadas pelo colonizador europeu nas colônias americanas.

Durante quase quatro séculos, a África exerceu o papel de principal fornecedora de mão de obra escravizada na América. Segundo alguns autores, cerca de 10 milhões de escravos desembarcaram em nosso continente, já descontados desse total os que morreram durante a viagem pelo Atlântico — número que provavelmente excedeu a 1 milhão — e aqueles que, ao resistirem ao aprisionamento, morreram em combate.

2. A apropriação do território

No século XIX, com o desenvolvimento do capitalismo industrial e da crescente necessidade de matérias-primas para sustentar o processo de industrialização, alguns Estados europeus transformaram a maior parte do continente africano e das feitorias existentes em colônias europeias.

A Conferência de Berlim (1884) e a partilha da África

Em meados do século XVIII, percebeu-se que a grande fonte de riqueza não era mais exclusivamente o comércio ou a acumulação de ouro, como pregavam os defensores do capitalismo comercial, mas, sim, a produção de mercadorias.

Desse modo, o domínio de técnicas de produção em escala (grande quantidade) tornou-se a meta de alguns países europeus, levando-os a realizar as Revoluções Industriais (séculos XVIII a XX) e a implantar o capitalismo industrial.

Iniciada na Inglaterra, em meados do século XVIII, a Revolução Industrial propagou-se por França, Bélgica, Alemanha, Rússia, Itália, Estados Unidos e Japão. À medida que a Inglaterra deixava de ser a única “oficina do mundo”, acirrava-se a competição entre as potências pelo controle de fontes de abastecimento de matérias-primas (especialmente minérios) para a indústria, mercados compradores e áreas para o investimento de capitais excedentes.

Dessa maneira, as feitorias implantadas na África, como também na Ásia, já não atendiam plenamente aos interesses da burguesia industrial e dos Estados colonialistas europeus. Assim, eles se apropriaram de territórios africanos e implantaram colônias (isso também ocorreu na Ásia).

Para dar caráter legal à partilha da África e regulamentá-la, os países colonialistas europeus convocaram a Conferência de Berlim, em 1884.

Nessa conferência, ficou decidido que o direito de posse do país europeu sobre o território conquistado na África seria respeitado e reconhecido pelos demais e cada território ocupado teria uma autoridade representando o país conquistador. Assim, a Conferência estabeleceu princípios ou regras para evitar conflitos entre as potências colonialistas europeias na partilha do continente.

A apropriação formal

Após a Conferência de Berlim, as potências europeias lançaram-se avidamente na conquista neocolonial. Os progressos técnicos advindos da Revolução Industrial deram aos europeus um poderio bélico esmagador diante dos africanos (isso também ocorreu na conquista colonial da Ásia). As guerras coloniais tornaram-se um incentivo à produção industrial, estimulando a fabricação de ferro, aço, navios, locomotivas, vagões, pólvora, armas etc.

Servindo-se de poderosos exércitos, as potências colonialistas europeias invadiram territórios africanos (e também asiáticos), transformando-os em colônias. Assim, do controle informal ou indireto que exerciam com as feitorias, passaram para o controle formal, direto (figuras 14 e 15).

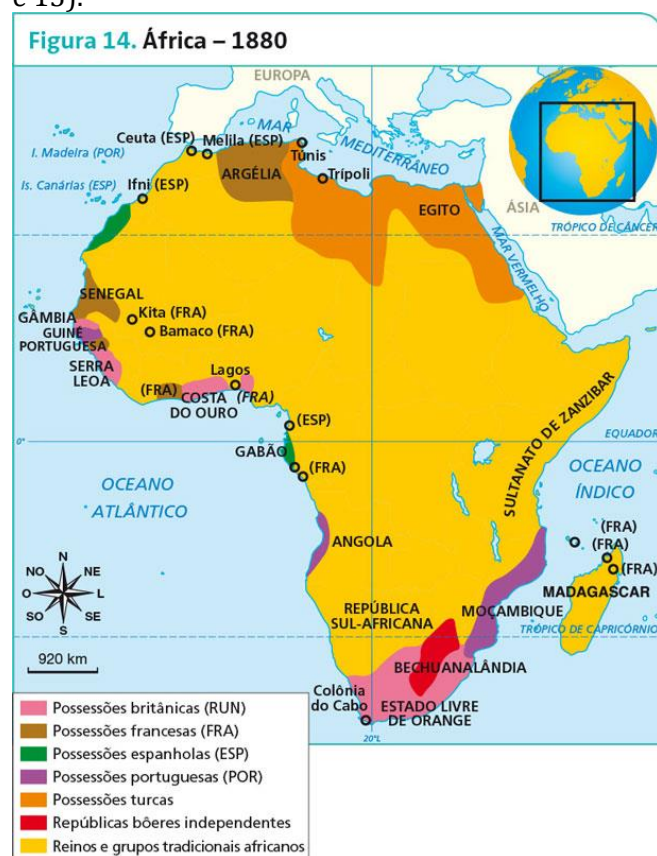


Figura 15. África – 1914



No entanto, essa apropriação não foi marcada pela submissão africana. Vários povos resistiram. No Império Mandingo, por exemplo, que se estendia por uma vasta região da África Ocidental, destacou-se Samori Touré, um dos chefes que se opunham à dominação francesa e que, durante dezessete anos, resistiu com seu povo à invasão europeia. Touré morreu em 1900, depois de ter sido aprisionado pelas forças colonialistas e desterrado para o Gabão.

3. O impacto do neocolonialismo na África

O impacto do neocolonialismo dos séculos XIX e XX na África não foi exclusivamente negativo. Contudo, vale destacar que os aspectos positivos decorreram no geral de providências destinadas a proteger os interesses dos colonizadores. É o caso da implantação de ferrovias e rodovias, cujos traçados ligavam zonas de exploração mineral e de produtos agrícolas com os portos. Essa infraestrutura era voltada à exportação da produção para a Europa e não à integração territorial. O mesmo se aplica à experiência administrativa e aos serviços de saúde implantados pelos europeus no continente.

Os impactos negativos são numerosos: vão do enfrentamento militar, com o saldo de muitas mortes de africanos, ao aparato policial e repressor implantado pelo europeu.

Merece destaque ainda o impacto no sistema produtivo artesanal, destruído em grande parte pela entrada dos produtos industrializados europeus. A manufatura africana foi desencorajada pelas metrópoles, às quais interessava vender seus produtos industrializados. Artigos como velas, fósforos, louças e óleo de cozinha, que poderiam ser fabricados localmente, vinham das metrópoles.

O sistema produtivo agrícola africano, que estava organizado para atender às necessidades alimentares de seu povo, foi desmontado pelo colonizador, que se apropriava das melhores terras, e substituído pela plantation, ou seja, pela grande propriedade agrícola monocultora de produtos destinados à exportação (algodão, café, amendoim, cacau etc.). Quando os colonizadores não se apropriavam das melhores terras, as elites políticas e econômicas locais, em estreita aliança com os europeus, o faziam e nelas também desenvolviam a agricultura comercial de exportação. Quando as colônias se transformaram em países independentes, a agricultura comercial de exportação continuou sendo privilegiada em detrimento da agricultura de produtos alimentares (figura 16), o que explica em parte a desnutrição, a fome e a desigualdade que devastam o continente.



Figura 16. Carregamento de sacos de grãos de cacau, destinados à exportação, no porto de Abidjan, maior cidade e sede do governo da Costa do Marfim (2015).

A criação de fronteiras políticas artificiais pelo colonizador na África foi outro impacto desfavorável. Ao fixarem as fronteiras das colônias segundo seus interesses, os europeus ignoraram o fato de que povos com línguas, tradições e costumes diferentes, até mesmo historicamente rivais, seriam confinados em um mesmo território. Após a independência das colônias, as fronteiras foram mantidas, e conflitos étnicos e disputas pelo poder passaram a assolar a África, explicando as inúmeras guerras civis que ainda ocorrem hoje no continente africano.

4. O racismo: outro legado do colonialismo

Entre as mazelas deixadas pelo colonialismo, o racismo é uma das mais brutais. Para justificar a dominação ou a legitimidade da conquista, o colonizador apoiou-se em um conjunto de ideias ou ideologias preconceituosas e ligadas à intolerância, que ainda não foram completamente superadas.

Pregou a superioridade do homem branco e, ao mesmo tempo, a inferioridade do colonizado, destacando a “missão civilizatória” que o primeiro tinha a realizar. Assim, no processo de colonização africana, os brancos criaram comunidades próprias, separadas da população negra (segregação).

A política do apartheid

Um exemplo cruel e violento de racismo ocorreu na África do Sul. O país esteve sob regime oficial de segregação racial até as eleições multirraciais realizadas em abril de 1994, nas quais Nelson Mandela foi eleito o primeiro presidente negro do país (figura 17). Antes das eleições, a minoria branca (14% de uma população total de 41 milhões, em 1994) detinha o poder político e econômico e, amparada em leis por ela criadas — conhecidas pelo nome de apartheid (separação) —, dominava a maioria negra (75% da população total) e os 11% restantes formados por outras etnias ou povos.



Figura 17. Preso entre os anos de 1964 e 1990, acusado de se envolver em ações contra o apartheid, Nelson Mandela (1918-2013) tornou-se o símbolo da igualdade racial da África do Sul. Por seu papel de liderança na luta pela igualdade, ganhou o Prêmio Nobel da Paz em 1993. Na foto, Nelson Mandela cumprimenta seus partidários na cidade de Mmabatho, África do Sul (1994).

Entre as leis que sustentavam o apartheid, estavam: a proibição do casamento inter-racial, a obrigatoriedade do registro da raça na certidão de nascimento, a proibição ao negro de comprar terras, a proibição de greve para a população negra e a divisão dos serviços públicos (escola, hospital, praça pública, estádio esportivo etc.) em locais para brancos e locais para negros, a necessidade de o negro portar um “passe”, ou seja, um documento de identificação que o autorizava a ir e vir, e a proibição ao negro de votar.

Essas leis foram abolidas entre 1984 e 1993, mas, ao longo de vários anos, a política do apartheid reprimiu os movimentos que lutavam por igualdade de direitos entre brancos e negros e provocou milhares de mortes, marcando profundamente a sociedade sul-africana até os dias atuais.

5. A descolonização africana

A África é predominantemente formada por países que romperam com a condição de colônias europeias há cerca de cinquenta anos. Do ponto de vista histórico, trata-se de um fato recente.

Ao terminar a Segunda Guerra Mundial, em 1945, existiam apenas quatro países independentes no continente africano: Libéria, Etiópia, Egito e União Sul-Africana, posteriormente denominada África do Sul (figura 18). A independência desses países, no entanto, era apenas formal. Etiópia, Egito e África do Sul estavam sob influência política, econômica e militar da Grã-Bretanha, e a Libéria, dos Estados Unidos.

Figura 18. África: político – 1947



A independência de Gana, antiga Costa do Ouro, em 1957, desencadeou uma onda de independências no continente africano. Kuame Nkrumah, líder político de Gana, pregou durante muito tempo o fim do colonialismo e lutou por uma África unida e socialista. Nkrumah era defensor da ideia de que “é melhor ser livre para governar bem ou mal a si próprio do que ser governado por outro”. Segundo ele, a independência de Gana não estaria completa até que toda a África estivesse livre. Pregava também o pan-africanismo, um projeto de unidade política das nações africanas. O exemplo de Gana influenciou outros povos do continente a lutar pela

independência. Dessa maneira, entre 1960 e 1970, a maioria das colônias africanas livrou-se do domínio europeu.

No decorrer da década de 1970, ocorreu ainda a independência de Guiné Bissau, Angola, Moçambique, Somália Francesa e do território de Afar e Issa, que, saindo da dominação francesa, tornou-se a República do Djibuti. E, em 1990, após 105 anos de ocupação estrangeira, a Namíbia também conquistou a independência.

A descolonização dos países africanos, de modo geral, não aconteceu de forma pacífica. Houve casos, como o da Argélia, em que a independência foi obtida por meio de longa luta armada contra a dominação francesa. Reveja o mapa “África: político – 2015”, figura 1, página 232, que mostra a configuração atual do continente.

Exercício

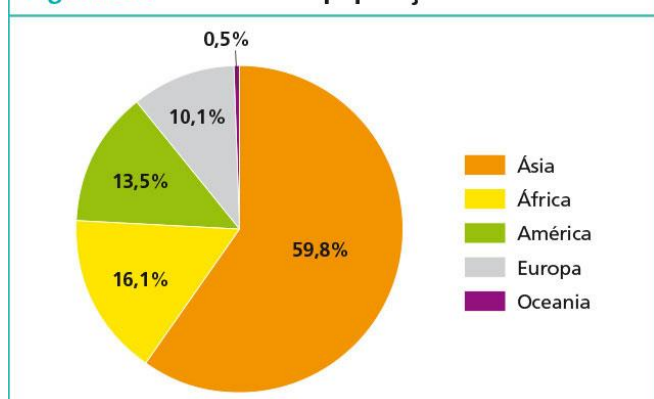
7.3 ÁFRICA: POPULAÇÃO, REGIONALIZAÇÃO E ECONOMIA

1. África: o segundo continente mais populoso

A África é considerada o berço da humanidade. As mais antigas evidências da presença do gênero Homo foram encontradas na região dos Grandes Lagos, na África Oriental, em terras hoje pertencentes ao Quênia e à Tanzânia.

Depois da Ásia, a África é o continente mais populoso. Em 2015, tinha 1,186 bilhão de habitantes, o equivalente a 16,1% da população mundial, estimada, nesse ano, em 7,349 bilhões (figura 19).

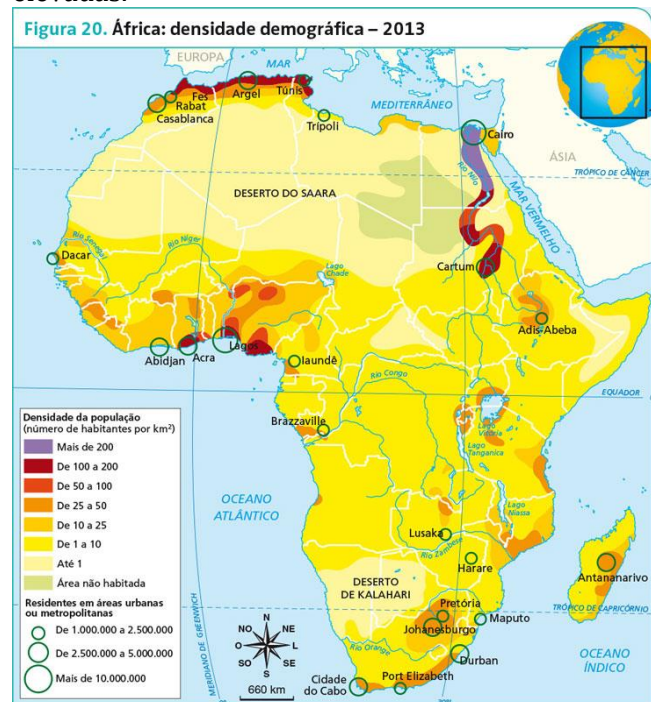
Figura 19. Continentes: população – 2015



2. A distribuição da população

A exemplo dos demais continentes, a África apresenta regiões de maior e de menor concentração populacional. A distribuição da população é condicionada por vários fatores, entre eles o clima, o relevo, o solo, a infraestrutura de transportes e comunicações instalada e a disponibilidade de recursos técnicos e de capitais para superar as adversidades do meio natural.

Os desertos do Saara e de Kalahari, em decorrência da aridez, dificultam a fixação humana. Nessas áreas, as densidades demográficas são inferiores a 1 hab./km² (figura 20). Já em trechos do Vale do Rio Nilo e do baixo curso do Rio Níger, em razão da presença de terras férteis, as densidades demográficas são superiores a 100 hab./km². Em muitos trechos das fachadas litorâneas tanto do Mar Mediterrâneo como dos oceanos Atlântico e Índico, locais de contato histórico entre o mundo europeu e o asiático, e onde se localizam muitas capitais africanas, as densidades demográficas são mais elevadas.



A África apresenta duas aglomerações urbanas com mais de 10 milhões de habitantes: Cairo, capital do Egito (figura 21), e Lagos, capital da Nigéria.

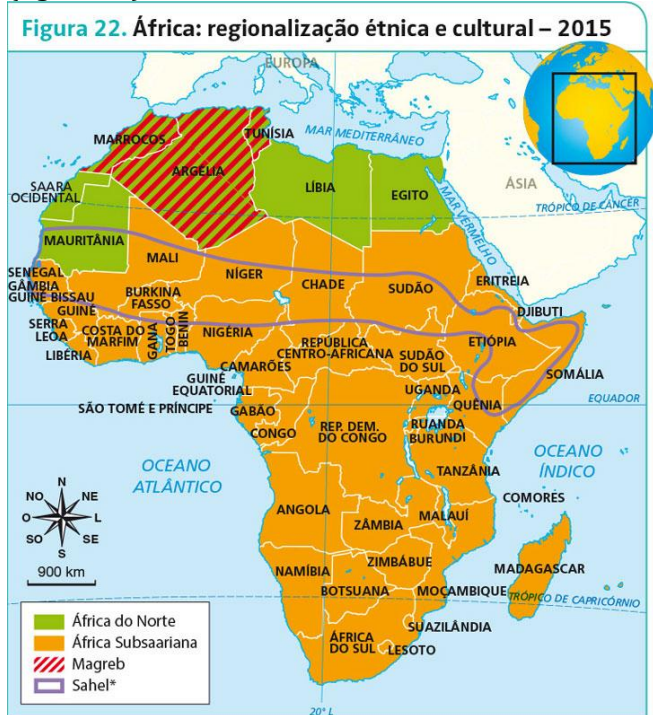


Figura 21. O Cairo forma a maior aglomeração urbana do continente. Na foto, vista da cidade às margens do Rio Nilo, Egito (2013).

3. A regionalização com base no critério étnico ou cultural

Com base no critério étnico ou cultural, o continente africano pode ser regionalizado em dois

conjuntos: África do Norte e África Subsaariana (figura 22).



* Palavra árabe que significa “costa do deserto”, ou margem; corresponde a uma faixa de terras de extensão variável, entre o Deserto do Saara ao norte e a zona de estepes e savanas ao sul, que se estende de leste a oeste, desde a Etiópia até o Senegal.

O Magreb tradicional abrange os países indicados no mapa. Essa denominação, no entanto, foi estendida ao Saara Ocidental, à Líbia e à Mauritânia, cujo conjunto formou a União do Magreb Árabe (UMA) em 1989.

África do Norte

A África do Norte compreende sete unidades políticas. São seis Estados independentes e um território que busca a independência — o Saara Ocidental, ex-Saara Espanhol, ocupado pelo Marrocos desde 1975.

Com a invasão dos árabes nos séculos VII e VIII, ocorreu a arabização da África do Norte. Esse fato explica, portanto, a predominância regional da população árabe, da língua árabe e da prática do islamismo.

Destaca-se na África do Norte a sub-região denominada Magreb. Em árabe, “Marhribou Maghrib” significa “o Poente”, ou seja, “onde o sol se põe”, em relação ao centro do islamismo, situado na Península Arábica (atual Arábia Saudita). O Magreb tradicional compreende o Marrocos, a Argélia e a Tunísia, que pertenceram ao império colonial francês.

A Cadeia do Atlas favorece o povoamento na África do Norte, especialmente no Magreb. Entre o Atlas e o Mar Mediterrâneo, estendem-se planícies

férteis de clima mediterrâneo, densamente povoadas, onde se cultivam vários produtos, como cereais, uva, oliveiras (figura 23), e ocorre a exploração mineral de fosfato. Ao sul da Cadeia do Atlas surge o Deserto do Saara, cujo principal recurso mineral é o petróleo.

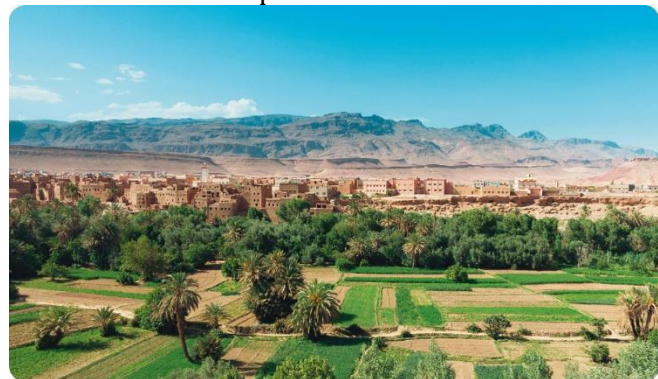
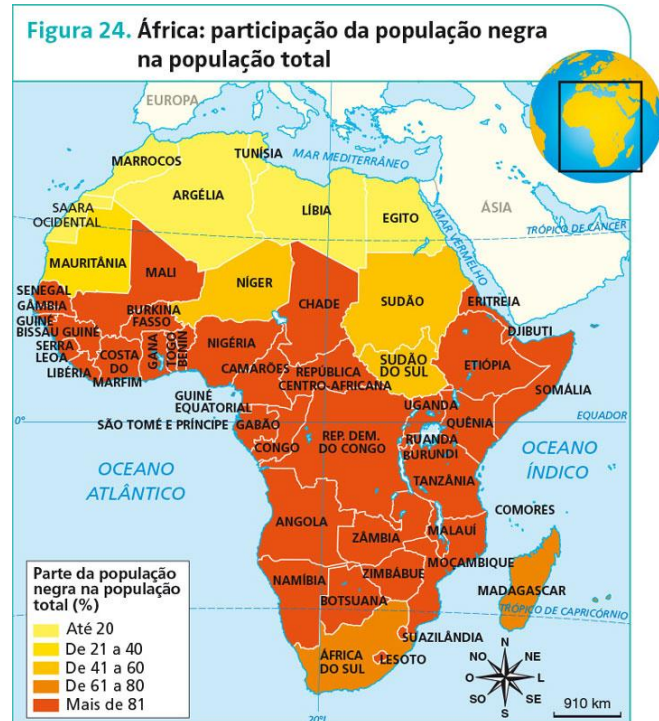


Figura 23. Ao fundo, Cadeia do Atlas no Marrocos e, em primeiro plano, oásis com plantações (2013).

África Subsaariana

Essa região, que abrange os países da África situados ao sul do Deserto do Saara, apresenta população predominantemente negra (figura 24) e minorias brancas descendentes dos colonizadores europeus e asiáticos (indianos, chineses, indonésios etc.). Destaca-se aí a multiplicidade de crenças e religiões — islamismo, cristianismo, judaísmo, crenças tradicionais africanas etc.



Além dos aspectos culturais e étnicos apresentados, a África Subsaariana se caracteriza por ser uma região do continente africano onde a pobreza atinge grande parcela da população. É aí que se localizam os países com os menores IDH do mundo em 2014, como Níger (0,348), República

Centro-Africana (0,350), Eritreia (0,391) e Chade (0,392).

Embora cerca de 60% da população economicamente ativa da África Subsaariana se dedique à agricultura, o déficit de alimentos gera subnutrição e fome. Essa situação é agravada pelas secas na região do Sahel e pelas guerras civis, que arrasam plantações e dificultam a entrega de alimentos pela ajuda humanitária.

A agricultura na África Subsaariana apresenta uma distorção: enquanto as plantations (cacau, café, algodão, amendoim, chá, banana etc.), controladas principalmente por empresas europeias, ocupam cerca de 40% da superfície agrícola, abrangendo as melhores terras cultiváveis, a agricultura de subsistência ocupa as terras menos férteis e convive com a falta de crédito e de assistência técnica, apresentando baixa produtividade. A oposição entre a agricultura de exportação e a agricultura de subsistência é uma herança do colonialismo que perdura nos dias atuais (figuras 25 e 26).



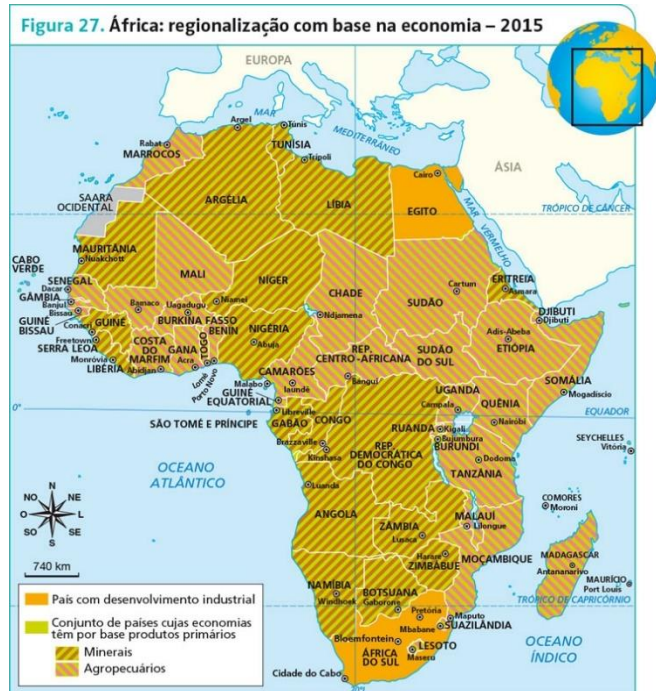
Figura 25. Máquinas em um campo de trigo, na Argélia (2013).



Figura 26. Trabalhadores em agricultura de subsistência, na Tanzânia (2014).

4. A regionalização com base na economia

É possível regionalizar a África tendo por base a economia dos países que a compõem. Assim, podem-se distinguir dois conjuntos: países com desenvolvimento industrial e países cuja base da economia são os produtos primários (figura 27).



Países com desenvolvimento industrial

do Sul e Egito são os dois países mais industrializados da África. Conheça a seguir as principais características de cada um deles.

África do Sul

A África do Sul é o país de economia mais desenvolvida da África. Favorecido pela abundância de recursos minerais em seu território e por investimentos estrangeiros, esse país desenvolveu uma atividade industrial diversificada, com indústrias de bens de consumo (têxtil, alimentícia, de vestuário etc.) e indústrias de bens de produção (máquinas, equipamentos, metalúrgica, siderúrgica, química etc.), além de indústria naval, de armamentos, automobilística e outras. Destaca-se ainda como primeiro produtor mundial de cromo e de platina e o quinto de ouro (2013). As principais cidades do país concentram os maiores centros industriais (figura 28).

Muitos problemas, como a pobreza que atinge principalmente a população negra, persistem. Em 2015 a população total estimada era de 54,5 milhões de habitantes: 79% dela era constituída por negros de diversas etnias, 9% era de origem europeia (destacando-se os ingleses e holandeses), cerca de 9% de eurafriicanos e 2,5% de asiáticos (principalmente descendentes de indianos) e outros (0,5%). A população branca, embora minoritária, detém cerca de 60% da renda nacional e usufrui das melhores condições de vida no país.

O grande desafio da África do Sul é enfrentar as heranças do apartheid e construir uma sociedade democrática de base multiétnica, menos desigual e sem preconceitos, além de erradicar a pobreza que

atinge parte significativa dos sul-africanos (figuras 29 e 30).

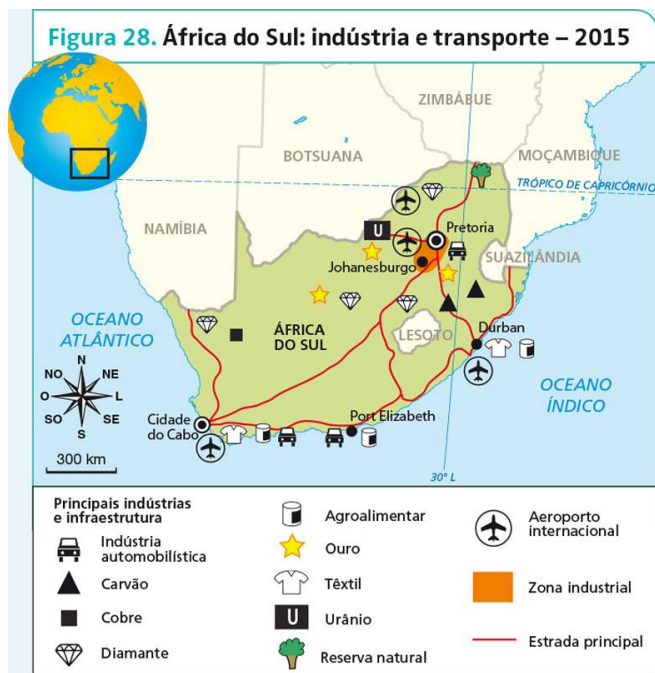


Figura 29. Bairro pobre na periferia da Cidade do Cabo, África do Sul (2014).



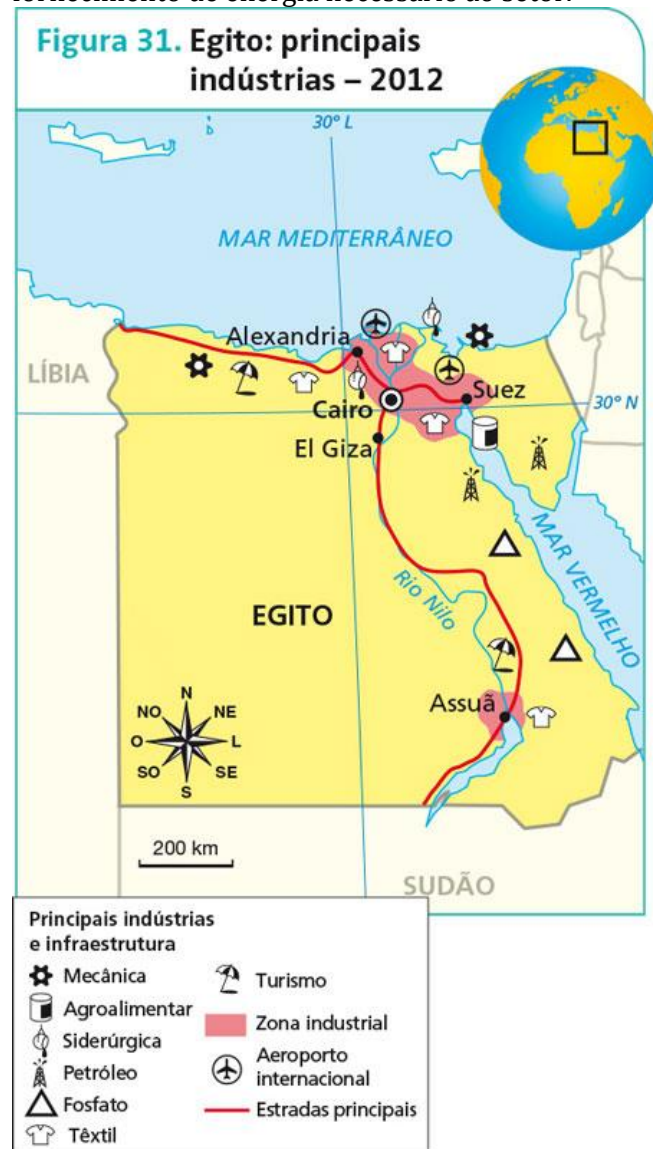
Figura 30. Bairro residencial com boa infraestrutura na Cidade do Cabo, África do Sul (2013).

Egito

Chamado de “País do Nilo”, o Egito, em 2015, tinha 91,5 milhões de habitantes. É o segundo país mais populoso da África, superado apenas pela Nigéria (182,2 milhões).

Depois da África do Sul, o Egito é o país mais industrializado do continente. As indústrias localizam-se ao longo do Vale do Nilo, desde a cidade

de Assuã, ao sul, até Alexandria, ao norte (figura 31). Essa cidade, localizada no delta do Nilo, abriga o principal porto do país. Em Assuã, encontra-se a maior usina hidrelétrica do Egito, cuja construção impulsionou a industrialização do país ao garantir o fornecimento de energia necessário ao setor.



Dois concentrações industriais se destacam: uma localizada na capital, Cairo, que, com as cidades vizinhas, forma uma grande aglomeração urbana com mais de 15,6 milhões de habitantes, e outra em Alexandria, que conta com mais de 4,7 milhões de habitantes (2015).

O principal setor industrial egípcio é o têxtil, no qual sobressaem as unidades de tratamento de algodão, cujos produtos são largamente exportados. São importantes também as indústrias química, moveleira, alimentícia, do vidro e da cerâmica, do papel, siderúrgicas de pequeno porte e refinarias de petróleo.

As principais jazidas de petróleo estão distribuídas ao longo da Península do Sinai, no Mar Vermelho. Além de abastecer o mercado interno, o petróleo daí extraído destina-se à exportação,

constituindo uma importante fonte de divisas para o país.

Em relação à agricultura, várias barragens foram construídas no Nilo no século XX, com a finalidade de represar as águas e controlar a vazão no decorrer do ano. Dessas barragens saem redes de canais que permitem a irrigação permanente das terras, possibilitando que sejam feitas várias semeaduras e colheitas no decorrer do ano (figura 32).



Figura 32. Vista aérea de agricultura irrigada por meio de canais, com águas retiradas do Rio Nilo, no Deserto do Saara, no Egito (2013).

Plantam-se milho, algodão, gergelim, cana-de-açúcar, trigo e arroz, este último cultivado principalmente no delta do Rio Nilo. Contudo, a produção da agricultura de produtos alimentares não é suficiente para atender às necessidades da população, fato que torna o Egito um importador de alimentos.

A pecuária é limitada pela falta de pastagens. Assim, a atividade restringe-se a pequenos rebanhos de bovinos, ovinos, caprinos, bufalinos, asininos e cerca de 200 mil camelos.

Países cuja base da economia são os produtos primários

Esse conjunto de países africanos pode ser dividido em dois subconjuntos: países de economia de base agrária e países de economia de base mineral.

Países de economia de base agrária

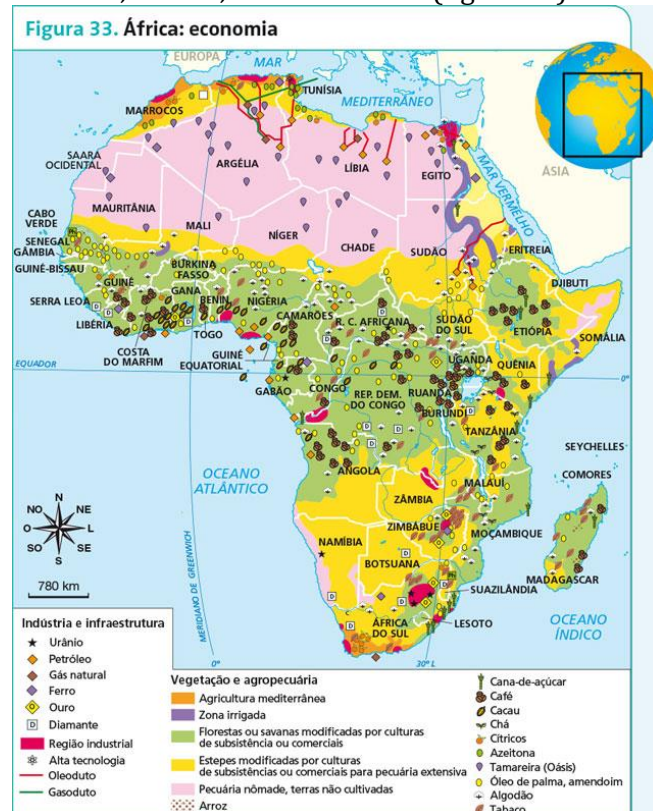
A produção agrícola na África se organiza em formas de produção diferentes. De maneira geral, encontra-se a agricultura de subsistência e a agricultura comercial (plantation).

A agricultura de subsistência consiste em obter da terra uma produção de alimentos com o objetivo de suprir as necessidades alimentares dos próprios produtores e suas famílias. Realiza-se geralmente em pequenas propriedades, com técnicas e instrumentos rudimentares. Porém, essa produção agrícola pode gerar excedentes, que são comercializados pelos camponeses.

Os principais produtos cultivados, em ambos os casos, são mandioca, milhete ou sorgo, arroz, inhame e batata. Como a alimentação de grande parte dos africanos baseia-se em carboidratos (amido ou farinha), a deficiência de proteínas e vitaminas gera problemas de saúde em parte da população. A maior fonte de proteína animal, a carne, não é suficientemente disponível na África Subsaariana. Seu consumo é maior no norte da África.

Como já vimos, a agricultura comercial foi introduzida na África pelo colonizador, sob a forma de plantation, destinada a abastecer de matérias-primas a indústria europeia (têxtil, alimentícia, de óleos vegetais, de cigarros etc.). Assim, grandes plantations foram formadas para produzir: cacau, na Costa do Marfim, em Gana, Camarões e Nigéria; café, na Costa do Marfim, em Camarões, República do Congo, Etiópia, Quênia, Tanzânia etc.; algodão, no Egito, Chade, Togo, República Centro-Africana etc.; amendoim, na Guiné Bissau, Senegal, Sudão, Gâmbia etc.; chá, no Quênia, Ruanda etc.; tabaco, no Malauí, Egito etc.; cana-de-açúcar, na África do Sul, Angola e Moçambique.

Nas áreas de clima mediterrâneo da África do Norte e da África do Sul, são cultivados trigo, oliveiras, cevada, centeio e frutas (figura 33).



Países de economia de base mineral

A África é um continente rico em recursos minerais (veja a figura 33). Desde os primeiros anos do neocolonialismo e do imperialismo europeu na África, muitas “expedições científicas” foram organizadas para explorar o continente ou fazer o levantamento de seus recursos minerais. Nessas

expedições, inúmeras jazidas de minérios foram descobertas, e sua exploração contribuiu para o desenvolvimento industrial dos países europeus colonialistas (França, Bélgica, Inglaterra, entre outros). Assim como os produtos da agricultura comercial, a atual produção de minérios também se destina à exportação. Em sua maioria, ela é processada ou beneficiada no exterior, fato que impossibilita aos países africanos agregar maior valor às suas exportações de minérios e obter mais divisas.

Dos produtos minerais, um dos maiores destaques continua sendo o petróleo. Além de ser explorado no Egito, nas margens do Mar Vermelho e na Península do Sinai, é extraído na Líbia e na Argélia. Na África Subsaariana, empresas petrolíferas atuam principalmente em Angola, no Congo, no Gabão, em Camarões e na Nigéria (figura 34). A Nigéria, além de ser o maior produtor de petróleo do continente, situa-se entre os doze maiores do mundo.



Figura 34. Indústria de processamento de gás natural no delta do Rio Níger, na Nigéria (2013).

Diferentemente da estrutura empresarial da extração petrolífera, o garimpo é praticado em condições dramáticas em determinadas áreas da África (figura 35). Parte da mão de obra é constituída por crianças, muitas vezes submetidas à escravidão e a condições de trabalho precárias. Há casos em que os próprios pais vendem os filhos a agenciadores de mão de obra infantil, com a crença na falsa promessa de que vão frequentar escolas.



Figura 35. Trabalhadores em mina de ouro próximo a cidade de Bambari, no centro-sul da República Centro-Africana (2014).

7.4 A ÁFRICA NO INÍCIO DO SÉCULO XXI

1. Um continente fragilizado

A África iniciou o século XXI com graves problemas políticos, econômicos e sociais. Após quase cinco séculos de exploração colonial e cerca de um pouco mais de cinquenta anos da descolonização ou da formação dos Estados nacionais, o continente vive uma difícil situação, tendo como causa vários fatores.

A seguir, vamos analisar esses aspectos, abordando suas principais características.

Aspectos políticos

O recente processo de formação dos Estados nacionais africanos ainda não foi capaz de superar os efeitos negativos da arbitrária delimitação de territórios por parte do colonizador europeu. Dessa herança, o principal reflexo político são as guerras. Além disso, a corrupção administrativa e os governos ditatoriais são também complicadores da situação de muitos Estados africanos.

As guerras civis e o Sudão do Sul

O fim das guerras de independência não representou o fim dos conflitos armados na África. Ao contrário, no período entre 1985 e 2010 ocorreram muitas guerras. As causas são diversas: rivalidades Inter étnicas (caso de Burundi e Ruanda, de Darfur, no Sudão etc.), luta por libertação de territórios subjugados a um poder central (a guerra entre a Eritreia e a Etiópia, por exemplo), luta pelo domínio político-econômico do Estado (guerra de Angola, Costa do Marfim etc.), disputas por recursos minerais, entre eles o petróleo, rivalidades religiosas etc.

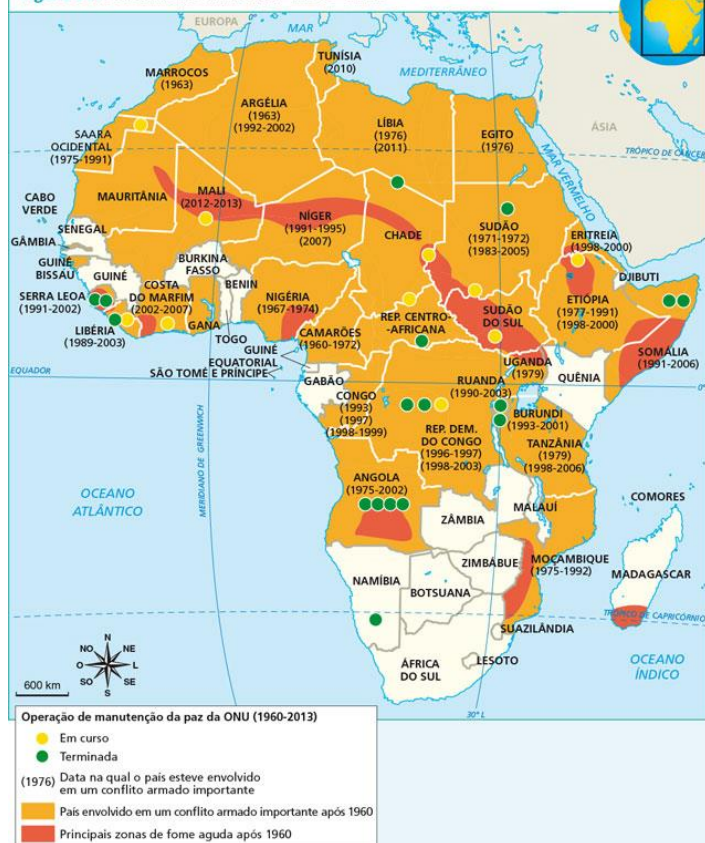
Além de causarem milhares de mortes, os conflitos armados desorganizam a produção, aprofundam os problemas econômicos, consomem recursos financeiros que poderiam ser aplicados no desenvolvimento nacional e agravam os quadros de pobreza e miséria em muitos países (figuras 36 e 37).



Figura 36. Somalis, fugidos de conflitos armados na Somália, em campo de refugiados na cidade de Dadaab, no Quênia (2013).

No Sudão, após cerca de 50 anos de guerra civil entre o norte, predominantemente seguidor do islamismo, e o sul, cristão e de crenças locais, em 9 de julho de 2011 o sul obteve a independência. Nessa data, nasceu um novo país: o Sudão do Sul. Desmembrado do Sudão, tornou-se o 193o país-membro da ONU e o 54o do continente africano.

Figura 37. Os conflitos na África – 1960-2013



A corrupção e os governos ditatoriais

A falta de democracia, as fraudes nas eleições governamentais e as práticas de corrupção ocorrem em muitos Estados africanos. Apoiados por oligarquias nacionais e por setores das forças armadas, governantes permanecem no poder por longo tempo, exercendo poderes ditatoriais.

Os regimes ditatoriais são obstáculos ao desenvolvimento econômico e social, pois impedem que haja transparência nas decisões políticas, impõem leis restritivas à liberdade de expressão e permitem que os recursos nacionais sejam manipulados conforme os interesses dos ditadores e dos grupos que os apoiam.

Aspectos sociais

As condições desfavoráveis em que se encontram muitas sociedades africanas refletem, em parte, o legado de exclusão e desigualdade socioeconômica gerado durante a colonização e mantido por governos posteriormente instalados.

Epidemias

As epidemias e doenças são o resultado da pobreza em que vive grande parcela da população africana. Em 2014, a África concentrou mais de 92% dos casos de malária registrados no mundo e mais de 23% dos casos de tuberculose. Nesse mesmo ano, a epidemia do vírus ebola matou mais de 6 mil africanos.

A epidemia de aids é também alarmante na África. De cada 100 pessoas infectadas no mundo com HIV (Vírus da Imunodeficiência Humana, em inglês), 70 estão no continente africano.

A precariedade do ensino, a falta de educação sexual, a pobreza da população, os serviços públicos de saúde inadequados e precários, o elevado custo dos medicamentos e a pouca determinação por parte de alguns governos em combater a aids são fatores que contribuem para a disseminação dessa enfermidade em algumas regiões da África.

Nos últimos anos, alguns países africanos fizeram progressos importantes no combate à aids, implantando, por exemplo, programas de tratamento à base de medicamentos — como feito no Brasil —, o que reduziu o contágio e as mortes. Em Botsuana e na África do Sul, por exemplo, os programas de combate à aids têm sido bastante eficazes (figura 38).



Figura 38. Mulheres portadoras de HIV trabalham na prevenção da aids em subúrbio da cidade de Johannesburgo, na África do Sul (2013).

Desnutrição

A África é o continente com maior ocorrência de desnutrição. Tanto a fome crônica, decorrente da ingestão diária insuficiente de calorias e nutrientes para a manutenção da saúde, como a fome aguda, caracterizada pela falta quase absoluta de alimentos, resultam de causas sociais, econômicas e políticas (guerras entre Estados, guerras civis etc.), agravadas por adversidades naturais (secas, inundações e pragas nas lavouras). Observe a figura 39.

Como exemplo, há o caso da Somália. Nos anos 1990, esse país esteve envolvido em guerras étnicas internas. Além disso, grandes secas dizimaram plantações e criações de gado, impondo à população grandes dificuldades de acesso aos alimentos. Como a ajuda humanitária coordenada pela ONU não pôde

chegar com eficiência aos necessitados, em virtude do conflito armado, milhares de pessoas morreram de inanição.



Figura 39. Por causa da guerra civil iniciada em 1991 na Somália, milhares de pessoas necessitam de ajuda humanitária. Na foto, mulheres recebem alimentos em Mogadíscio, Somália (2015).

Aspectos econômicos

De modo geral, os países africanos não conseguiram se inserir no processo de globalização que marcou o mundo nos últimos vinte anos. A África integra o comércio mundial predominantemente como exportadora de produtos primários e importadora de bens industrializados.

Uma das causas dessa posição dos países africanos na economia global é a carência de energia elétrica e de infraestrutura de transporte e comunicação — fatores fundamentais para o desenvolvimento industrial —, que limita os investimentos na produção. As redes de transportes mais modernas restringem-se a ligar zonas produtoras agrícolas e minerais aos portos de exportação.

Com exceção da África do Sul e do Egito, os países africanos apresentam baixo nível de industrialização e de investimento em pesquisa científica e formam pouca mão de obra especializada.

A seguir, veremos alguns indicadores que demonstram a inserção periférica da África na globalização.

O comércio exterior

As exportações da África representaram em 2014, aproximadamente, 3,0% do total mundial, contra 1,7% em 1996, 3,1% em 1970 e 6% em 1960, o que demonstra sua posição secundária na globalização em curso. As importações representaram apenas 3,4% do total mundial. Desse modo, a África é o continente com o menor valor de operações no comércio exterior.

O PIB africano

Em 2014, a soma do PIB de todos os países africanos correspondeu a 2,4 trilhões de dólares. No

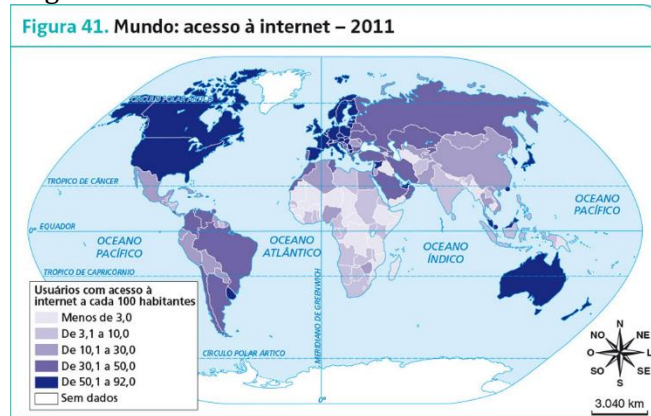
mesmo ano, o PIB brasileiro foi de 2,3 trilhões de dólares.

Nesse ano, a África respondeu por aproximadamente 3% do PIB mundial. Dentro do continente, destacam-se África do Sul, Egito e Nigéria, com cerca de 50% do PIB africano.

Os investimentos diretos estrangeiros (IDE)

As empresas transnacionais realizam operações financeiras para adquirir empresas ou implantar filiais em diversos países do mundo. Essas operações são chamadas de investimentos diretos estrangeiros (IDE). A análise do IDE indica quanto um país está inserido no processo de globalização.

Na África, esses investimentos, dirigidos prioritariamente para o setor extrativo mineral, são modestos se comparados aos de outras grandes zonas do mundo (figura 40). Os países mais contemplados são: África do Sul, que apresenta economia diversificada, e, graças à exploração do petróleo, Egito, Sudão, Líbia, Guiné Equatorial e Angola.



O sistema de comunicação

O baixo número de usuários com acesso à internet (figura 41) e os números reduzidos de linhas telefônicas e de assinantes de telefonia móvel também indicam a limitada inserção dos países africanos na globalização.

Exercício de fixação

01. Em relação à regionalização do continente africano em África do Norte e África Subsaariana, responda às questões.

- Explique as diferenças étnicas e culturais existentes entre as duas regiões.
- O Magreb é uma sub-região de qual dessas grandes regiões? Que países o compõem e por que recebe essa denominação?
- Que paisagem natural “separa” a África do Norte da África Subsaariana?

02. Explique por que, apesar de a maior parte da população da África Subsaariana se dedicar à agricultura, a região sofre de déficit de alimentos.

03; O fato de ser o país mais industrializado do continente faz com que a África do Sul esteja isenta dos problemas econômicos e sociais comuns aos demais países africanos? Explique.

04. Aponte as principais causas dos atuais conflitos no continente africano.

05. Diferencie fome crônica de fome aguda.

06 .Quais fatores estão relacionados diretamente à dificuldade de inserção dos países africanos no processo de globalização?

7 0.Explique com suas palavras:

a) o que são investimentos diretos estrangeiros (IDEs).

b) a situação da África em relação aos investimentos diretos estrangeiros e o que isso significa para a economia do continente.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Manuel Correia de. O Brasil e a América Latina. São Paulo: Contexto, 1989.

ANEQUIN, Guy. Grandes civilizações desaparecidas – a civilização dos maias. Rio de Janeiro: Famot, 1977.

Atlas mundial: o atlas para o século XXI. 3. ed. São Paulo: Me-lho-ramentos, 1999.

AZEVEDO, Aroldo de. O mundo antigo, expansão geográfica e evolução da Geografia. São Paulo: Edusp/Desa, 1965.

BARSOTTI, Paulo; PERICÁS, Luiz B. (Org.). América Latina: história, ideias e revolução. São Paulo: Xamã, 1998.

BENKO, Georges. Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI. São Paulo: Hucitec, 1996.

CASTROGIOVANI, A. C. et al. Geografia em sala de aula: práticas e reflexões. Porto Alegre: UFRGS/AGB, 1999.

COSTA, Wanderley M. da. Geografia política e geopolítica. São Paulo: Edusp, 1992.

DOZER, Donald M. América Latina: uma perspectiva histórica. Porto Alegre: Globo, 1966.

FERREIRA, Graça M. L. Atlas geográfico: espaço mundial. 2. ed.; 3. ed.; 4. ed. São Paulo: Moderna, 2003; 2010; 2013.

_____. Formação econômica da América Latina. 2. ed. Rio de Janeiro: Lia, 1970.

HUBERMANN, Leo. História da riqueza dos EUA (Nós, o povo). São Paulo: Brasiliense, 1987.

IANNI, Octavio. Imperialismo na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

IBAZEBO, Isimene. Explorando a África. São Paulo: Ática, 1999.

JAMES, P. et al. Geografia humana nos Estados Unidos. Rio de Janeiro: Fórum, 1970.

KARNAL, Leandro. Estados Unidos: a formação da nação. São Paulo: Contexto, 2001.

_____ et al. História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

LOBATO, Djalma Sayão. Civilização asteca: a conquista de um povo. São Paulo: Hemus, s/d.

LOPES, Nei. O racismo explicado a meus filhos. Rio de Janeiro: Agir, 2007.

MEGGERS, Betty J. América pré-histórica. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MURRAY, Jocelyn. África: o despertar de um continente. Barcelona: Ediciones Folio, 2007.

OLIC, Nelson Bacic; CANEPA, Beatriz. Geopolítica da América Latina. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2004.

PEREIRA, Francisco José. Apartheid, o horror branco na África do Sul. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

SANTOS, Joel Rufino. O que é racismo. São Paulo: Brasiliense, 1980.

STRAZZACAPPA, Cristina; MONTANARI, Valdir. Globalização: o que é isso afinal? São Paulo: Moderna, 1998.